

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Letras
Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística

Daniel Marra da Silva

**WHITNEY, SAUSSURE, MEILLET E LABOV:
IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS DA NOÇÃO DE LÍNGUA
COMO UM FATO SOCIAL PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Goiânia
Faculdade de Letras/UFG
Março/2012

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: Dissertação Tese

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Daniel Marra da Silva		
E-mail:	Delmarra2004@hotmail.com		
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim	<input type="checkbox"/> Não	
Vínculo empregatício do autor	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO		
Agência de fomento:		Sigla:	
País:	Brasil	UF:	CNPJ:
Título:	Whitney, Saussure, Meillet e Labov: implicações metodológicas e conceituais da noção de língua como um fato social para os estudos linguísticos		
Palavras-chave:	Whitney, Saussure, Meillet, Labov, Língua, Fato Social		
Título em outra língua:	Whitney, Saussure, Meillet and Labov: methodological and conceptual implications of the notion of language as a social fact for the linguistic studies		
Palavras-chave em outra língua:	Whitney, Saussure, Meillet, Labov, Language, Social Fact		
Área de concentração:	Estudos Linguísticos		
Data defesa:	30/03/2012		
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística - Faculdade de Letras – Universidade Federal de Goiás - UFG		
Orientador (a):	Sebastião Elias Milani		
E-mail:	Sebaselias37@hotmail.com		

*Necessita do CPF quando não constar no SisPG

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

_____ Data: ____ / 05 / 2012
Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

Daniel Marra da Silva

**WHITNEY, SAUSSURE, MEILLET E LABOV:
IMPLICAÇÕES METODOLÓGICAS E CONCEITUAIS DA NOÇÃO DE LÍNGUA
COMO UM FATO SOCIAL PARA OS ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

Tese apresentada ao programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás, como requisito final para a obtenção do título de *Doutor em Letras e Linguística*, na área de concentração dos Estudos Linguísticos, sob a orientação do professor Dr. Sebastião Elias Milani.

Goiânia
Faculdade de Letras/UFG
Março/2012

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

S586w Silva, Daniel Marra da.
Whitney, Saussure, Meillet e Labov [manuscrito]:
implicações metodológicas e conceituais da noção de língua
como um fato social para os estudos linguísticos / Daniel Marra
da Silva. - 2012.

162 f. : figs., tabs.

Orientador: Prof. Dr. Sebastião Elias Milani.
Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Letras, 2012.
Bibliografia.

1. Linguística – Historiografia. 2. Língua – Fato social. 3.
Saussure, Ferdinand de. 4. Whitney, William Dwight. 5. Meillet,
Antoine. 6. Labov, William. I. Título.

CDU:81'1:82-94

BANCA EXAMINADORA

Presidente: Professor Dr. Sebastião Elias Milani
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras – UFG

Professora Dra. Maria Valéria Aderson de Mello Vargas
Departamento de Semiótica e Linguística Geral – FFLCH-USP
Departamento de Linguística – UNICSUL

Professora Dra. Eliane Mara Silveira
Departamento de Estudos Linguísticos
Instituto de Letras e Linguística – UFU

Professora Dra. Rosane Rocha Pessoa
Departamento de Línguas e Literaturas Estrangeiras
Faculdade de Letras – UFG

Professora Dra. Tânia Ferreira Rezende Santos
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras – UFG

SUPLENTES

Professora Dra. Olga Ferreira Coelho
Departamento de Linguística
FFLCH - USP

Professor Dr. Alexandre Ferreira da Costa
Departamento de Estudos Linguísticos e Literários
Faculdade de Letras – UFG

AGRADECIMENTOS

Este trabalho resultou do envolvimento direto e indireto de algumas pessoas e instituições que forneceram os elementos humano, intelectual e financeiro necessários para sua integralização. Agradecê-las é, pois, reconhecer que a concretização desta tese não seria possível sem suas contribuições.

Agradeço, pois,

a Deus, pela força para continuar;

à professora Dra. Tânia Ferreira Rezende Santos, ao professor Dr. Alexandre Ferreira da Costa e à professora Dra. Rosane Rocha Pessoa, pelas discussões nas disciplinas da Pós que motivaram o desenvolvimento de alguns dos temas desta tese, pela leitura do trabalho na qualificação e pelos apontamentos necessários à coerência e ao aperfeiçoamento do trabalho, e por constituírem também minha banca de defesa;

à professora Dra. Maria Valéria Aderson Mello Vargas, à professora Dra. Eliane Mara Silveira e à professora Dra. Olga Ferreira Coelho por aceitarem o convite para compor minha banca de defesa;

aos secretários da Pós-Graduação em Letras e Linguística, Consuelo de Lourdes Costa e Bruno Calassa, pela gentileza e presteza constantes;

à minha sogra, Marlia Chaves Martins, por fazer-me sentir em casa durante minha estada em Goiânia;

ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Goiás – UFG, por receber-me e fornecer-me os elementos necessários para o desenvolvimento e conclusão desta tese;

ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins – IFTO, *Campus* Palmas, na gestão do prof. Octaviano Sidnei Furtado, por subsidiar passagens aéreas para que eu pudesse cursar créditos obrigatórios da Pós-Graduação no primeiro semestre de 2011;

à Coordenação de Linguagens e Artes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, *Campus* Palmas, pela redução de minha carga horária durante o ano de 2011.

Por último, mas não menos importante, agradeço aos meus pais: Claudovino e Juercina (*in memoriam*), minha primeira e mais importante referência linguística e social-moral.

Para meu orientador, professor Dr. Sebastião Elias Milani, que orientou meus estudos da graduação ao doutorado. Uma década de ensinamento e companheirismo constantes. Quem acompanha a trajetória intelectual do professor Sebastião verá o quanto este trabalho é devedor de seu pensamento. Durante a longa parceria fui posto em contato com as teorias dos autores cujos nomes compõem o título desta tese. Através de suas aulas de Historiografia-Linguística pude perceber os elementos que unem e/ou distanciam tais autores; a demonstração disso nesta tese é o resultado de uma orientação competente e generosa. Devo admitir, portanto, não saber precisar o que neste trabalho representa o meu posicionamento sobre os temas aqui defendidos e o que nele ecoa o pensamento do meu orientador.

*Para Etienne, minha esposa,
pelo companheirismo e abnegação;
pelo prazer da companhia ao longo de nossa vida conjugal;
por manter os meus pés no chão ao mesmo tempo que me faz querer ir além.*

SUMÁRIO

RESUMO	10
ABSTRACT	11
INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I: BREVES CONSIDERAÇÕES DA NOÇÃO DE INDIVÍDUO E DE INDIVIDUALISMO E HOLISMO METODOLÓGICOS	23
1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	23
1.2. NORBERT ELIAS E A NOÇÃO DE INDIVÍDUO	24
1.3. INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO <i>VERSUS</i> HOLISMO METODOLÓGICO	28
1.4. DURKHEIM E A DEFINIÇÃO DE FATO SOCIAL	31
1.5. DURKHEIM E A CRÍTICA AO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO	33
1.6. GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: AÇÃO E AGÊNCIA DO ATOR SOCIAL	37
CAPÍTULO II: A NOÇÃO DE LÍNGUA COMO UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL NA OBRA DE WILLIAM DWIGHT WHITNEY	43
2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	43
2.2. WHITNEY E OS NEOGRAMÁTICOS	45
2.3. ANALOGIAS ENTRE A NATUREZA DO ESTUDO DA LINGUAGEM E OS ESTUDOS ZOOLOGICOS E GEOLÓGICOS: O PROGRESSO LINGUÍSTICO E O PRINCÍPIO UNIFORMITÁRIO	47
2.4. LINGUAGEM, LÍNGUA, PENSAMENTO, PALAVRA E IDEIA	56
2.5. A LÍNGUA COMO UM FATO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL	60
2.6. LÍNGUA, INDIVÍDUO E COMUNIDADE	62
2.7. A POSSE SOCIAL E A AÇÃO INDIVIDUAL: RESOLVENDO A QUESTÃO	71
CAPÍTULO III: A INSTITUIÇÃO DA <i>LANGUE</i> – SISTEMA/FATO SOCIAL – COMO OBJETO DA LINGUÍSTICA NO CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL DE FERDINAND DE SAUSSURE	75
3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	75
3.2. O CORTE METODOLÓGICO SAUSSURIANO	76
3.2.1. O ESTABELECIMENTO DA <i>LANGUE</i> COMO OBJETO DA LINGUÍSTICA	81
3.2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DE UM OBJETO AMBÍGUO: A <i>LANGUE</i> COMO FATO SOCIAL E COMO UM SISTEMA	85
3.3. A DUALIDADE SISTEMA/FATO SOCIAL: RESOLVENDO A QUESTÃO	90
CAPÍTULO IV: O ESBOÇO DE UMA TEORIA SOCIAL DA LINGUAGEM NA OBRA DE ANTOINE MEILLET	98
4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	98
4.2. MEILLET: DE INFLUENCIADO A INFLUENCIADOR	99
4.3. A LINGUAGEM COMO UM FATO SOCIAL	105

4.4. A LINGUAGEM COMO UM FATO SOCIAL E A AÇÃO INDIVIDUAL: RESOLVENDO A QUESTÃO	113
CAPÍTULO V: A REELABORAÇÃO DA NOÇÃO DE <i>LANGUE</i> COMO UM FATO SOCIAL NA OBRA DE WILLIAM LABOV	118
5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	118
5.2. A GÊNESE DAS IDEIAS LINGUÍSTICAS DE LABOV	118
5.3. A LÍNGUA COMO UM FATO SOCIAL E SEU ESTUDO NO CONTEXTO SOCIAL.....	120
5.3.1. CASOS E TIPOS SOCIAIS	128
5.4. A LÍNGUA É A MÉDIA E NÃO A SOMA	130
5.5. LÍNGUA, COMUNIDADE DE FALA E INDIVÍDUO	132
5.5.1. A COMUNIDADE DE FALA COMO A PORTADORA DA LÍNGUA: INCONGRUÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS	141
CONCLUSÃO	145
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	156
APÊNDICE	161

RESUMO

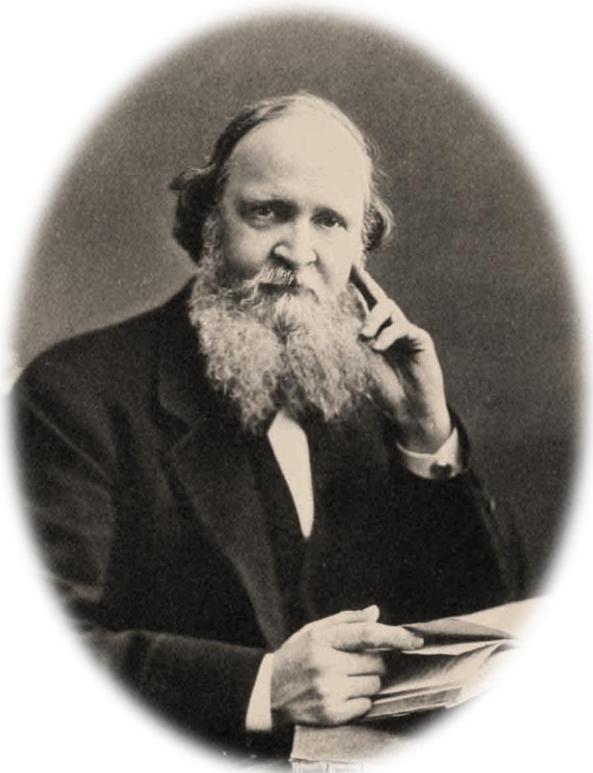
Investiga-se, nesta tese, o conceito de língua como um fato social nas teorizações de quatro linguistas, William Dwight Whitney (1827-1894), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Antoine Meillet (1866-1936) e William Labov (n. 1927). Esclarece-se, além disso, em que medida esse conceito se transforma ou se mantém nas reelaborações desses autores. As discussões que compõem esta tese se orientam pelo método da Historiografia-Linguística. As etapas do fazer historiográfico-linguístico, esboçadas por Milani (2011), que orientam o pesquisador quando seu objeto de estudo se trata de *um conceito*, direcionaram os estudos e a organização deste trabalho. O ponto de partida desta investigação é o conceito de língua como uma instituição social tributária a Whitney. A noção de instituição social tem suas raízes no pensamento sociológico de Hebert Spencer (1820-1903) e William Sumner (1840-1910). Essa noção ganharia, no entanto, contornos sistemáticos por meio do pensamento de Émile Durkheim (1858-1917) no final do século XIX. Ao dizer que as normas, os costumes e as convenções sociais existem como fatos sociais, exteriores aos indivíduos e se constituem numa realidade *sui generis*, Durkheim procedeu um deslocamento que retirava o foco da análise dos fenômenos sociais das bases psicológicas individuais. A noção de língua como um fato social pressupõe a noção de convenção social e de indivíduo como o elemento que se conforma a tais convenções. Certamente, Durkheim é a fonte básica para a noção de fato social. O conceito de língua como um fato social é analisada nesta tese em concordância com o conceito estabelecido pelo sociólogo, embora seja possível perceber que Whitney, Saussure e Meillet não admitiam que a língua fosse exterior a todos os indivíduos, como dera a entender Durkheim em sua análise dos fatos sociais. A língua como um fato social, para esses linguistas, só poderia ser exterior a cada indivíduo particular, o corpo biológico, mas interna aos demais seres sociais. No campo da Linguística, as discussões de Whitney (1867) sobre ser a língua uma instituição social e considerá-la uma posse da sociedade, afastando dela a ação individual, já imprimiam nela as características próprias de tais fatos. Whitney foi, certamente, uma das fontes de Saussure (1916) que ao conceituar a língua como um fato social deu ênfase a seu caráter de exterioridade ao indivíduo. Diferentemente de Saussure, que não indicou de onde saíra sua inspiração para tal noção, Meillet (1905-1906) declarou ser a língua(gem) um fato social, fazendo referência ao conceito estabelecido por Durkheim. A reelaboração da noção de língua como um fato social feita por Labov representa aqui o último estágio desse conceito. A insistência deste no caráter de exterioridade da língua em relação à ação individual fez com que seu pensamento se alinhasse mais à forma com que Durkheim compreendia os fatos sociais e, portanto, se afastasse da maneira como tais linguistas compreendiam a natureza da língua. Argumenta-se, finalmente, que embora um único indivíduo socializado não possua interna a si a língua em toda sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, ele possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar seu papel de ator social de direitos e liberdades. Por esse prisma, pode-se dizer que a língua do indivíduo não é menos complexa que a totalidade que constitui a língua do grupo, logo, ela não é menos língua. Pode, portanto, constituir-se num objeto legítimo de análise linguística, pois a língua do *indivíduo* é uma reelaboração da língua do grupo.

PALAVRAS-CHAVE: Whitney, Saussure, Meillet, Labov, Língua, Fato Social.

ABSTRACT

This thesis investigates the concept of language as a social fact in the theorizations of four linguists, William Dwight Whitney (1827-1894), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Antoine Meillet (1866-1936) and William Labov (n. 1927). It is clarified, moreover, to what extent this concept is transformed or is maintained in the authors' reworkings of it. The discussions that make up this thesis are guided by the method of Linguistic Historiography. The steps of doing Linguistic-Historiography, drafted by Milani (2011), which guide the researcher when the study object is a concept, directed the studies and the organization of this work. The starting point of this research is Whitney's conception of language as a social institution. The concept of social institution first appeared through the sociological thought of Herbert Spencer (1820-1903) and William Sumner (1840-1910). This notion would have, however, systematic outlines through Émile Durkheim's (1858-1917) thought in the late 19th Century. By saying that the rules, customs and social conventions exist as social facts, external to individuals, and constitute a *sui generis* reality, Durkheim took the focus of social phenomena analysis away from the individual-psychological basis. The notion of language as a social fact presupposes the notion of social convention and of individual as the element which conforms to such conventions. Indeed, Durkheim is the basic source of the notion of social fact. The concept of language as a social fact is analyzed in this thesis in accordance with the notion established by the sociologist, although one can see that Whitney, Saussure and Meillet would not accept the idea that language is exterior to all individuals, as Durkheim had suggested in his analysis of social facts. Language as a social fact, for these linguists, could only be exterior to each particular individual, the biological body, but internal to the other social beings. In the field of Linguistics, Whitney's (1867) ideas of language as a social institution and his consideration of it as a possession of the society, away from individual action, had already printed in it the characteristics of social facts. Whitney was, certainly, one of the sources of Saussure (1916), who conceptualized language as a social fact and emphasized its character of externality to the particular individual. Unlike Saussure, who did not state where his inspiration came from for such a notion, Meillet (1905-1906) stated that language was a social fact, while referring to the concept established by Durkheim. Labov's reworking of the notion of language as a social fact represents here the last stage of such concept. His insistence in the character of externality of language in relation to the individual action aligned his thought to the way Durkheim comprehended the social facts and, thus, differed from the way such linguists understood the nature of language. It is finally argued that although a single social individual does not possess the language in all its completeness, in the sense of all images and verbal concepts, structure, culture, customs etc. that compose it, he possesses enough to represent the world around him and play the role as a social actor of rights and freedoms. From this perspective, it can be said that the language of the individual is not less complex than the whole constituting language of the group, so it is not less language. It may, therefore, constitute a legitimate object of linguistic analysis, because the language of the social individual is a reworking of the language of the group.

KEYWORDS: Whitney, Saussure, Meillet, Labov, Language, Social Fact.



William Dwight Whitney (1827-1894)



Ferdinand de Saussure (1857-1913)



Paul Jules Antoine Meillet (1866-1936)



William Labov (n. 1927)

INTRODUÇÃO

William Dwight Whitney, Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet e William Labov definiram a *língua* com as características dos *atos sociais*. Destes, o único que não utilizou a terminologia fato social ao conceituar língua foi Whitney, que usou a expressão instituição social. É comum aos quatro autores o pensamento de que uma língua nunca é a mesma para todos os indivíduos, pois os falantes a adquirem de forma distinta uns dos outros, em momentos e condições históricas diversas. Embora os autores tenham dado ênfase ao caráter de exterioridade da língua em relação à ação individual, mais uns que outros, nenhum deles negaria o fato de que, embora a língua não esteja completa no indivíduo em nenhum momento, eles a internalizam através do aprendizado.

A tese que se desenvolve aqui, com base na leitura desses linguistas, é, portanto, a de que *um único indivíduo socializado não possui interna a si a língua em toda sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, pois uma língua é composta de elementos que variam dependendo da localização geográfica, socioeconômica e temporal do falante, mas ele possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar seu papel de ator social de direitos e liberdades. Por esse prisma, pode-se dizer que a língua do indivíduo não é menos complexa que a totalidade que constitui a língua do grupo, logo, ela não é menos língua. Pode, portanto, se constituir num objeto legítimo de análise linguística, pois a língua do indivíduo é uma reelaboração da língua do grupo.*

Certamente, a língua é um fato social, no entanto, defende-se aqui a ideia de que os indivíduos não respondem da mesma forma às prescrições dos fatos sociais. Os indivíduos, em razão de suas histórias sociais, aprendem a língua de forma diferente dos demais, disso resulta que eles se diferem também no uso linguístico em suas relações cotidianas. Os fatos sociais, como definidos por Émile Durkheim (1895), são de caráter obrigatório e opressor. Certamente, não há o que discordar nesse ponto das teses de Durkheim. Porém, os argumentos evidenciados aqui vão além da noção de língua como um elemento que restringe a ação individual e concorda com o pensamento de Wilhelm von Humboldt (1990[1836], p. 89) que dizia que a regularidade da estrutura e das formas da língua denuncia sua influência sobre o indivíduo, enquanto “o efeito do indivíduo sobre a língua contém um princípio de liberdade”. Corroborando o argumento

de Humboldt, Milani (2010) diz que “a individualidade é um princípio de libertação”, ou seja, os indivíduos, diante das situações que os afetam, ou os oprimem, buscam se libertar.

Têm, pois, os indivíduos condições de refletir sobre suas condições de seres sociais de direitos e deveres e das normas sociais aprendidas e que reproduzem. O fato de a sociedade fazer exigências aos indivíduos para que se adaptem ao padrão coletivo não significa que todos eles acolherão da mesma forma tais exigências, pois as pessoas não aprendem da mesma forma as prescrições dos fatos sociais: algumas são mais sensíveis, outras são mais resistentes, outras podem até mesmo se opor a algumas prescrições, ou seja, *o princípio da variação começa com os indivíduos. É no processo de elaboração/apreensão dos fatos sociais que o princípio da variação se instaura.*

Investiga-se, pois, nesta tese, o conceito de língua e/ou linguagem como um fato social nas teorizações de quatro linguistas, William Dwight Whitney (1827-1894), Ferdinand de Saussure (1857-1913), Antoine Meillet (1866-1936) e William Labov (n. 1927). A análise de tal conceito compreende o lugar onde ele foi desenvolvido e reelaborado. Fala-se aqui dos Estados Unidos – Whitney e Labov – e da Europa franco-suíça – Saussure e Meillet – no período que vai da segunda metade do século XIX ao início do século XXI. Esclarece-se, além disso, em que medida esse conceito se transforma ou se mantém nas reelaborações dos autores.

Três teóricos da teoria social, além de outros, trazem também contribuições fundamentais para os propósitos desta tese: Émile Durkheim (1858-1917), Norbert Elias (1897-1990) e Anthony Giddens (n. 1938). Quis-se conhecer a forma como a teoria social concebe as noções de indivíduo, de agente e de ator social, já que uma das hipóteses levantadas aqui é de que a noção de língua como fato social adotada por esses linguistas, dentro dos limites impostos pelo sistema de regras, deixa emergir a noção do *ator social* como um agente de consciência e vontade, conforme definido por Giddens (1998). Ademais, a inclusão das discussões dos sociólogos enriqueceu enormemente os argumentos defendidos nesta tese. Pode-se perceber, assim, que tais discussões não dominam os debates de um único campo de conhecimento, mas fazem parte de tantos outros que têm nos seres humanos e em suas práticas sociais um objeto comum.

Fez-se necessário o conhecimento do caminho trilhado por Durkheim na instituição de sua sociologia empírica, já que algumas das escolhas feitas e alguns conceitos e métodos utilizados por três dos linguistas estudados, Saussure, Meillet e Labov, são muito semelhantes ao do sociólogo. Norbert Elias forneceu a este estudo um

panorama conceitual da noção de indivíduo no decorrer do processo civilizador, da origem da terminologia com seus significados primitivos a seus desenvolvimentos nas diversas tradições do pensamento filosófico europeu. Como Durkheim, Elias se recusou a tomar o indivíduo da filosofia clássica como o ponto de partida da análise sociológica e preferiu considerá-lo como resultado de um longo processo de socialização. Além disso, as discussões de Giddens em sua teoria da estruturação, que representa uma tentativa de romper com o dualismo entre estrutura social e ação individual, forneceram uma descrição do ator social como um agente de consciência e vontade que é capaz de agir diante das situações que exigem sua ação.

A noção de fato social como propusera Durkheim, ou de língua como um fato social defendida pelos linguistas elencados acima, pressupõe as noções de convenção social e de indivíduo como o elemento que *se conforma* a tais convenções e as reproduzem em suas práticas sociais. Fala-se que o fato social ou a língua enquanto tal é um elemento externo ao indivíduo e dotado de um poder de coerção que se impõe à vontade dele, restando-lhe senão conformar-se às restrições que são próprias dos fatos sociais. Isso significa que o indivíduo não pode jamais se opor às convenções de tais fatos e que toda tentativa dele de violar as regras vigentes será acompanhada de reações que têm como objetivo punir a ação individual e anular o ato do indivíduo.

Giddens (1998) mostrou que a concepção de fato social de Durkheim não dá lugar à ação individual, pois toda vez que o indivíduo entrar em desacordo com as convenções do grupo sofrerá as consequências de seu ato. De forma não muito diferente, argumenta-se aqui que, embora seja possível inferir que exista espaço para a ação individual nas conceituações dos linguistas defensores dessa noção, é fácil perceber que eles concordariam com a ideia de que todo ato individual deveria passar pela apreciação da coletividade de que recebe os contornos característicos. Em outras palavras, a liberdade e o ato de consciência e de vontade são sempre condicionados e moldados pelo que já está instituído no acordo geral do grupo. A noção de fato social como algo que possui um caráter exterior ao indivíduo, irreduzível às manifestações individuais, dotado de forças coercitivas, obrigatórias e punitivas, não apenas exalta a superioridade dos acordos sociais sobre a vontade individual, mas faz realçar a ideia elucidada por Giddens (1998) de que, nas teses durkheimianas, há uma barreira intransponível entre as inclinações individuais e as ordens sociais.

Nesta tese, concorda-se com o argumento de Elias (1994) e de Giddens (2000; 2003) de que os estudos atuais que tratam da relação dos indivíduos com as estruturas e

com as instituições sociais não devem manter a cisão tradicional que, ora baseia as explicações nas propriedades internas, ora nas características externas, sem nunca reconciliar tais elementos. Tampouco, deve-se adotar um método que tome um desses elementos como mais importante ou como o único meio de chegar à compreensão da vida social. A cisão metodológica entre individualismo, de um lado, e holismo, de outro, cada qual reivindicando superioridade sobre o outro mostra que a opção por um método único é insuficiente para a explicação da matéria da vida social.

A noção de indivíduo como um ser livre que existe de forma autossuficiente, independente do mundo exterior, não é uma noção que atende às necessidades da pesquisa nas ciências humanas e sociais (cf. ELIAS, 1994). As noções de estruturas e instituições sociais que agem sozinhas e condicionam a vida social também são inadequadas, pois são os indivíduos os responsáveis pela manutenção e transformação das estruturas e instituições sociais através da reprodução recursiva desses elementos.

Dessa forma, adotou-se, neste estudo, em parte, o ponto de vista desenvolvido por Giddens (2000; 2003) de que são as *práticas sociais* que fornecem os meios para a descrição e compreensão da vida social. Além disso, acolhe-se sua noção de *ator social* como um agente de consciência e vontade que age sobre a estrutura para reproduzi-la, mantê-la ou modificá-la, como uma forma de resolver a questão da noção de língua como um fenômeno que existe e se transforma independente da ação dos indivíduos. O ator social não é um ser livre e autossuficiente, mas um ser que por causa de sua formação social moral tem condições de refletir sobre as situações da vida social e é capaz de agir nas situações que exigem sua *agência*. Esta está relacionada com a capacidade do ator social de “realizar coisas” (GIDDENS, 2003, p. 10).

Se a língua for entendida como um fato social da forma estrita como propusera Durkheim, ela não dá lugar à emergência do ator social como um agente de consciência e vontade. A noção de ator social como postulada por Giddens (2000, 2003) deixa emergir um ser que tem consciência de seu papel de agente ativo, que tem condições de refletir sobre as práticas sociais. Esse agente é um ser capaz de refletir sobre os eventos da vida social e daquilo que lhe oprime, que pode, em cada momento da vida, escolher agir de outro modo, que sabe as regras do jogo e como jogar. Paraphraseando Giddens (2000), sabe como continuar diante das situações que exigem sua agência.

Há uma peculiaridade na forma como os linguistas, defensores da noção de língua como fato social, definiram a língua enquanto pensavam em seu caráter de exterioridade ao indivíduo e de sua obrigatoriedade sobre a vontade deste. Fica evidente

que a língua como um fato social, um sistema de regras convencionais oferece poucas oportunidades às iniciativas individuais. A transgressão das regras convencionais certamente não é tolerada pelos usuários que as conhecem e defendem e o transgressor poderá sofrer as consequências de seu ato. O não domínio das convenções normativas de uma língua exclui o indivíduo do acesso aos bens sociais e essa é a forma mais evidente do poder coercitivo e obrigatório de tais convenções.

Por outro lado, o reconhecimento da obrigatoriedade de uma norma coletiva significa apenas que as convenções sociais se sobrepõem à vontade individual, que a sociedade faz exigências ao indivíduo para que se adapte ao padrão coletivo à pena da exclusão social. Mas esse fato em si não é suficiente para que se exclua a ação dos indivíduos sobre as estruturas. Eles agem sobre elas, seja para reproduzi-las, mantê-las ou modificá-las. E da mesma forma que existem forças estruturais coletivas que forçam os indivíduos a se conformarem às normas instituídas, existem a resistência e a não conformidade individuais.

Para chegar à tese proposta, este trabalho não toma como esgotada a ideia de que o conhecimento científico nas ciências humanas e sociais não se desenvolve de forma independente. Tampouco se concebe a ideia de que os cortes e rupturas metodológicos criadores de disciplinas e campos científicos tenham de fato instituído objetos puros, desembaraçados das relações com outros objetos e, conseqüentemente, com outras áreas. Pelo contrário, acolhem-se os argumentos defendidos por Milani (2000, p. 8) de que “qualquer manifestação que surja numa determinada época é sempre a materialização de algum conceito sob a perspectiva dos outros fatores que integram a mesma época”.

A noção de fato social – como convenções sociais, normas e códigos sociais que buscam a padronização do comportamento dos indivíduos – estava firmemente estabelecida no pensamento científico-social do final do século XIX e início do século XX. No entanto, Durkheim (1895) foi quem primeiro definiu sistematicamente os fatos sociais ao tomá-los como objeto da Sociologia. Tais elementos foram concebidos pelo sociólogo como exteriores aos indivíduos e dotados de forças coercitivas que se impõem à vontade deles. Como evidencia esta tese, a definição durkheimiana representou uma tentativa de romper com os estudos filosóficos clássicos que buscavam compreender os fenômenos sociais através do comportamento individual.

A rejeição de Durkheim pelo individualismo metodológico e sua insistência em considerar os fatos sociais como “coisas”, uma realidade *sui generis*, exteriores aos

indivíduos, trariam importantes consequências para os estudos sociológicos. Os fatos sociais não poderiam ser analisados por meio da introspecção, mas através da observação empírica. Mas os fatos sociais são formas de agir, de pensar e de sentir, e, como mostrou Giddens (1998), Durkheim, ao concebê-los como coisas exteriores aos indivíduos, abria concessão para que seus críticos o acusassem de “reificação ilegítima do social”. Posto de outro modo, Durkheim, ao objetificar elementos abstratos, os tratando como coisas materiais que dividem as mesmas características do mundo físico, que podem ser observados, analisados e medidos, procedia a uma análise de características individuais sem referência aos indivíduos.

A análise das concepções de William Dwight Whitney (1867) sobre a natureza da linguagem mostra que sua noção de língua se encaixa na definição de fato social, por sua insistência em considerá-la uma posse da sociedade e fora da alçada individual. A singularidade das conceituações de Whitney, formuladas num momento de pleno desenvolvimento da Gramática Comparada, permite elegê-lo como o primeiro a imprimir as características dos fatos sociais na conceituação de língua, embora o autor não tenha utilizado essa expressão, e sim a terminologia instituição social.

O corte metodológico saussuriano instituiu a *langue* como objeto da Linguística. A *langue*, na concepção desta tese, foi duplamente definida como um elemento híbrido. Saussure definiu a *langue* como um *fato social* que é exterior ao indivíduo e como um *sistema* que se localiza no cérebro² deste. Além de descrever e explicar essa aparente contradição nas conceituações de Saussure, já que os conceitos de fato social e de sistema não são excludentes, defende-se aqui o argumento de que há espaço nas definições do autor para a emergência do *ator social* como um agente de consciência e vontade.

Antoine Meillet (1905-1906) foi, aparentemente, o primeiro a utilizar a terminologia fato social em um texto acadêmico no campo dos estudos da linguagem e o primeiro a declarar-se influenciado pela noção durkheimiana. Meillet não fez distinção entre língua e fala e preferiu utilizar a terminologia linguagem em suas conceituações. A noção de linguagem do autor é diferente das noções dos demais linguistas estudados aqui. Linguagem, na concepção de Meillet, “a própria razão de existência do grupo social”, não se trata de uma capacidade inata. Meillet, ora fala de

² Embora a terminologia recorrente nas teorizações de Saussure seja *cérebro*, são os termos *mente* e *psique* que devem guiar as discussões desta tese porque eles impedem que se possa fazer uma leitura equivocada de que a *langue* faça parte do organismo biológico do indivíduo.

linguagem, ora fala de *uma língua*, e as define indistintamente. A linguagem é um fato social, e cada língua, e toda língua, como noção particular e concreta, é também um fato social. Não obstante, a conceituação de linguagem elaborada por Meillet, embora tenha conservado as características próprias da definição de Durkheim, não excluiu a atuação do indivíduo sobre a linguagem.

William Labov (2008; 2011) declarou ser a língua um fato social, exterior ao indivíduo e existente na comunidade de fala. Evidenciam-se aqui as relações das conceituações de Labov com as dos linguistas que o precederam, principalmente com as de Saussure e as de Meillet e aponta-se em que medida o pensamento do autor se alinha ou se afasta do pensamento de um ou de outro. Defende-se, finalmente, o argumento de que a conceituação de língua de Labov difere-se tanto da noção de Saussure quanto da de Meillet, ou seja, não há lugar para a emergência do ator social em sua concepção de língua. Por outro lado, em seu tratamento dos líderes da mudança linguística, o autor deixou emergir a ideia de que os líderes da mudança são agentes de consciência e vontade.

Não se quer argumentar nesta tese a favor de uma noção de língua que é criada e recriada em cada momento pelo indivíduo ou indivíduos. Pois não se cria a cada geração uma instituição como a língua, pelo contrário, ela é reelaborada por cada geração, pois os próprios indivíduos sabem da necessidade da manutenção de seus signos para que sejam inteligíveis uns com os outros. Não se quer defender uma noção de indivíduo que age consciente e intencionalmente, em todos os momentos de sua vida, sobre a língua para conservá-la ou para mudá-la. E também não se admite uma noção de língua que exista independente dos indivíduos falantes, um padrão abstrato localizado na coletividade, na sociedade ou na comunidade de fala. *Posiciona-se aqui a favor de uma noção de língua que existe na mente de cada e de todo ser social. A língua como um fato social só pode ser exterior ao indivíduo pré-social, o corpo biológico, mas não a todos os seres sociais.*

Tão errônea quanto a noção de indivíduo como um ser que age de forma livre, consciente e intencional sobre as estruturas sociais, é a noção de estrutura social que existe de forma independente e para além da ação dos indivíduos. O indivíduo é livre da estrutura nem a estrutura é independente do indivíduo. Assim, concorda-se aqui com o fato de a língua não estar completa em cada indivíduo, pois eles a adquiriram de forma diversa uns dos outros. Mas não se concebe a ideia, dos linguistas estudados, de que a língua se localiza na sociedade ou na comunidade de fala, pois se trataria de uma

formulação imaterial, já que esses elementos não possuem uma mente para que a hospede.

Defende-se, nesta tese, que a língua é um elemento que existe fora do indivíduo particular, o corpo biológico, pré-social, que nasce numa comunidade. Esse *fora* significa simplesmente que a língua não é inata a cada indivíduo e que tampouco ela é criada por eles. Mas como seres sociais que estão destinados a ser entrarão em contato com ela através de seus pais, família, amigos e comunidade, ou seja, a língua é o elemento que lhes dará acesso aos demais códigos sociais. Isso quer dizer que os demais indivíduos já possuem a estrutura da língua e seus elementos significativos internalizados através do mesmo processo pelo qual os indivíduos pré-sociais, isto é, que ainda não dominam as normas sociais, passarão a cada momento. O indivíduo, nos anos iniciais de sua vida, é levado a se comunicar com os demais: a reprodução recursiva da língua em suas práticas cotidianas faz com que, através dos anos, a língua, que antes era apenas percebida nos outros, se torne interna a esse indivíduo. Dessa forma, será mais adequado admitir que todos os seres sociais são portadores de uma língua: conhecem sua estrutura, dominam seus signos e sabem as normas sociais de seu uso. A instauração do conhecimento e domínio desses elementos é apenas possível através da socialização, isto é, da aquisição com outros seres sociais já possuidores desses elementos internalizados. Tal aquisição se trata de um processo contínuo e constante, e depende dos contextos e grupos sociolinguísticos a que o indivíduo venha se vincular no decorrer de sua vida.

As discussões que compõem esta tese se orientam pelo método da Historiografia Linguística. As etapas do trabalho historiográfico-linguístico, esboçadas por Milani (2011), que orientam o historiógrafo-linguista quando seu objeto de estudo se trata de *um conceito*, direcionaram os estudos e a organização deste trabalho. Assim, a fonte básica da noção de fato social é a de Durkheim (1895) na área da Sociologia. No campo da Linguística, as discussões de Whitney (1867) sobre ser a língua uma instituição social e considerá-la uma posse da sociedade, afastando dela a ação individual, já imprimiam nela as características próprias dos fatos sociais. Whitney foi certamente uma das fontes de Saussure (1916), que conceituou a língua como um fato social e deu ênfase ao seu caráter de exterioridade ao indivíduo. Diferentemente de Saussure, que não indicou de onde saíra sua inspiração para a noção de fato social, Meillet (1905-1906) declarou ser a linguagem um fato social, fazendo referência ao conceito estabelecido por Durkheim. Labov (1972; 2001; 2006; 2011) adotou o conceito de

língua como um fato social e se disse influenciado por Meillet que, segundo ele, rejeitava a ideia de os fatos sociais serem redutíveis às manifestações individuais.

Dessa forma, assume-se aqui a conceituação de Whitney como o ponto de partida da noção de língua como um fato social. Mesmo que o autor não tenha utilizado essa terminologia em suas discussões sobre o caráter social da linguagem, a forma como compreendia esse objeto imprimiu nele as características dos fatos sociais. Embora tenha sido Meillet e não Saussure o primeiro a publicar um texto conceituando a linguagem como um fato social, o capítulo dedicado ao pensamento dele aparece neste trabalho depois do capítulo dedicado a Saussure. Essa escolha se deu pelo fato de Saussure ter sido professor de Meillet na última década do século XIX e de tê-lo influenciado imensamente. Dessa forma, discutir a influência de Saussure sobre o pensamento de Meillet requeria que as ideias deste viessem em seguida. As ideias linguísticas de Labov, que fizeram dele um dos mais importantes linguistas do final do século XX, e sua reelaboração da noção de língua como um fato social representam aqui o último estágio desse conceito. Dialogando com Whitney, Saussure e Meillet, Labov reelaborou a noção de língua como um fato social de forma que sua conceituação acabou se afastando das conceituações de ambos os predecessores e se aproximando da noção que Durkheim fizera para os fatos sociais, por sua determinação de não reduzir a explicação da língua às bases individuais.

O trabalho de definição de uma tese é uma tarefa árdua. Principalmente no tipo de trabalho que ora se apresenta em que se lida com teorias e conceitos que foram sendo retomados e reelaborados no decorrer do tempo. É preciso que o pesquisador seja cuidadoso na forma de abordar as ideias dos pesquisados, de forma a marcar-se estritamente onde começa e onde termina o pensamento dos autores pesquisados e o do próprio pesquisador, ao mesmo tempo em que este é bombardeado pela enormidade de ideias daqueles. Muito dos pensamentos dos autores estudados acabam sendo assimilados pelo pesquisador de forma tal que parece inevitável que o pensamento deste se alinhe aos pensamentos afins dos pesquisados e, conseqüentemente, o limite entre o pensamento do pesquisador e dos pesquisados se torne, muitas vezes, fluidos.

As ideias defendidas aqui já estão, em certa medida, presentes nos trabalhos dos autores estudados: mais em uns ou outros. O trabalho do autor desta tese, além de identificar e explicar aparentes contradições e incongruências no pensamento dos linguistas estudados, consiste em mostrar como as ideias de um autor são adotadas ou

reelaboradas por outros, o que permanece na reelaboração de determinado conceito e o que é excluído nesse processo.

CAPÍTULO I

BREVES CONSIDERAÇÕES DA NOÇÃO DE INDIVÍDUO E DE INDIVIDUALISMO E HOLISMO METODOLÓGICOS

1.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Fala-se, frequentemente, de indivíduo e de sociedade nas reflexões que os seres humanos fazem da natureza do ser individual e do ser coletivo. Não é raro encontrar alguém exaltando suas particularidades, ou as de alguém, a despeito das de outrem. Para o senso comum, os elementos que diferenciam um ser de outro são chamados de características individuais. O que o senso comum desconhece é que os atributos que diferenciam os indivíduos e que podem ser considerados individuais são, em geral, os elementos inatos que fazem parte da constituição biológica do ser (o DNA, as impressões digitais, por exemplo). Todo indivíduo é único biologicamente. Também pode ser considerada individual a forma particular como cada indivíduo assimila as normas sociais e dispõe de valores sociais. A sociedade também buscou meios de identificá-lo socialmente como um ser individual: o Cadastro de Pessoa Física, a Carteira de Identidade, por exemplo, são tentativas da sociedade, ou do Estado, de conhecer seus membros individualmente.

Mas a sociedade não quer ser constituída de uma coleção de seres individuais com comportamentos muito distintos uns dos outros, e que siga cada um agindo de forma distinta dos demais. A padronização dos comportamentos e da ação dos indivíduos, a criação de regras e normas de conduta, as convenções que normatizam a ação individual são alguns dos elementos de controle cujo objetivo é coibir a sociedade de que se constitua de um aglomerado de seres com tendências egoístas e anômicas.³

O objetivo deste capítulo é mostrar a origem da noção de indivíduo, e de sua função como membro da sociedade, em suas diversas reelaborações no pensamento filosófico europeu. Três teóricos da teoria social, além de outros, trazem contribuições fundamentais para tais propósitos. Émile Durkheim (1858-1917), Norbert Elias (1897-1990) e Anthony Giddens (n. 1938). A inclusão das discussões desses sociólogos trará importantes esclarecimentos para os objetivos anunciados nesta tese.

³ O termo *anomia* foi utilizado por Durkheim para se referir a um estado em que um determinado indivíduo se nega a acatar leis e normas convencionadas socialmente, ou seja, um indivíduo anômico seria um ser que não foi ou não se deixa penetrar pelas normas sociais.

1.2. NORBERT ELIAS E A NOÇÃO DE INDIVÍDUO

A forma de compreender a ação individual como que refém das sanções coletivas e como uma simples reprodução das condutas sociais é característica de um determinado período da história da humanidade. Segundo Norbert Elias (1897-1990), durante o desenvolvimento do pensamento filosófico, os pensadores ora trataram o ser humano como indivíduo, ora como sociedade. Elias fez severas restrições a essas formas de se compreender a imagem da humanidade cindida ou no ser como um indivíduo ou como sociedade. Para Elias (1994a[1987]), as teorias que tratam da relação do ser individual com os demais membros da ordem social também não têm conseguido reconciliar coerentemente os estudos do desenvolvimento das personalidades dos indivíduos e de suas práticas sociais com a análise do desenvolvimento e das mudanças ocorridas na estrutura da sociedade.

Segundo o autor, tais teorias falam de fenômenos individuais quando se referem à análise da personalidade do indivíduo e de fenômenos sociais quando se trata de algo que resulta das relações do indivíduo com os demais membros da sociedade. Elias argumentou também que, além de não ser clara a relação da pluralidade com a pessoa singular, os elementos *indivíduo* e *sociedade* passaram, atualmente, a exibir conotações que apontam “não apenas diferenças, mas uma antítese” (ELIAS, 1994a[1987], p. 129).

Para Elias (1994b[1939]), o conteúdo ideológico implícito nessa forma de pensar tais elementos tem sua origem nos Estados-nações mais desenvolvidos, principalmente naqueles que possuem tradição liberal mais evidente. Segundo o autor, no desenvolvimento dos sistemas de valores desses Estados-nações percebe-se, por um lado, “uma corrente que considera a sociedade como um todo, a nação, como o mais alto dos valores; e por outro, uma vertente que postula o indivíduo inteiramente auto-suficiente, o indivíduo livre, a ‘personalidade fechada’ como o mais alto valor” (*op. cit.*, p. 235). A primeira corrente defende que o indivíduo deve subordinar todos os bens à sobrevivência do “todo social”; a segunda defende a liberdade e independência do indivíduo, a despeito de sua interdependência dos demais membros da sociedade.

Ao rastrear a origem da natureza antitética desses conceitos, Elias encontrou nas palavras *individualis* ou *individuus*, do latim medieval, uma referência ao que era indivisível: a terminologia *individuus* era usada pelos eruditos da Igreja medieval quando falavam, por exemplo, da Santíssima Trindade Individual. Esse uso teria estabelecido uma ponte para o desenvolvimento da noção de indivíduo revestida da

significação recente. Havia ainda outra ocorrência da palavra medieval *individuum* que, segundo o sociólogo, era usada nos estudos de lógica formal e de gramática para expressar “o caso singular numa espécie, não apenas a humana, mas qualquer espécie”. Os filósofos escolásticos teriam constatado que “cada entidade singular tem sua própria história individual e suas peculiaridades. Reconheceram a singularidade do caso isolado numa espécie e cunharam uma palavra para designá-lo. O termo revelou-se prenhe de desenvolvimentos imprevisíveis” (ELIAS, 1994a[1987], p. 133).

Para Elias, o conceito escolástico de indivíduo foi se especializando até que se referisse apenas à singularidade dos seres humanos. E isso teria ocorrido no decorrer do processo civilizador, na elevação do desenvolvimento humano e social. Esse estágio de desenvolvimento em que as pessoas puderam ascender a posições sociais mais elevadas teria no Renascimento suas raízes mais profundas: “os humanistas que ocupavam cargos municipais e nacionais, bem como os comerciantes ou os artistas, são exemplos do aumento das oportunidades sociais de progresso individual” (*op. cit.*, p. 134). Elias assinalou, além disso, que a distinção entre o que era feito individualmente e o que era feito coletivamente tenha, talvez, tido sua origem entre os puritanos ingleses no século XVII. No entanto, somente no século XIX o conceito teria assumido os contornos antitéticos atuais, devido à necessidade de “equivalentes linguísticos” que pudessem representar “movimentos sócio-políticos antitéticos”, ou à necessidade de “formações vocabulares como ‘individualismo’, de um lado, e ‘socialismo’ e ‘coletivismo’, de outro” (*op. cit.*, *loc. cit.*).

Elias, em seu estudo de *O Processo Civilizador* (1994b[1939]), argumentou que a compreensão das mudanças ocorridas na estrutura da sociedade e na estrutura da personalidade (do indivíduo) não deve ser encontrada apenas no conhecimento das origens dos indivíduos como sociedades, mas deve levar-se em consideração o desenvolvimento dos seres humanos como indivíduos. Segundo o autor, fala-se, frequentemente, na teoria social e humana, em indivíduo e sociedade como se fossem elementos de natureza distinta, em vez de reconhecer que os aspectos individual e social são constitutivos de todo ser humano. Dessa forma, as ciências humanas teriam se empenhado em descrever e explicar o indivíduo focando-se na imagem do indivíduo livre, autossuficiente, uma personalidade fechada, independente dos demais, cuja origem está presente no desenvolvimento do pensamento europeu.

Segundo Elias (*op. cit.*), o indivíduo com as características definidas acima, na filosofia clássica, era denominado “sujeito epistemológico”. Investido neste papel de

homo philosophicus, o indivíduo entraria em contato com o mundo “externo” e com todo o conhecimento aí presente de maneira “inteiramente autônoma”, como se o simples contato com a realidade externa fosse suficiente para que tal indivíduo apreendesse todo o conhecimento nela existente, independente do aprendizado com os demais. Seria como se todo o conhecimento acumulado pelos seres humanos no decorrer de milhares de anos se apresentasse ao *homo philosophicus* como “um estado”, nos termos de Elias. Todo o acúmulo de conhecimento alcançado pela sociedade, que vai de um estágio anterior a uma etapa seguinte, apareceria à “personalidade fechada” do *homo philosophicus* como algo que sempre esteve externo a si. Bastando-lhe, na idade adulta, abrir os olhos para compreender que as “relações entre os fenômenos naturais [são] manifestações de uma sequência de conexões causais cegas, impessoais, inteiramente mecânicas e regulares” (*op. cit.*, p. 237).

Essa concepção de indivíduo como “personalidade fechada”, o *homo clausus*, que representa “um pequeno mundo em si mesmo”, existindo independente do mundo exterior, é, segundo Elias, que determina a imagem do ser humano em geral:

Seu núcleo, seu ser, seu verdadeiro eu aparecem igualmente como algo nele que está separado por uma parede invisível de tudo o que é externo, incluindo todos os demais seres humanos. (...) a imagem preconcebida do *homo clausus* domina o palco não só na sociedade em geral, mas também nas ciências humanas. Seus derivados incluem não só o tradicional *homo philosophicus*, a imagem do homem da epistemologia clássica, mas também o *homo oeconomicus*, o *homo psychologicus*, o *homo historicus*, e não menos o *homo sociologicus* em sua versão moderna. O indivíduo – ou, mais exatamente, aquilo a que se refere o atual conceito de indivíduo – reaparece uma vez após outra como algo que existe “fora” da sociedade. Aquilo a que se refere o conceito de sociedade volta repetidamente como algo que existe fora e além do indivíduo. (ELIAS, 1994b[1939], pp. 238-239)

Para Elias, ambas as concepções que tomam ou os indivíduos divorciados da sociedade ou a sociedade como algo superior e independente de seus indivíduos são inadequadas. Elias discordava, portanto, das suposições filosóficas e sociológicas que baseiam seus fundamentos epistemológicos numa “nítida linha divisória entre o que está ‘dentro’ do homem e o ‘mundo externo’”. Também, segundo o autor, a concepção de indivíduo como “ser encapsulado”, da filosofia platônica à filosofia moderna, tem estado no centro do debate. Estivera presente na imagem do “sujeito pensante de Descartes”, nas discussões de Leibniz sobre as “mônadas sem janelas”, no “sujeito kantiano do conhecimento” e na “filosofia existencialista” (*op. cit.*, pp. 241-242).

A origem dessa concepção de indivíduo como um ser autossuficiente, enclausurado dentro de si, separado do mundo exterior por uma parede invisível, estaria, segundo Elias, atrelada ao processo civilizador. Este teria levado o indivíduo a “um conhecimento mais profundo e ao crescente controle da natureza”, além de “maior autocontrole” (*op. cit.*, p. 243). Em outras palavras, o conhecimento do funcionamento da natureza como o de que a terra gira em torno do sol exigia do indivíduo maior controle emocional, no sentido de que a compreensão baseada na crença tradicional deveria dar lugar ao conhecimento científico.

É preciso, no entanto, compreender que, como postulou Elias, no decorrer do processo civilizador, à medida que o conhecimento humano se desenvolvia, ocorriam também mudanças estruturais nas peculiaridades dos indivíduos. Em decorrência disso, com o aumento do autocontrole das emoções, que permitia um maior distanciamento reflexivo, a espontaneidade da ação efetiva diminuía. Assim, para Elias, “a ideia de indivíduos decidindo, agindo, e ‘existindo’ com absoluta independência um do outro é um produto artificial do homem, característico de um dado estágio do desenvolvimento de sua autopercepção” (*op. cit.*, p. 248). Mas afinal, se a imagem da autopercepção do indivíduo é a do ser encapsulado, fechado dentro de si, separado do que lhe é externo, o que de fato representa a imagem da cápsula e qual é seu verdadeiro conteúdo? Segundo Elias, os mecanismos de controle e restrições internas representam metaforicamente a imagem da cápsula. O conteúdo é representado pelas emoções, os instintos e os impulsos encapsulados dentro do indivíduo:

O controle mais firme, mais geral e uniforme das emoções, característico dessa mudança civilizadora, juntamente com o aumento de compulsões internas que, mais implacavelmente do que antes, impedem que todos os impulsos espontâneos se manifestem direta e motoramente em ação, sem a intervenção de mecanismos de controle – são o que é experimentado como a cápsula, a parede invisível que separa o “mundo interno” do indivíduo do “mundo externo” ou, em diferentes versões, o sujeito de cognição de seu objeto, o “ego” do outro, o “indivíduo” da “sociedade”. O que está encapsulado são os impulsos instintivos e emocionais, aos quais é negado acesso direto ao aparelho motor. Eles surgem na autopercepção como o que é ocultado de todos os demais, e, não raro, como o verdadeiro ser, o núcleo da individualidade. (ELIAS, 1994b[1939], pp. 246-247)

A reivindicação de Elias era, portanto, que a imagem do indivíduo como “personalidade fechada” fosse substituída pela “personalidade aberta”. Esta, apesar de possuir certo grau de autonomia em relação aos demais, é sempre “orientada para outras

peças e dependente delas”, formando uma rede de interdependências. Essa rede, constituída através das contínuas relações entre os indivíduos, formaria o nexo a que Elias chama de “configuração”. Este conceito empregado por Elias representava uma tentativa de eliminar a cisão presente na forma tradicional de ver o indivíduo, e significava a relação de interdependência entre um grande número de pessoas. Além disso, a noção de configuração permitia Elias dispensar o conceito de “sociedade” comumente utilizado na teoria social como um sistema ou uma totalidade que existe para além dos indivíduos. Mas Elias também rejeitava a ideia de que os atributos individuais fossem formados fora da sociedade e que existissem independentemente dela. O conceito de *sistema* foi igualmente recusado pelo sociólogo devido à falsa ideia correlata de imutabilidade.

A reflexão sociológica de Elias é referida como sociologia processual. O autor resistia a explicações que tomavam os indivíduos ou as configurações como um estado: acreditava que os *processos* fossem irredutíveis a *estados*, pois estão em fluxo constante. Por exemplo, em seu estudo do desenvolvimento da personalidade individual confrontou a noção de indivíduo naquilo que chamou de *homo clausus*, “um pequeno mundo em si mesmo”, pois essa noção toma o indivíduo num estado de consciência tal que de forma autônoma tomava conhecimento do mundo exterior, ignorando o fato de que todo o conhecimento aí presente se deu através de um longo processo de civilização.

1.3. INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO *VERSUS* HOLISMO METODOLÓGICO

Em um estudo sobre a relação do marxismo com o individualismo metodológico, Erik Wright, Andrew Levine e Elliot Sober (1992) puseram em destaque as críticas de Marx ao individualismo presente nas discussões dos economistas e filósofos clássicos. Karl [Heinrich] Marx (1818-1883) criticava duramente tais percepções que tomavam o indivíduo abstraído das relações sociais e baseavam suas teorias nas escolhas imputadas de indivíduos abstratos. Em decorrência do pensamento de Marx, a maioria dos Marxistas daria relevância explicativa às totalidades em oposição à análise individualista.

Em oposição à abordagem marxista, defensores do individualismo metodológico como Karl [Raimund] Popper (1902-1994) propuseram sua abordagem como uma frente evidente às práticas explicativas do marxismo. O posicionamento advogado por

Popper em *The Open Society and its Enemies* (1962) estabelecia que “todos os fenômenos sociais e especialmente o funcionamento das instituições sociais deveriam ser sempre entendidas como resultantes das decisões, ações, atitudes etc. de indivíduos humanos” (POPPER, 1962 *apud* DEUMERT, 2003, p. 50).⁴ Além disso, para Popper, o pesquisador nunca deveria se satisfazer com explicações em termos de coletividade.

Segundo Ana Deumert (2003), o posicionamento do individualismo metodológico não tem necessariamente relação com o individualismo ontológico (a doutrina de que apenas os indivíduos são “reais”) ou com o psicologismo (a confiança nas explicações psicoindividualistas) e Popper veementemente opunha-se a interpretações da agência humana em termos da psicologia humana, insistindo na importância da situação social para uma interpretação adequada da ação individual. Além disso, Deumert argumentou que o debate entre o holismo metodológico e o individualismo metodológico, apesar de antigo, fora revisitado nos anos 1950 e 1960, além de Popper, por Friedrich August Hayek (1899-1992) e John William Watkins (1924-1999), que se levantaram em defesa do individualismo metodológico.

Desde então, segundo Deumert, os sociólogos em geral têm adotado uma visão crescentemente crítica em relação ao holismo metodológico e sua preocupação com estruturas supraindividuais, focando cada vez mais suas teorizações sobre os indivíduos como agentes e criadores de estruturas sociais. O posicionamento do individualismo metodológico é associado com o trabalho de Karl Emil [Max]imilian Weber (1864-1920) e sua ‘sociologia interpretativa’. Conforme argumentou Deumert, Max Weber reivindicava que “todas as explicações de fenômenos sociais deveriam ser realizadas em termos de agência individual, e que todos os conceitos macrosociológicos deveriam ser explicáveis como resultantes das ações dos indivíduos” (DEUMERT, 2003, p. 50).^{5*}

O individualismo metodológico, conforme discutem Wright *et. al.* (1992), defende que a explicação do social é, em última instância, redutível ao nível individual de explicação. Partindo, principalmente, das teorizações de Jon Elster (n. 1940), os

*Todas as traduções para o português realizadas nesta tese dos textos em inglês, francês e espanhol são tributárias ao seu autor, sendo este o único responsável pelo conteúdo traduzido.

⁴ (...) all social phenomena and specially the functioning of all social institutions, should always be understood as resulting from the decisions, actions, attitudes etc. of human individuals (...). (POPPER, 1962 *apud* DEUMERT, 2003, p. 50)

⁵ (...) all explanations of social phenomena must be rendered in terms of individual agency, and all macrosociological concepts should be explicable as the result of the actions of individuals (...). (DEUMERT, 2003, p. 50)

autores buscaram mostrar as consequências metodológicas das visões holistas e individualistas para a teoria social. Elster, partidário do marxismo analítico, é um dos principais representantes do individualismo metodológico na atualidade. No livro *Making Sense of Marx* (1985), Elster caracterizou a abordagem como um método explicativo que pode tanto partir de um nível macro para um nível micro quanto o oposto disso. Elster definiu o individualismo metodológico dizendo que se tratava da “doutrina de que todos os fenômenos sociais – sua estrutura e sua mudança – são, em princípio, explicáveis por formas que envolvem apenas os indivíduos, suas propriedades, seus objetivos, suas crenças e suas ações” (ELSTER, 1985 *apud* WRIGHT *et. al.*, 1992, p. 111).⁶

No livro *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais* (1994), Elster declarou que “a unidade elementar da vida social é a ação humana individual. Explicar instituições sociais e mudança social é mostrar como elas surgem como resultado da ação e interação dos indivíduos” (ELSTER, 1994, p. 29). Assim, para Elster, as ciências sociais, como qualquer outra ciência, devem ser capazes de explicar fenômenos complexos, reduzindo-os aos seus elementos constitutivos, no caso, às ações individuais.

Elster, no entanto, argumenta que o conjunto de características individuais que forma as bases para a compreensão dos fenômenos sociais é muito mais amplo do que as crenças, desejos e outros elementos psicológicos. Além disso, para o autor, “muitas das propriedades individuais, como a de ser ‘poderoso’, são inerentemente relacionais, no sentido de que a descrição adequada de um indivíduo pode envolver referência a outros” (*op. cit., loc. cit.*). Tais propriedades relacionais dizem respeito à condição dos demais indivíduos a que se acha relacionada a pessoa que pode ser considerada poderosa: os amigos, os funcionários, por exemplo.

Uma das questões debatidas pelos partidários do individualismo metodológico se relaciona com o argumento *holista* de que “o todo é mais que a soma das partes”. Conforme argumentam Wright *et. al.* (1992), há quem diga, por exemplo, que a abordagem individualista implica a rejeição de tal argumento. Entretanto, o fato de teóricos como Elster reconhecerem a importância de explicações baseadas em propriedades relacionais indica que o dogma holista pode ser aceito. Os autores dizem

⁶ (...) the doctrine that all social phenomena – their structure and their change – are in principle explicable in ways that only involve individuals – their properties, their goals, their beliefs and their actions. (ELSTER, 1985 *apud* WRIGHT *et. al.*, 1992, p. 111)

que o problema desse argumento depende do que pode ser entendido por “soma” e “parte”. Assim, a afirmação holista poderá ser compreendida da seguinte forma:

as partes da sociedade são indivíduos dotados de propriedades *atomísticas*, isto é, propriedades que podem ser definidas para cada indivíduo independentemente de todos os demais. O todo, então, é “maior” que a “soma” dessas partes no sentido de que as propriedades do todo provêm de padrões relacionais sistemáticos de interação entre os indivíduos – as relações que os mantêm juntos – e não simplesmente da agregação de suas propriedades atomísticas (isto é, não relacionais). Por outro lado, se são incluídas propriedades *relacionais* nas descrições das próprias partes, então não é mais verdade que o todo é superior à soma de suas partes. Tudo o que foi incluído na expressão “maior que” na formulação holista foi agora resumido na redescrição das “partes”. (WRIGHT *et. al.*, 1992, pp. 111-112)⁷

Os autores sustentam ainda que, para o individualismo metodológico, apenas as relações entre os indivíduos são irredutíveis. Rejeita, portanto, o argumento holista de que as categorias sociais agregadas também o sejam. Por outro lado, os partidários do holismo sustentam que os fatos sociais explicam os fatos sociais diretamente, sem que haja qualquer função interpretativa para os mecanismos que agem no plano individual, os defensores do individualismo metodológico sustentam que os fenômenos macrossociais sempre podem ser reduzidos às suas realizações no plano micro.

1.4. DURKHEIM E A DEFINIÇÃO DE FATO SOCIAL

Émile Durkheim (1858-1917) concebeu como objeto de estudo da Sociologia “os fatos sociais”. Para o sociólogo francês, o social somente se explica pelo social e a sociedade é um fenômeno independente das manifestações individuais de seus membros. Segundo Durkheim, os fatos sociais são formas de “agir, de pensar e de sentir, exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatos se impõem a ele” (DURKHEIM, 2007[1895], p. 3).

⁷ (...) the parts of society are individuals with *atomistic* properties, i.e. properties that can be defined for each individual independently of all other individuals. The whole, then, is “greater” than the “sum” of these parts in the sense that the properties of the whole come from the systematic relational patterns of *interaction* among these individuals – the relations that bind them together – and not simply from the aggregation of their atomistic (i.e. non-relational) properties. On the other hand, if *relational* properties are included in the descriptions of the parts themselves, then it is no longer true that the whole is more than the sum of its parts. Everything that was included in the word “greater” in the holistic formulation has now been packed into the redescription of the “parts”. (WRIGHT *et. al.* 1992, pp. 111-112)

Os fatos sociais possuem características que são externas aos indivíduos, ou seja, existem independentemente dos usos que o indivíduo faça deles; são coercitivos no sentido de serem obrigatórios, isto é, o indivíduo não pode se opor à sua existência e às suas prescrições; são restritivos, pois sempre que um empreendimento individual ousar violentá-lo sofrerá as consequências de seu ato:

Um fato social se reconhece pelo poder de coerção externa que exerce ou é capaz de exercer sobre os indivíduos, e a presença desse poder se reconhece, por sua vez, seja pela existência de alguma sanção determinada, seja pela resistência que o fato opõe a toda tentativa individual de fazer-lhe violência. [...] tenha-se o cuidado de acrescentar como segunda e essencial característica que ele existe independentemente das formas individuais que assume ao difundir-se. [...] Pode-se defini-lo igualmente: uma maneira de pensar ou de agir que é geral na extensão do grupo, mas que existe independentemente de suas expressões individuais. (DURKHEIM, 2007[1895], p. 10, *passim*)

Em outra ocasião, o sociólogo ofereceu um exemplo de como os fatos sociais envolvem obrigação moral e de como são apoiados por sanções, seja de forma direta ou indireta:

Se tento violar as regras do direito, elas reagem contra mim para impedir meu ato, se estiver em tempo, ou para anulá-lo e restabelecê-lo em sua forma normal, se tiver sido efetuado e for reparável, ou para fazer com que eu o expie, se não puder ser reparado de outro modo. [...] Ademais, a coerção, mesmo sendo apenas indireta, continua sendo eficaz. Não sou obrigado a falar francês com meus compatriotas, nem a empregar as moedas legais; mas é impossível agir de outro modo. Se eu quisesse escapar a essa necessidade, minha tentativa fracassaria miseravelmente. (DURKHEIM, 2007[1895], pp. 2-3, *passim*)

Ana Deumert (2003) argumentou que, ao conceber os fatos sociais como exteriores ao indivíduo, a concepção durkheimiana trazia consequências metodológicas importantes. Primeiramente, a concepção de fatos sociais como externos ao indivíduo implica que eles não podem ser observados através da introspecção, mas requerem análises empíricas. Em segundo lugar, uma vez que os fatos sociais formam uma realidade *sui generis*, eles podem ser tratados como “coisas”, isto é, podem ser medidos, quantificados, e sujeitos a análises estatísticas tanto quanto os objetos do mundo natural.

Na obra *O Suicídio* (1897), Durkheim demonstrou como os fatos sociais funcionam e devem ser investigados. Tratou-se de um estudo comparativo das taxas de suicídio em alguns países europeus: países católicos apresentaram taxas de suicídio bem

menores que países protestantes. Além disso, sua investigação mostrou que as taxas de suicídio diferiam quando as variáveis sexo, estado civil, situação socioeconômica etc. eram consideradas. A análise dos relatórios médicos que indicavam as causas do suicídio de cada indivíduo revelou ao sociólogo que a explicação para o suicídio não deveria ser encontrada nos desejos e crenças dos indivíduos, pois as razões relatadas para o suicídio eram praticamente idênticas entre os países, não podendo explicar as diferenças estatísticas evidenciadas.

Para Durkheim, as causas que deram origem ao fenômeno coletivo de suicídio eram de natureza social e não individual, e estavam vinculadas à dificuldade de integração social de alguns indivíduos que professavam a fé cristã. Para o sociólogo, para se pudesse descobrir causa produtora do fenômeno do suicídio seria necessário ir além dos casos particulares, pois essa causa é exterior aos indivíduos. Dessa forma, as causas do suicídio teriam de ser tomadas como externas aos indivíduos e a explicação para tais causas não poderiam levar em consideração as intencionalidades individuais. Embora Durkheim tenha concluído que a taxa de suicídio constituía um fato social que existe independentemente de suas manifestações individuais, sua pesquisa mostrou-lhe que as causas sociais que deram origem às taxas de suicídio interagem com fatores psicoindividuais ao conduzirem os indivíduos ao suicídio.

1.5. DURKHEIM E A CRÍTICA AO INDIVIDUALISMO METODOLÓGICO

Não são raras as críticas direcionadas às discussões de Durkheim sobre a questão do indivíduo. Segundo Giddens (n. 1938), o sociólogo francês é frequentemente referido como um “anti-individualista convicto”. No entanto, Giddens (1998) analisou a obra de Durkheim, inserindo suas discussões dentro do espírito de época que permitiu a emergência do “culto ao indivíduo/individualismo”, e percebeu no trabalho do sociólogo francês uma vigorosa defesa de um tipo de individualismo: “o individualismo moral”. Toda a controvérsia sobre o posicionamento de Durkheim teria se originado de sua tentativa de separar o “individualismo moral” – concepção das características da ordem social moderna – do “individualismo metodológico”:

Durkheim rejeitava o individualismo utilitarista (defendido na filosofia utilitarista) como proposta metodológica. Para o autor, “a sociologia não poderia estar baseada em uma teoria que tratasse o indivíduo como *ponto de partida da análise*”. Por outro lado, o “individualismo moral” teria que estar referido a um processo social,

que era muito importante na sociologia moderna. Esta última forma, a que Durkheim se referia como “culto do indivíduo”, foi criada pela sociedade: e exatamente esse fato demonstrava a inadequação do utilitarismo como teoria social, porque o que ele tomava como premissa era, na verdade, o resultado de um longo processo social. (GIDDENS, 1998, p. 148)

Note-se que, segundo Giddens, Durkheim tomava a noção de indivíduo ou de individualismo como resultado do processo social; nesse caso, Elias pareceu acompanhá-lo no pensamento. Os estudos de Durkheim sobre a emergência do individualismo moral na sociedade moderna representavam um esforço no sentido de identificar a natureza das relações entre o indivíduo e a sociedade. Segundo Giddens, a investigação de Durkheim levou-o a identificar a fonte ideológica do que chamou de “culto do indivíduo”. Este, que emergia juntamente com o desenvolvimento do individualismo moral, originara-se no meio protestante e se inspirava nas concepções do cristianismo. Era, além disso, composto de “valores cuja expressão intelectual foi formulada pelos filósofos do século XVIII e que inspiraram a Revolução Francesa. Tais valores enfatizaram a dignidade e o valor do ‘homem em abstrato’” (GIDDENS, *op. cit.*, p. 150). A concepção de indivíduo que teria sido incorporada ao movimento do individualismo moral não era, portanto, o indivíduo concreto, de carne e osso, o representante da sociedade, a personalidade particular, mas o “homem em geral”.

Giddens assinalou também que os valores presentes no emergente individualismo moral não se tratavam dos mesmos encontrados no “egoísmo” da filosofia utilitarista que Durkheim combatia, significava exatamente seu oposto. Enquanto o egoísmo representava a busca pelo interesse próprio, aqueles valores representavam sentimentos de compaixão pelos demais. No entanto, conforme acreditava Durkheim, a ascensão do individualismo moral poderia, como resultado, desencadear tendências egoístas:

Sem dúvida, a compaixão pelos outros e a compaixão por nós mesmos não são estranhas entre si, já que elas progridem ou declinam conjuntamente; mas uma não deriva da outra. Há um vínculo de origem comum entre elas, porque ambas se originam e se constituem em aspectos diferentes do mesmo estado de *conscience collective*. Ambas expressam o modo pelo qual o valor moral do indivíduo acabou por ser estimado. (...) nos tornamos tão sensíveis ao que afeta cada um individualmente quanto ao que nos afeta particularmente [...]. Nosso próprio egoísmo é, em grande medida, um produto da sociedade”. (DURKHEIM, 1930 *apud* GIDDENS, *op. cit.*, p. 158, *passim*)

No contexto da divisão e especialização do trabalho decorrente da revolução industrial, a busca pelo desenvolvimento pessoal representava o alvo a ser alcançado por cada indivíduo concreto, de carne e osso. A autorrealização não era incompatível com o desenvolvimento dos demais membros da sociedade industrial. Pelo contrário, conforme argumentou Giddens (*op. cit.*, p. 151), “o respeito ao indivíduo e a demanda concomitante por igualdade tornavam-se imperativos morais”. O “culto do indivíduo” tinha, portanto, para Durkheim, relações íntimas com a diversificação da divisão do trabalho.

Segundo Giddens, na discussão dos fatos sociais, Durkheim enfatizou sobre o poder de restrição externa que tais fatos impõem ao empreendimento individual. O poder coercitivo dos fatos sociais constitui, pois, uma realidade externa que exige uma adequação do indivíduo às formas coletivas de ação e pensamento. Dessa forma, Giddens sustenta que, tal como o restante da obra de Durkheim, muito de sua análise sobre os fatos sociais é polêmica (*op. cit.*, p. 155). Na análise sobre a emergência do individualismo moral e do egoísmo, Durkheim especificara duas concepções de indivíduo: o concreto e o abstrato. O indivíduo abstrato, tema dos ideais que foram transportados para o individualismo moral, representava “o ser humano em geral”; o indivíduo concreto representava “o portador da sociedade”, o indivíduo de direitos e liberdades, responsável pela autorrealização, pela busca do bem estar, pela especialização ocupacional na divisão do trabalho. No entanto, conforme argumentou Giddens, no tratamento que Durkheim deu aos fatos sociais, a distinção do tipo de indivíduo não foi especificada:

Sustentando que os fatos sociais são “externos” ao indivíduo, Durkheim tinha em mente o indivíduo concreto [...]. Mas isso foi expresso de tal forma que dificilmente surpreende o fato de que Durkheim tenha sido acusado de uma reificação ilegítima do “social”. Uma ambiguidade similar aflora em relação ao segundo critério que aplicou: o da “obrigação” ou “coação”. Se o indivíduo de Durkheim é o “indivíduo concreto”, então sua análise do caráter “coercitivo” dos fatos sociais em *As regras* é, no mínimo, insatisfatória; assim, outros fenômenos externos ao “indivíduo concreto” compartilham do mesmo caráter – tal como aqueles determinados pelo ambiente geográfico. Os fatos sociais seriam meramente residuais, colocados “fora” do indivíduo e resistentes à sua vontade. Mas é evidente que não era isso que Durkheim queria sustentar. Os fatos sociais são distintos do mundo físico, porque “eles consistem de ideias e ações”. Em que sentido, então, os fatos sociais seriam “coercitivos”? (GIDDENS, *op. cit.*, p. 155)

Para Giddens, a incoerência presente na análise que Durkheim fez da natureza dos fatos sociais deveu-se à indistinção da natureza do indivíduo concreto, de um lado, e do “ator social” abstratamente concebido, de outro. “O indivíduo concreto, necessariamente, é o ‘portador’ da sociedade: removam-se todos os organismos humanos e não há mais sociedade”, enfatizou Giddens (*op. cit.*, p. 155). A análise de Giddens mostrou que a discussão que Durkheim fizera dos fatos sociais em *As regras do método sociológico*, vai de uma noção de indivíduo a outra. Mostrou ainda a incoerência presente na argumentação de que tais fatos, por serem “empiricamente externos” à ação individual, poderiam exercer uma força semelhante àquelas produzidas pelas forças geográficas e climáticas. Por isso, a conclusão de Giddens (*op. cit.*, p. 162) foi de que a maior parte do argumento de Durkheim “em *As regras* só é compreensível se o ‘indivíduo’ for o ‘indivíduo concreto’”.

Giddens assegurou que a ênfase de Durkheim sobre a natureza externa e coercitiva dos fatos sociais tinha relação íntima com sua rejeição do “individualismo metodológico”. Apesar de o individualismo moral ter seu lugar na análise sociológica, pois era uma criação da sociedade, “o indivíduo do culto” deveria ser tratado como resultado de um longo processo de socialização. Não constituiria, portanto, um ponto de partida da análise, como pretendia a filosofia utilitarista, mas de chegada. No entanto, sua ênfase “no caráter obrigatório dos fatos sociais”, sustentou Giddens (*op. cit.*, p. 156), “não dá lugar ao ator social como um agente consciente de vontade”.

Em *O Suicídio* (1897), Durkheim já havia feito referência à conexão entre os componentes biológicos e sociais da personalidade. Nesse estudo, o autor argumentou que a taxa de suicídio, comparada aos casos particulares de suicídio, constituía em si um fato novo, *sui generis*, que tinha sua própria unidade e individualidade, e que tinha que ser explicada sociologicamente. Giddens sustentou que o sociólogo francês, a fim de justificar sua tese, separou os fatores sociais que causavam a *taxa* de suicídio daqueles que seriam relevantes para o estudo do caso individual. No entanto, para Giddens, Durkheim foi novamente incongruente, pois sua tese assumia que “as características da personalidade suicida eram pré-sociais”, ou seja, faziam parte da “constituição biológica do organismo”, mas não era isso o que Durkheim, de fato, defendia:

Durkheim, de fato, não aceitava essa formulação, mostrando que o “tipo individual” de suicídio era fortemente influenciado pelo “tipo

social”. Se se admite isto, entretanto, o modelo explanatório que Durkheim estabeleceu no livro é, de modo imediato, defeituoso[...]. Basta isto para mostrar que, apesar de a tentativa de Durkheim de separar o individualismo moral do metodológico ter sido talvez mais sutil do que acreditaram muitos dos seus críticos, o resultado foi uma síntese frágil e essencialmente insatisfatória. (GIDDENS, *op. cit.*, p. 159-160, *passim*)

Para Giddens, ao procurar separar o individualismo moral do metodológico, Durkheim dirigiu seus estudos de forma a rejeitar a proposta utilitarista de que o método de análise sociológica deveria partir da observação do comportamento do indivíduo (individualismo metodológico). Para ele, a sociedade não se reduzia a um produto de “vontades individuais pré-formadas – porque a sociedade fazia, e tinha que fazer, exigências ao indivíduo que eram estranhas às próprias vontades deste” (*op. cit.*, p. 162). Na análise que Giddens empreendeu às teses durkheimianas ficou evidente que entre as inclinações individuais e as ordens sociais há uma barreira intransponível.

A Sociologia se consolidou como disciplina acadêmica e como área da pesquisa sociológica a partir dos postulados de Durkheim. Por força da necessidade de delimitar o objeto de estudo da Sociologia e firmá-la como um campo de estudo autônomo, Durkheim buscou afastar de sua área de investigação as manifestações individuais. Os fatos sociais que interessam ao sociólogo são fatos exteriores ao indivíduo. Entretanto, como apontou Bernard Lahire (2004), é difícil pensar que o fato social possa existir independente dos indivíduos. Ao contrário, argumenta esse autor, eles “existem por meio dessas formas individuais que podemos tanto *dessingularizar* por medidas estatísticas quanto *singularizar* pelo estudo de caso, pela observação direta de comportamentos etc.” (LAHIRE, 2004, p. 599).

1.6. GIDDENS E A TEORIA DA ESTRUTURAÇÃO: AÇÃO E AGÊNCIA DO ATOR SOCIAL

O termo indivíduo já foi referido aqui como o *homo clausus* e suas diferentes definições na tradição filosófica ocidental, um ser consciente, autorregulador, “um pequeno mundo em si mesmo”, de acordo com a crítica de Elias. Esse mesmo indivíduo foi que sofreu as consequências do método durkheimiano, que o rejeitou como o ponto de partida da análise sociológica. Ambos os autores acreditavam que o indivíduo deveria ser tomado como resultado de um longo processo social e ambos estavam de acordo com a limitação da ação individual.

As teorias sociológicas que se orientaram pelo individualismo metodológico continuaram a manter a cisão metodológica entre ação social e ação individual, pautando suas explicações na ação individual. Deumert (2003, p. 51) argumentou que “se o termo indivíduo é usado no sentido de significar nada além de ser humano, então ver a sociedade como um agregado de indivíduos é autoevidente e trivial”.⁸ Se, por outro lado, esse termo é entendido como “agente, no sentido de alguém contribuindo para a constituição e mudança de macroestruturas, então, é necessário o desenvolvimento de um relato mais detalhado do que a agência humana é e de como se chega das ações humanas às estruturas coletivas” (*op. cit., loc. cit.*).⁹

Segundo Giddens (2000[1979]), a teoria social tradicionalmente teve problemas com a relação *estrutura* e *ação*. Para ele, “se tratava de um dualismo entre indivíduo e sociedade, ou entre o *ator* e o *sistema social*” (*op. cit., p. 61*). Em sua teoria da estruturação, o autor buscou dar ênfase ao fluxo dinâmico da vida social, recusando-se a ver a vida social simplesmente como “a sociedade”, de um lado, e o produto do “indivíduo”, de outro, mas como uma série de atividades e práticas que são exercidas pelos atores sociais e que, ao mesmo tempo, reproduzem instituições mais amplas. A abordagem de Giddens em sua teoria da estruturação tem sido considerada primorosa para a compreensão da agência humana e da realidade social.

A teoria da estruturação representa, para Giddens (2000[1979]), uma tentativa de resolver o problema do dualismo entre estrutura social e ação individual. Para isso, o sociólogo teve de repensar a noção de estrutura, concebendo-a como “um fluxo de ações individuais” para, em seguida, relacioná-la com atributos da autoconsciência. Giddens não concebe a ideia de que a ação esteja contida no indivíduo simplesmente, por isso, recorreu à noção de língua, dele próprio, para explicar analogicamente a relação entre a estrutura e a ação individual. A língua, que tem estrutura e forma, não é visível e só existe na medida em que faz parte das ações dos indivíduos quando estes a utilizam em suas relações cotidianas. A isso, o autor chama de “propriedade recursiva da linguagem”. Para Giddens, é através da língua que se pode chegar à compreensão de como a recursividade se processa na vida social. Assim, também a sociedade é

⁸ If individual is meant to indicate nothing but human being then to see society as an aggregate of individuals is self-evident and trivial. (DEUMERT, 2003, p. 51)

⁹ [...] agent, in the sense of someone contributing to the reconstitution and change of macro-structures, then it is necessary to develop a more detailed account of what human agency is and how one gets from individual actions to collective structures [...]. (*op. cit., loc. cit.*)

entendida como “um complexo de práticas recorrentes que criam instituições” (*op. cit.*, p. 62).

Giddens não ignora o fato de as propriedades estruturais da sociedade e dos sistemas sociais serem reais. Entretanto, por não terem existência física, só são reais na medida em que dependem das ações rotineiras dos indivíduos, podendo ser “mais estáveis ou rígidas”. O autor também não descarta a tese durkheimiana “de que a sociedade é um fenômeno estruturado e que as propriedades estruturais de um grupo ou sociedade influenciam o modo como seus membros agem, sentem e pensam” (*op. cit.*, p. 62).

A língua é vista pelo autor como que possuindo uma forma muito rígida, pois caso o indivíduo viole mesmo que a mais insignificante das regras de uma língua, isso despertaria uma forte reação nos demais interlocutores. Embora Giddens não explicito o tipo de regras a que se refere, é possível pensar por meio de suas discussões que sejam as regras estruturais da língua. Para Giddens, a relação entre a língua e as práticas sociais não é mera analogia, pois o autor considera a língua como uma parte essencial de tudo o que os indivíduos fazem na vida social. A língua é, para o autor, uma prática social e tem uma estrutura. Esta se “manifesta principalmente naquilo que fazemos de modo regular e institucionalizado. Muitos de nossos atos cotidianos são regidos pelo que eu chamo de consciência prática” (*op. cit.*, p. 63). A noção de consciência prática representa para Giddens, a capacidade de o indivíduo “tocar para frente”, continuar, através das “regras e convenções da vida social”.

Por outro lado, Giddens acredita que as estruturas são sempre uma manifestação da ação, no sentido de que sempre há um agente envolvido na reconstituição ou reprodução das estruturas:

Se considerarmos que a ação é essencialmente a capacidade de ter procedido de outra forma, toda a vida social depende dela. Mesmo que esteja sobre a mira de um revólver continua sendo um agente no sentido filosófico. Muitos cientistas sociais não conseguiram perceber o que é óbvio para qualquer leigo: somos seres conscientes e intencionais que, entre outras coisas, lemos sociologia e refletimos a respeito de suas descobertas. (GIDDENS, 2000 [1979], p. 63)

Giddens, porém, não ignora que, no processo de socialização, o indivíduo seja exposto a certos ambientes que venham influenciar suas futuras escolhas. No entanto, as ‘influências sociais’ não poderiam ser consideradas como as relações causais da

natureza. Pode-se dizer, assim, que as mesmas pessoas que estiveram expostas às mesmas influências reagiriam de forma diferente a certas situações. Podem não desenvolver os mesmos gostos ou gostarem de coisas que não faziam parte das opções a que estiveram expostos ou nem mesmo gostarem de nenhuma dessas coisas.

Para Giddens “a estrutura só existe na medida em que as pessoas agem conscientemente e em certos contextos que têm consequências determinadas” (*op. cit.*, p. 65). É através da regularidade das ações, reprodução das ações e de suas consequências que elas se tornam estruturais e permite que se fale de “efeitos estruturais”. A concepção de estrutura, para Giddens, é algo que é tanto capaz de constranger o indivíduo quanto de fortalecê-lo. Para o autor, “os sistemas sociais”, incluindo a língua, existem em função das práticas e ações que os indivíduos mobilizam cotidianamente e dependem, além disso, das *convenções*:

As convenções – o que as pessoas fazem, o que elas fazem em sua vida cotidiana – podem ter, é claro, efeitos extremamente restritivos sobre aquilo que é possível para todo e qualquer indivíduo. O mesmo se dá com a linguagem; porém a linguagem permite realizar toda uma série de coisas que seria impossível fazer sem ela. (...) As pessoas só podem agir convencionalmente graças ao conhecimento mútuo das convenções. Ninguém pode inventar suas próprias convenções. O uso das convenções, na linguagem ou de modo geral, normalmente depende da ‘consciência prática’ – a capacidade de ‘tocar para a frente’ nos diversos contextos da vida social, como dizia Wittgenstein. Boa parte da pesquisa social se refere justamente à área da consciência prática. Considera-se que as pessoas sejam menos cômicas do que realmente são porque se supõe que seu conhecimento se limite àquilo que elas são capazes de dizer a respeito do que fazem. Mas o que os atores são capazes de dizer a respeito do que fazem, e por que o fazem, é apenas uma pequena parte da enorme soma de conhecimentos envolvida na conduta cotidiana. (GIDDENS, 2000 [1979], p. 66)

Giddens não descarta que a matéria da vida social seja coercitiva. No entanto, diz que “todas as coações sociais só são coações em função dos motivos ou interesses que possam ter os atores” (*op. cit.*, p. 67). Para o sociólogo, é preciso que o indivíduo mostre o tempo todo que é um agente para que os demais o aceitem como tal. A “ação pressupõe a coação”, o que nem sempre se admite é que o contrário também procede, isto é, que a “coação pressupõe a ação”. Isto é, ao agir o indivíduo é limitado por algumas regras que estabelecem os contornos de sua ação, por outro lado, a coação só existe porque o indivíduo ousou agir.

Da mesma forma, para Giddens, “só existem forças estruturais na medida em que existem convenções estabelecidas que as pessoas acatam. Só existem estruturas na medida em que as pessoas constantemente reproduzem tais convenções em seus atos e dão forma estruturada às instituições” (*op. cit.*, p. 69). Logo, as forças estruturais pressupõem as convenções acatadas pelos indivíduos. Da mesma forma, as estruturas são constituídas através da reprodução recursiva que os indivíduos fazem das convenções em seus atos cotidianos. É pela reprodução contínua das convenções que as instituições se estruturam. Para Giddens, são os indivíduos que podem agir e não a estrutura que pode. Assim, a vida social “é contínua e contingentemente reproduzida por agentes humanos conscientes – é isso que lhe dá constância e que também produz mudanças” (*op. cit.*, p. 69). Em outras palavras, só existe mudança ou constância na vida social porque os indivíduos são capazes de agir.

Finalmente, para Giddens, a noção de *agência* não está relacionada às intenções que as pessoas têm de fazer coisas, mas às suas capacidades de fazê-las, razão pela qual a agência implica a noção de poder. Esta noção se relaciona com o fato de uma pessoa ou as partes envolvidas na ação poderem agir de outro modo. Em outras palavras, diz respeito a eventos em que um indivíduo como agente poderia, em qualquer momento, “ter agido de outro modo”. O que quer que tenha acontecido não teria acontecido se o indivíduo não tivesse intervindo. Assim, a ação depende da capacidade do indivíduo de fazer a diferença em determinadas situações (cf. GIDDENS, 2000[1979], pp. 15; 87).

A teoria da estruturação de Giddens foi invocada aqui porque fornece um apoio teórico para as discussões que serão desenvolvidas nesta tese sobre a ação individual. A forma como o autor compreende a ação do ator social sobre as estruturas sociais para reproduzi-las, mantê-las ou alterá-las vai ao encontro dos argumentos apresentados a seguir, de que o indivíduo não pode ser descartado nos estudos que tratam dos fenômenos advindos da relação língua e sociedade.

Este capítulo, ao fazer referência ao pensamento dos teóricos da teoria social como Durkheim, Elias e Giddens, além de buscar neles precedentes teóricos que reforcem os argumentos desta tese, quis também mostrar que algumas questões que inquietam os pesquisadores da Linguística perpassam outras áreas afins. Questões que dizem respeito aos indivíduos e suas ações cotidianas não se limitam a um único campo de conhecimento. Embora as tarefas possam ser distribuídas entre as diversas áreas do conhecimento humano e social, uma ampla compreensão do elemento estudado é apenas

possível mediante o rompimento das fronteiras delimitadoras de cada campo, ou seja, o desenvolvimento científico de cada área deve ser aproveitado pelos campos afins.

Assim, para falar da língua como um fato social foi preciso recorrer à ciência que tem como objeto os fatos sociais e compreender como tais elementos são conceituados e como tais conceitos foram, em diferentes épocas, revisados por seus pesquisadores. De modo semelhante, para compreender a natureza dos fatos sociais, ou da língua como tal, fez-se necessária uma descrição da noção de indivíduo e da mudança desse conceito no decorrer do processo civilizador a época atual. A análise de tais elementos evidencia que assim como não se admite mais uma noção de indivíduo como um ser totalmente livre, consciente e autossuficiente, também a ideia de fato social como algo que restringe e constrange a ação individual, negando o fato de que o indivíduo possa fornecer dados coerentes para a descrição dos fenômenos sociais pode ser questionado.

CAPÍTULO II

A NOÇÃO DE LÍNGUA COMO UMA INSTITUIÇÃO SOCIAL NA OBRA DE WILLIAM DWIGHT WHITNEY

2.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

William Dwight Whitney (1827-1894) concebia a língua como um produto da vontade dos indivíduos e subserviente a eles. Para o autor, ela é controlada e mantida unicamente por eles. São os indivíduos que adaptam a língua de acordo com suas vontades às circunstâncias de seu uso. Dessa forma, todos os itens lexicais que compõem uma língua resultam de uma série de mudanças, promovidas pela vontade e consentimento dos indivíduos (dos agentes sociais, nos termos de Giddens), sob condições históricas e de natureza humana.

As considerações de Whitney sobre a natureza da língua valorizam o falante, pondo em destaque sua atuação sobre os processos linguísticos. É preciso, no entanto, observar que essa valorização do falante não significa que o autor concebesse o indivíduo como o portador da língua ou que fosse capaz de consciente e intencionalmente criar novas formas linguísticas e de mudar as já existentes. A língua, para o autor, não constituía uma posse individual, mas social. Dessa forma, Whitney acreditava que qualquer mudança que ocorresse numa língua era resultante de uma ação conjunta dos indivíduos. Nenhum item lexical entraria numa língua sem que houvesse a adesão da maioria de seus usuários; de modo semelhante, nenhum indivíduo teria o poder de mudar uma língua, pois a mudança resultaria de um trabalho coletivo. No entanto, Whitney compreendia que a comunidade não tem o poder de agir senão por intermédio de seus membros individuais, que são agentes/atores no processo de transmissão, propagação, e conservação de uma língua.

Whitney jamais fez referência à língua com a terminologia fato social, mas a considerava uma instituição social semelhante a todas as outras, ou seja, como a política, as leis, a religião etc. (instituições *lato sensu*). A equiparação que Whitney fez da língua com as outras instituições foram questionadas por Ferdinand de Saussure (1916) (cf. discussão no capítulo seguinte). O fato é que considerando a língua uma

instituição social, Whitney imprimiu nela as características próprias das instituições sociais ou dos fatos sociais como viriam a ser definidos por Emile Durkheim (1895).¹⁰

Argumenta-se a seguir que, embora o pensamento de Whitney sobre a língua se encaixe na definição de fato social, sua definição permite a emergência do ator social que é o responsável por sua conservação, inovação e propagação. Discute-se, além disso, a dualidade indivíduo *versus* membro da sociedade nas teorizações do autor; realça-se o fato de a língua como elemento de natureza social ter como possuidor o membro da sociedade; e levanta-se a hipótese da natureza indistinta dos elementos língua e fala nas teorizações do autor.

Evidencia-se, finalmente, que, na concepção de Whitney, os indivíduos podem criar novas formas linguísticas e modificar as já existentes. Porém, é no seio da comunidade que essas formas serão moldadas e receberão os contornos característicos de seus representantes. Mas um fato a ser observado é que, para Whitney, são os indivíduos que mudam a língua, e as ações que a forçam à mudança obedecem a um único princípio que é o de estar constantemente se adaptando às circunstâncias e às necessidades de seus usuários.

2.2. WHITNEY E OS NEOGRAMÁTICOS

Em 1849, Whitney recebeu de presente de seu irmão, Josiah Whitney, que acabara de retornar da Europa, a segunda edição do livro “Gramática do Sânscrito” (1832) de Franz Bopp (1791-1867). Após o contato com o livro, Whitney iniciou seus estudos em Sânscrito na Universidade de Yale nos Estados Unidos e, no ano seguinte, partiu para Berlin, onde estudaria Sânscrito com Albrecht Weber (1825-1901), e depois

¹⁰ Segundo John Scott (2010, pp. 112-113), a ideia de instituição social foi usada pela primeira vez entre os sociólogos para descrever “costumes e hábitos culturais de uma sociedade”. Scott diz que essa ideia foi expressa por William Sumner (1840-1910) ao dizer que os hábitos grupais, como “determinadas maneiras de agir, pensar e sentir são adotadas e repetidas ao longo do tempo até se tornarem comportamentos rotinizados e axiomáticos”. Também Herbert Spencer (1820-1903) já compreendia as sociedades como “instituições abrangentes, domésticas, cerimoniais, políticas, eclesiásticas (ou religiosas), profissionais (ou ocupacionais) e industriais. Porém, segundo Scott, a ideia de instituição “foi expressa com maior sucesso por Durkheim, que generalizou a noção de regras jurídicas, morais ou costumeiras que existem como fatos sociais restritivos numa sociedade particular”. Assim, Scott argumenta que “as instituições são constituídas a partir de normas ou expectativas sociais amplamente consideradas como obrigatórias e sustentadas por fortes sanções que garantem a conformidade a elas”. Ainda segundo Scott, “fica nítida a ideia básica de instituição como uma série de expectativas normativas fundamentais, generalizadas e recorrentes”. Nota-se, que a definição de *instituição social (stricto sensu)* oferecida não se afasta da noção de *fato social* de Durkheim. Posto de outra forma, o conceito de fato social de Durkheim inclui a noção de instituição social, mas vai além, é mais abrangente.

para Tübingen, onde fora orientado por Rudolf Von Roth (1821-1895), grande estudioso dos *Veda* (SILVERSTEIN, 1971).

Nos anos que estudou na Alemanha (1850-1854), Whitney se familiarizou com as descobertas recentes nos estudos da linguagem. Tais descobertas foram possíveis graças aos estudos comparatistas das línguas europeias e, principalmente, pela introdução dos estudiosos ocidentais ao sânscrito. Para Whitney, porém, nada que tenha resultado de tais investigações havia sido suficiente para tornar científico esse campo de estudo.

Uma mudança essencial para o estabelecimento de uma ciência da linguagem emergiu do espírito inovador dos neogramáticos. As concepções destes representaram uma mudança na forma de pensar que tiraria de foco os estudos hipotéticos do indoeuropeu e colocaria no centro do debate a defesa das línguas vivas como o único elemento que poderia constituir o objeto legítimo da investigação linguística. Tal perspectiva se opunha ao tipo de estudo praticado pelos comparatistas que se dedicavam à formulação de hipóteses sobre a origem e parentesco das línguas indoeuropeias.

Hermann Osthoff e Karl Brugmann (1876), principais representantes da nova escola, fizeram censuras explícitas ao método da Gramática Comparada e seu apego às línguas clássicas documentadas:

[...] apenas o [comparatista] que renunciar para sempre ao anteriormente difundido, mas ainda usado, método de investigação, segundo o qual as línguas são observadas apenas no papel e resolvem tudo através de terminologias, sistemas de regras [...] – somente ele poderá chegar a uma correta ideia da maneira pela qual as formas linguísticas vivem e mudam [...]. (OSTHOFF & BRUGMANN, 1876 *apud* LABOV, 1994, p. 18, *passim*, grifos nossos)¹¹

A escola neogramática emergiu ancorada no pensamento de William Dwight Whitney (1827-1894). As concepções deste, sobre como se deveria proceder ao estudo da língua, foram fundamentais para o fortalecimento do posicionamento do novo empreendimento, como se pode perceber no testemunho de August Leskien (1840-1916):

¹¹ [...] only he who renounces forever that formerly widespread but still used method of investigation according to which people observe language only on paper and resolve everything into terminology, systems of rules [...] – only he can arrive at a correct idea of the way in which linguistics forms live and change [...]. (OSTHOFF & BRUGMANN, 1876 *apud* LABOV, 1994, p.18)

As ideias de Whitney, particularmente no período mais recente, têm exercido mais influência na linguística do que se possa imaginar. [...] um caminho metodológico [...] que busca abordar a verdadeira natureza das coisas, neste caso, a natureza real da língua; e certamente uma grande parcela da inspiração para isso vem, indiretamente ou diretamente, de Whitney. (LESKIEN, s/d *apud* JAKOBSON, 1971, p. xxvi)¹²

Da mesma forma, Karl Brugmann (1849-1919), numa conferência em Leipzig, em 25 de novembro de 1894, lembrando os anos iniciais do empreendimento emergente, deu realce à influência das ideias de Whitney sobre os jovens gramáticos. Além disso, mostrou o quanto o posicionamento de Whitney sobre a natureza da linguagem e de seu estudo ajudou a moldar seu próprio entendimento sobre esse assunto:

Whitney foi para mim, como para outros jovens estudiosos, um guia no debate de ideias, cuja credibilidade era sem restrição e cujas dicas podiam ser sempre seguidas com muito proveito. E, com o passar do tempo, a forte opinião que adquiri de Whitney nos meus dias de estudante tornou-se mais firmemente estabelecida. (BRUGMANN, s/d *apud* JAKOBSON, 1971, p. xxvi)¹³

Outro testemunho veio de Ferdinand de Saussure (1857-1913) que, em 1894, na ocasião da morte de Whitney, foi procurado pelos organizadores da *American Philological Association* para que escrevesse um texto sobre a importância de Whitney para os estudos filológico-comparatistas. Tal texto se juntaria a outros que foram escritos pelos mais importantes especialistas da época. As declarações de Saussure sobre a importância das ideias de Whitney foram, recentemente, editadas no livro *Escritos de Linguística Geral*, organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler (2002[2011]), e se pode perceber assim o pensamento de Saussure sobre o legado de Whitney:

As diferentes tentativas que, *pela primeira vez*, tendiam, entre os anos 1860 e 1870, a tirar, da soma dos resultados acumulada pela gramática

¹² Whitney's views, particularly most recently, have effected far more in linguistics than one at first realizes. [...] a methodological path [...] that seeks to approach the true nature of things, in this case the real makeup of language; and certainly a large part of the inspiration for this comes, indirectly or directly, from Whitney. (LESKIEN, s/d *apud* JAKOBSON, 1971, p. xxvi)

¹³ Whitney was for me, as for other younger scholars, a guide in the contest of ideas, whose reliability was beyond cavil and whose hints could always be followed with much profit. And in the course of time the high opinion that I got of Whitney in my student days has only become more firmly established. (BRUGMANN, s/d *apud* JAKOBSON, 1971, p. xxvi)

comparada, qualquer coisa de geral sobre a linguagem, todas malograram ou não tinham valor de conjunto, salvo a de Whitney, que desde o primeiro momento, estava na direção certa e que, hoje, só precisa ser pacientemente retomada. Ele é o primeiro generalizador que soube não tirar conclusões absurdas, sobre a linguagem [...]. Ele tinha inculcado nos linguistas uma visão mais sensata daquilo que era, em geral, o objeto tratado sobre o nome de linguagem [...]. (SAUSSURE, 2011[2002], p. 176, *passim*)

Depois de ter escrito mais de quarenta páginas e de não ter chegado a uma conclusão que atendesse aos anseios do que lhe fora pedido, o texto jamais fora enviado, por recusar-se a caracterizá-lo como comparatista (JAKOSON, 1971): “você me dá a grande honra de me pedir que considere Whitney como um *filologista comparativo*. Mas Whitney nunca quis ser um *filologista comparativo*” (SAUSSURE, 2011[2002], p. 183). Saussure, por outro lado, ressaltou a importância de sua “visão superior” e da originalidade de suas obras *Language and the Study of Language* (1867) e *Life and Growth of Language* (1875).

2.3. ANALOGIAS ENTRE A NATUREZA DO ESTUDO DA LINGUAGEM E OS ESTUDOS ZOOLÓGICOS E GEOLÓGICOS: O PROGRESSO LINGUÍSTICO E O PRINCÍPIO UNIFORMITÁRIO

Uma leitura pouco verticalizada da obra de Whitney poderia, equivocadamente, associá-lo às ideias evolucionistas emergentes do século XIX. Uma das obras mais importantes do autor, *Life and Growth of Language* (1875a), *La vie du Langage* (1875b)¹⁴, traz no título uma analogia a tais ideias. Michael Silverstein (1971, p. xxii) observou esse fato e argumentou que, embora esse trabalho de Whitney tirasse proveito de uma analogia darwiniana, Whitney já se justificara dizendo que se tratava meramente de uma analogia. Whitney escreveu sua obra num momento de plena ascensão das ideias evolucionistas tributárias a Charles Darwin. Embora discordasse das teses dos comparatistas August Schleicher (1821-1868) e Max Müller (1823-1900), de que a língua fazia parte da biologia humana e como tal deveria receber o mesmo tratamento que os demais elementos pertencentes à natureza, Whitney não conseguiu se esquivar das analogias entre a língua e elementos da natureza.

Este item desta tese poderia ser descartado, já que as discussões que importam para os objetivos nela anunciados estão relacionadas à forma com que o autor compreendia a língua como uma instituição social, cujas características se encaixam na

¹⁴ A tradução do livro para o francês foi feita pelo próprio Whitney.

definição de fato social. Contudo, será necessário desenvolver as discussões apresentadas a seguir, uma vez que uma leitura restrita ao pensamento do autor sobre a natureza social da língua deixa emergir, em certos momentos, algumas contradições. Como ficará evidente, Whitney preferia analogias entre o desenvolvimento da língua e os processos geológicos. Além disso, ao dizer que a língua está constantemente sendo adaptada às necessidades de seus usuários, o autor deixa expressa a ideia de progresso linguístico, ou seja, a mudança linguística representa um progresso, pois, mudando os indivíduos, a língua muda para que possa representar essa mudança.

Michael Silverstein, na introdução de seu *Whitney on Language* (1971), assinalou o fato de, para Whitney, a língua ser, em qualquer dado momento, imotivada em sua estrutura; em outras palavras, ela é arbitrária. Whitney havia chegado a essa conclusão porque, para ele, nada há de interno ao sistema da língua que possa justificar a presença de determinadas palavras. Assim, o indivíduo, uma vez exposto aos signos de sua língua nativa, cujo objetivo sempre foi o de se comunicar com os demais indivíduos que já partilhavam de seus significados, para entendê-los e ser entendido por estes, defrontava-se com vocábulos que representavam “signos arbitrários e convencionais”:

[...] todo vocábulo era pra nós um signo arbitrário e convencional: arbitrário, porque qualquer um dos outros milhares de vocábulos poderia ter sido tão facilmente aprendido por nós e associado com a mesma ideia; convencional, porque aquele que adquirimos teve o seu único fundamento e sanção no uso consentido da comunidade da qual fazíamos parte. (WHITNEY, 1867, p. 14)¹⁵

Como tais itens lexicais foram anexados ao sistema da língua tornara-se, assim, uma das questões perseguidas por Whitney, desde a compreensão da condição da língua que possibilita o surgimento do vocábulo em seu interior à sua disseminação, reprodução, desaparecimento e reaparecimento em estágios futuros da língua. Não raramente, Whitney alinhou seu pensamento às evidências presentes no mundo em torno de si. Assim, da observação da forma como os elementos naturais se comportam e da aparente semelhança entre a natureza de tais elementos e a natureza da língua,

¹⁵ [...] every vocable was to us an arbitrary and conventional sign: arbitrary, because any one of a thousand other vocables could have been just as easily learned by us and associated with the same idea; conventional, because the one we acquired had its sole ground and sanction in the consenting usage of the community of which we formed a part. (WHITNEY, 1867, p. 14)

surgiam analogias que comparavam, por exemplo, o desenvolvimento da língua com um *crescimento orgânico* ou *desenvolvimento orgânico*:

A língua, como um corpo orgânico, não é mero agregado de partículas semelhantes, é um complexo de partes relacionadas e mutuamente solidárias [...]. Sua ascensão, desenvolvimento, declínio e extinção são como o nascimento, crescimento, decadência e morte de uma criatura viva. (WHITNEY, 1971[1867], p. 19)¹⁶

Whitney visualizava, ainda, paralelismos entre a “vida da língua” e a do reino animal em geral:

A fala de cada pessoa é, por assim dizer, um indivíduo de uma espécie, com sua conformidade geral herdada para o tipo específico, mas também com suas peculiaridades individuais, sua tendência à variação e à formação de uma nova espécie. Os dialetos, as línguas, os grupos, as famílias, as ações estabelecidas pelo estudioso da Linguística correspondem às variedades, espécies, gêneros, e assim por diante, do zoólogo. E as questões que os estudiosos da natureza estão avidamente discutindo nos dias atuais – a natureza das distinções específicas, a derivação das espécies através da variação individual e da seleção natural, a unidade da origem da vida animal – todas são muito parecidas com aquelas que o estudioso de Linguística tem a oportunidade de constante de tratar. (*op. cit.*, pp. 19-20)¹⁷

Analogias como essas, que Whitney considerava instrutivas, eram repetidas tanto por estudiosos da natureza quanto por estudiosos da língua. O próprio linguista citou, como exemplo, o trabalho de Sir Charles Lyell (1797-1875) que “desenvolvera em seu *Antiquity of Man, capítulo xxiii*, um lúcido argumento analógico sobre a teoria darwiniana da evolução das espécies” (*op. cit.*, p. 20).¹⁸ Por outro lado, criticava duramente o fato de alguns linguistas buscarem correlacionar as teorias evolutivas de

¹⁶ A language, like an organic body, is no mere aggregate of similar particles; it is a complex of related and mutually helpful parts [...]. Its rise, development, decline, and extinction are like the birth, increase, decay, and death of a living creature. (WHITNEY, 1971[1867], p. 19)

¹⁷ The speech of each person is, as it were, an individual of a species, with its general inherited conformity to the specific type, but also with its individual peculiarities, its tendency to variation and the formation of a new species. The dialects, languages, groups, families, stocks, set up by the linguistic student, correspond with the varieties, species, genera, and so on, of the zoölogist. And the questions which the students of nature are so excitedly discussing at the present day – the nature of specific distinctions, the derivation of species by individual variation and natural selection, the unity of origin of animal life – all are closely akin with those which the linguistic student has constant occasion to treat. (*op. cit.*, p. 19-20)

¹⁸ Lyell (*Antiquity of Man*, chapter xxiii), who has founded upon it a lucid and able analogical argument bearing on the Darwinian theory of the mutation of species. (*op. cit.*, p. 20)

Darwin com os fatos da língua. Seu principal embate era com o comparatista alemão August Von Schleicher (1821-1868):¹⁹

O professor August Schleicher, em seu *Die Darwinische Theorie und die Sprachwissenschaft* [A Teoria Darwiniana e a Linguística] (1863), tenta, terminantemente, provar, com a ajuda de analogias, a verdade da teoria darwiniana, sem se atentar para o fato de que a relação entre as duas classes de fenômenos é apenas analógica, não essencial. (*op. cit.*, p. 20, grifos nossos)²⁰

Whitney, evidentemente, preferia analogias entre a ciência da linguagem e a Geologia. O autor fez referência a Sir Charles Lyell, fundador da Geologia moderna, ao fazer a seguinte comparação:

A ciência da linguagem é, como sempre foi, a geologia dos tempos mais modernos, a Era do Homem, tendo como tarefa construir a história do desenvolvimento da Terra e de seus habitantes, do tempo em que os registros geológicos adequados permanecem silenciosos; *quando o homem, não mais um mero animal, começa, com o auxílio da língua, a testemunhar seu próprio progresso e o do mundo a sua volta.* (*op. cit.*, *loc. cit.*, ênfase no original)²¹

Se, por um lado, Whitney não conseguia se esquivar do uso de analogias em sua busca pela compreensão da natureza da língua, esse mesmo autor reconhecia, por outro lado, o perigo de tais recorrências, pois se tratavam de analogias meramente. Tratava-se

¹⁹ Konrad Koerner (1996, p. 16), advogando em favor de Schleicher, mencionou uma afirmação do comparatista alemão de que ele “em questão de método e observações minuciosas, tinha aprendido muito com o trabalho de Mathias Jacob Schleiden (1804-1881) e seu *Principien* (1849)”. Este foi professor de botânica em Jena, de 1839 a 1863, maior parte do tempo em que Schleicher foi cátedra por lá. Koerner (*op. cit.*, p. 62) destacou também que Schleicher, após ler a tradução alemã de *Origem das espécies* de Charles Darwin (1809-1882), em 1863, “observou em um ensaio do mesmo ano que viu suas próprias ideias sobre a linguagem confirmadas pelas descobertas de Darwin”. Esta última afirmação do próprio Schleicher refutaria algumas suposições bastante difundidas na historiografia linguística (compare-se a argumentação de William Whitney) de que o autor tenha desenvolvido seu modelo naturalista da estrutura da linguagem e da evolução linguística sob a influência de Darwin. O fato é que, embora o pensamento de Schleicher seja de inspiração pré-darwiniana e não-darwiniana como postulam alguns (Whitney, 1867; Robins, 1967; Leroy, 1971), suas teorias sobre a natureza da língua e da mudança linguística foram veementemente contra-argumentadas pela escola emergente dos neogramáticos.

²⁰ Professor August Schleicher (*Die Darwinische Theorie und die Sprachwissenschaft*, Weimer, 1863) attempts absolutely to prove by its aid the truth of the Darwinian theory, overlooking the fact that the relation between the two classes of phenomena is one of analogy only, not of essential agreement. (*op. cit.*, p. 20)

²¹ The science of language is, as it were, the geology of the most modern period, the Age of Man, having for its task to construct the history of development of the earth and its inhabitants from the time when the proper geological record remains silent; when men, no longer a mere animal, begins by the aid of the language to bear witness respecting his own progress and that of the world about him. (*op. cit.*, p. 20)

de ilustrações instrutivas, mas que podiam também conduzir a erros, caso o pesquisador permitisse que as analogias determinassem sua visão fundamental sobre a natureza da língua e sobre seu método de estudo. Assim, para Whitney, eram exemplos claros de que as analogias estavam determinando a visão do pesquisador quando se chamava a língua de um organismo vivo que se desenvolve por si só, ou se dizia que a Linguística é uma ciência física por causa da Zoologia e da Geologia.

A recorrência analógica entre o desenvolvimento da linguagem e do próprio desenvolvimento do Planeta, presente na obra de Whitney, encontra explicação em seu desenvolvimento intelectual e em seu conhecimento de Geologia e Arqueologia. Whitney graduou-se em 1845, na Universidade *Willians College*, na cidade de Northampton, estado de Massachusetts, Estados Unidos. Segundo Silvestein (1971), durante esse período, Whitney foi um naturalista por excelência, tendo colecionado espécimes e participado de expedições geológicas com seu irmão mais velho, Josiah Whitney (1819-1896), que seria, mais tarde, professor de Geologia em Harvard. Whitney teria sido, assim, diretamente influenciado pelas “revoluções” na Arqueologia e na Geologia que exerceram influências sobre o pensamento geral do século XIX.

Seguramente, Whitney afirmava que não existia uma forma de investigar os estágios mais antigos de um processo histórico contínuo sem que se investigassem os últimos estágios, ou aqueles fenômenos que se observam no presente, para que, da observação destes, se tirassem as analogias para a compreensão do passado.

O geólogo estuda as forças que estão agora alterando lentamente a forma e o aspecto da crosta terrestre, [...] ele aplica os resultados de suas observações com confiança para explicar fenômenos que datam de uma época em que a imaginação humana pode dificilmente alcançar. (WHITNEY, 1867, p. 253, *passim*)²²

O grande nome dos estudos geológicos no século XIX era *Sir Charles Lyell* (1797-1875). Lyell esperava estabelecer a Geologia como ciência legítima ao insistir que as teorias deveriam ser baseadas em observações empíricas em vez de especulações metafísicas. Além disso, postulava que a história orgânica e inorgânica da Terra poderia ser explicada por forças que estão operando na natureza no tempo presente, teoria que se tornara conhecida como “uniformitarianismo”.

²² The geologist studies the forces that are now altering by slow degrees the form and aspect of the earth crust, [...] and he applies the results of his observations with confidence to the explanation of phenomena dating from a time to which men’s imaginations, even, can hardly reach [...]. (WHITNEY, 1971, [1867], p. 253, *passim*)

A teoria rival da época era o catastrofismo, frequentemente associado aos estudos que buscavam correlações entre eventos bíblicos e o estado atual da terra. Whitney, no entanto, combatia duramente tais pensamentos. Para ele, tratavam-se “senão de uma filosofia superficial, como de uma geologia superficial”, estudos “que explicam as mudanças passadas através de catástrofes e cataclismos” (WHITNEY, 1971[1867], p. 87).

Keith Burich (1992) diz que Lyell concebia uma forma de desenvolvimento “progressivo” dentro dos limites que seu posicionamento sobre o assunto podia-lhe permitir.

O progresso ocorria gradualmente e uniformemente através do tempo, e em seu caminho, argumenta Lyell, seria determinado por leis naturais em vez de intermitentes e indeterminadas catástrofes. De fato, ele se tornara tão convencido da eficácia da teoria evolucionária para explicar o curso da história orgânica que discordara da afirmação de Darwin de que a natureza não tem “leis fixas ou necessárias de progresso”. (BURICH, 1992, p. 640)²³

Stephen Jay Gould (2006[1977]) também deu ênfase a duas das principais teses de Lyell, à de que “a lei natural não varia” e a de que “o presente é a chave do passado”. Gould ainda sintetizou a teoria da uniformidade de Lyell em quatro componentes principais: 1) “As leis naturais são constantes (uniformes) no espaço e no tempo”; 2) “Os processos que operam agora para moldar a superfície da terra devem ser invocados para explicar os acontecimentos do passado (uniformidade do processo através do tempo)”; 3) “A mudança geológica é lenta, gradual e constante e não cataclísmica ou paroxística (uniformidade de ritmo)”; 4) “A terra tem sido fundamentalmente a mesma desde a sua formação (uniformidade de configuração)” (*op. cit.*, pp. 146-147).

Lyell tornou-se o fundador da Geologia moderna. Suas concepções de que a história orgânica e inorgânica procedem-se gradualmente e uniformemente, ligando o passado ao presente e as espécies existentes a um ancestral comum, são ainda comumente aceitas pela comunidade científica. Lyell publicou seu *Principles of Geology*, três volumes, entre 1830 e 1833. Seu título completo é *Principles of Geology, being an attempt to explain the former changes of the earth's surface by reference to*

²³ Progress occurred gradually, uniformly over time, and its direction, Lyell argued, would be determined by natural laws rather than intermittent and indeterminate catastrophes. Indeed, so convinced had he become of the efficacy of evolutionary theory to explain the course of organic history that Lyell disagreed with Darwin's assertion that nature has no “fixed or necessary law of progress”. (BURICH, 1992, p. 640)

*causes now in operation.*²⁴ O livro de Sir John Lubbock (1834-1913), *Pre-historic times, as illustrated by ancient remains and the manners and customs of modern savages* (1875)²⁵, levou a abordagem de Lyell para a Antropologia. Na Linguística, como vem sendo mostrado, o trabalho de Whitney foi o que mais se beneficiou de tal abordagem.

Ao investigar a forma como as mudanças se implementam na língua, Whitney acreditava que as circunstâncias do uso linguístico foram menos favoráveis para os falantes de um passado mais remoto do que para os falantes atuais. O desenvolvimento do conhecimento, da cultura e da educação teria permitido aos indivíduos reflexões sobre a língua e cuidados com o seu uso. Dessa forma, argumentava sobre a possibilidade de “nossa fala comum não ter nenhum perigo de sofrer nos próximos mil anos o décimo da mudança que sofreu no último milênio”. Entretanto, assegurava que “*as forças que estão operando nela, no presente, são as mesmas que sempre operaram e os efeitos que estão produzindo são do mesmo caráter essencial: ambos são inerentes à natureza da língua e inseparável de seu uso*” (WHITNEY, 1867, pp. 24-25, ênfase no original).

Além disso, para Whitney, os elementos que diferenciam uma língua qualquer de seu ancestral, ou de outra língua com mesma ancestralidade, são resultantes de uma mudança gradual no uso dos membros de uma comunidade. Tais alterações na língua se implementariam de forma lenta, pois, caso contrário, não responderia aos propósitos da comunicação. “Leva-se tempo até mesmo para a mais fácil das mudanças, como corrupção fonética ou abreviatura, ganhar a aprovação de uma comunidade, e tornar-se estabelecida como a lei de sua fala” (WHITNEY, 1971[1867], p. 81).²⁶

Esse posicionamento de Whitney se tornaria, mais tarde, firmemente estabelecido através dos postulados dos neogramáticos. Segundo William Labov (1994), Bloomfiel (1933) sumarizou o pensamento daquela escola dizendo que a mudança sonora é foneticamente gradual e que ela se implementa de forma imperceptível. A visão neogramática de Saussure também assegurava a regularidade perfeita das transformações sofridas pela língua, além de garantir que a mudança fonética não afeta

²⁴ Princípios de geologia, uma tentativa de explicar as mudanças passadas da superfície terrestre através de referência às causas que estão em operação no presente.

²⁵ Tempos pré-históricos, ilustrações de fósseis/ruínas antigas e as maneiras e costumes dos selvagens modernos.

²⁶ It takes time for even the easiest of changes, as phonetic corruption or abbreviation, to win the assent of a community, and become established as the law of their speech. (WHITNEY, 1971[1867], p. 81)

as palavras, mas os sons: “o que se transforma é um fonema; [...] mas que tem por consequência alterar de maneira idêntica todas as palavras em que figure o fonema em questão; é nesse sentido que as mudanças fonéticas são absolutamente regulares” (SAUSSURE, 2002[1916], p. 167).

Craig Christy (1983) analisou o surgimento e desenvolvimento do chamado “princípio uniformitário” nas ciências históricas e sua adoção pelos estudos da linguagem. O princípio que fora primeiramente formulado pelo geólogo escocês James Hutton em 1785 tornara-se o princípio fundador da Geologia moderna com Charles Lyell: “o conhecimento dos processos que operaram no passado pode ser deduzido através da observação de processos que estão em andamento no presente” (CHRISTY, 1983 *apud* LABOV, 1994, p. 21).²⁷

A influência de Whitney sob os neogramáticos reforçou o estabelecimento desse princípio naquela escola, conforme testemunho de Brugmann (1897):

Dentre as várias contribuições valiosas de William Dwight Whitney à ciência linguística uma é especialmente importante e representa um princípio fundamental. Ela pode ser dita nas seguintes palavras: ao explicar fenômenos pré-históricos da língua não devemos presumir outros fatores senão aqueles que somos capazes de observar e analisar no período histórico do desenvolvimento da língua. *Os fatores que produziram mudanças na fala humana cinco ou dez mil anos atrás não podem ter sido essencialmente diferentes daqueles que estão operando no presente* para transformar as línguas vivas. (BRUGMANN, 1897 *apud* LABOV, 1994, p. 22, ênfase no original)²⁸

O êxito dos postulados neogramáticos sobre a necessidade de estudar as línguas vivas consolidou o uso do princípio uniformitário como fonte explicativa da mudança linguística nos estudos do século XX. Labov (1994) declarou que tal princípio deve representar “as suposições de todas as investigações futuras”. No entanto, fez restrições ao alcance de sua capacidade explicativa quando diferenças sociais estão envolvidas.

²⁷ [...] knowledge of processes that operated in the past can be inferred by observing ongoing processes in the present. (CHRISTY, 1983 *apud* LABOV, 1994, p. 21)

²⁸ Among the many valuable contributions of William Dwight Whitney to linguistic science is one especially important and fundamental principle. It may be stated in these words. In explaining prehistoric phenomena of language we must assume no other factors than those which we are able to observe and estimate in the historical period of language development. The factors that produced changes in human speech five thousand or ten thousand years ago cannot have been essentially different from those which are now operating to transform living languages. (BRUGMANN, 1897 *apud* LABOV, 1994, p. 22)

Uma vez que esse princípio depende de uniformidades na base fisiológica da língua ele deve estar correto, já que não há indicação de diferenças entre o passado linguístico e seu presente nesse sentido. Mas o princípio uniformitário é mais problemático onde as diferenças sociais são consideradas e, neste caso, devemos ficar alertas a sua limitação. (LABOV, 1994, p. 23)²⁹

Tem razão Labov em dizer que as afirmações da teoria uniformitária são “suposições necessárias de trabalho”. Como observou John Stuart Mill (s/d, *apud* GOULD, 2006[1977], p. 146), afirmações como “as leis naturais são constantes (uniformes) no espaço e no tempo” ou que “os processos que operam agora (...) devem ser invocados para explicar os acontecimentos do passado” não se tratam de declarações sobre o mundo, mas de afirmações metodológicas *apriorísticas* necessárias para que os pesquisadores procedam a qualquer análise do passado. Gould (*op. cit., loc. cit.*), que estava de acordo com a declaração de Mill, afirmou que “apenas os processos atuais podem ser observados diretamente. Portanto, saímos-nos melhor quando explicamos os acontecimentos passados como resultado de processos ainda atuantes”.

Trazendo novamente a discussão para o domínio da Linguística, se se entende que a língua não é um objeto natural, isto é, não é parte da biologia humana, logo, as leis fixas da natureza não teriam lugar nessa ciência. Whitney não entendia que a língua fosse um objeto natural, pelo contrário, defendia que ela tinha sido criada pelo seres humanos e aprendida pelos demais. Labov argumentou que o princípio uniformitário “depende de uniformidades na base fisiológica da língua”, isto é, nos processos articulatorios, que são parte da fisiologia humana. Se se entende, então, que as mudanças ocorridas numa língua têm causas outras que não as relacionadas com os processos articulatorios do indivíduo, o princípio uniformitário tem sua validade reduzida. Por outro lado, não se pode ignorar o fato de que há uma diferença substancial entre o pensamento do século XIX (Whitney) e o do século XX (Labov). Desse modo, embora as discussões de Labov sejam invocadas aqui, seria uma injustiça histórica analisar o pensamento de Whitney em concordância com as descobertas do século XX.

As ideias de Whitney se localizam no contexto de transição da Escola Comparatista para a Neogramática. O pensamento naturalista, que dominava não

²⁹ The uniformitarian principle is the necessary working assumptions for all the investigations to follow. To the extent that this principle depends on uniformities in the physiological bases of language, it must be correct, since there is no indication of difference between the linguistic past and the present in this respect. But uniformitarian principle is more problematic where social differences are concerned, and we must be alert to its limitation here. (LABOV, 1994, p. 23)

somente os discursos de Schleicher e Müller, representantes da Gramática Comparada, mas que perpassava várias áreas do conhecimento da época, ainda ecoava nos escritos de Whitney. Os itens lexicais de que Whitney fizera uso para compor seu discurso são reveladores da influência do pensamento desse período. Embora o autor estivesse certo da natureza da língua como uma instituição social, uma criação humana que obedece a vontade da maioria de seus usuários, não conseguiu se esquivar do uso de terminologias que faziam analogias a outros elementos da natureza.

Thomas S. Kuhn (2007[1962]), ao falar dos valores compartilhados pelos estudiosos vinculados a uma área de conhecimento, argumentou que embora tais valores envolvam esses cientistas de forma tal que se tornam constitutivos da ciência, ou do campo de conhecimento, “algumas vezes a aplicação dos valores é consideravelmente afetada pelos traços da personalidade individual e pela biografia que diferencia os membros do grupo” (*op. cit.*, p. 232). Ainda segundo Kuhn, “o que um homem vê”, ao olhar para determinado objeto, “depende tanto daquilo que ele olha como daquilo que sua experiência visual-conceitual prévia o ensinou a ver” (*op. cit.*, p. 150).

A base das ideias linguísticas de Whitney foram firmadas, sem dúvida, sob os postulados da Gramática Comparada. Por outro lado, Whitney já havia aprendido a ver o mundo com o olhar da Geologia. Daí ter retirado dessa área as analogias que utilizou para explicar a natureza da linguagem. O discurso sobre os estudos linguísticos mudou a partir da visão de Whitney, no entanto, os valores constitutivos de tais estudos ainda subjaziam a seu discurso. Dessa forma, mesmo rejeitando argumentos que consideravam a língua como um “organismo vivo”, comparáveis aos demais organismos vivos, o autor não deixou de empregar termos correlatos em seus escritos sobre a natureza da língua. Em outras palavras, suas escolhas lexicais podem levar seus leitores a pensar que suas teorias estão afiliadas às teorias evolucionistas sobre a linguagem, o que certamente não era o que ele defendia.

2.4. LINGUAGEM, LÍNGUA, PENSAMENTO, PALAVRA E IDEIA

Na resenha *Steinthal on the Origin of Language*, da obra de Heymann Steinthal *Abriss der Sprachwissenschaft: Einleitung in die Psychologie und Sprachwissenschaft* (1871), Whitney questionou a forma indistinta com que o discípulo de Wilhelm von Humboldt compreendia os elementos linguagem e língua. Para Steinthal, “a língua(gem) [*language*] não é uma coisa, como o pó, mas uma ocorrência, como uma

explosão; ela não é um órgão, como o olho e o ouvido, mas uma capacidade e uma atividade, como a visão e a audição” (STEINTHAL, 1871 *apud* WHITNEY, 1971, p. 162).³⁰

Segundo Whitney, o problema com a definição de Steinthal é que ele não fazia distinção entre *language*, faculdade ou capacidade de falar, e *lingua*, como uma posse concreta e real, ou como um conjunto de signos audíveis. Um dos problemas estaria no uso do termo *sprache*, que em alemão pode significar tanto língua quanto linguagem. O outro estaria no fato de Steinthal não parecer compreender que língua e linguagem são de naturezas distintas: ele misturara numa mesma conceituação coisas que são da natureza da língua e outras que são da natureza da linguagem.

Whitney argumentava que a capacidade de enunciar um signo linguístico como *água*, por exemplo, como representante de uma ideia, é bem diferente da capacidade de ver ou ouvir. Ao passo que esta não depende da vontade do indivíduo, pois é passiva e receptiva, aquela depende de sua vontade para que se concretize através de cada som que ele pronuncie ou de cada gesto que faça. A linguagem como faculdade foi, pois, definida por Whitney como a capacidade que o indivíduo tem de colocar os signos linguísticos em uso. Os signos de que os indivíduos se valem para compartilhar suas ideias e necessidades, o produto da capacidade e atividade da linguagem humana, a forma concreta da linguagem, constituem o que se pode chamar de língua. Para Whitney, o uso de uma palavra para significar a faculdade e outra para significar a exterioridade da língua corrigiria as visões errôneas sobre a natureza desses elementos. Dessa forma, pode-se dizer que Whitney já apontava para a necessidade da dicotomia língua/linguagem sistematizada por Ferdinand de Saussure (1916).

Linguagem e pensamento são também, para Whitney, entidades distintas. Não existe entre elas uma relação de interdependência que se permita dizer que uma não exista ou se manifeste sem a outra. Dessa forma, não poderia haver erro maior, “na Linguística ou na metafísica, do que a doutrina de que a linguagem e o pensamento são idênticos” (WHITNEY, 1971[1867], p. 100).³¹ O autor reconhecia, por outro lado, a existência de graus de pensamentos, esferas de raciocínios, em que a mente humana não poderia trabalhar sem a ajuda direta da língua. Em outros casos, para que o indivíduo

³⁰ [...] language is not a something, like powder, but an occurrence, like the explosion; it is not an organ, like the eye and ear, but a capacity and activity, like seeing and hearing. (STEINTHAL, 1871 *apud* WHITNEY, 1971, p. 162)

³¹ [...] in linguistics or in metaphysics, than the doctrine that language and thought are identical.

pudesse manter e dar continuidade a uma linha de raciocínio, o desenvolvimento da escrita foi de fundamental importância. Whitney, porém, dizia seguramente que isso não significava que o pensamento fosse impossível sem a linguagem:

A verdade é que a mente individual sem a linguagem seria um órgão reduzido e comparativamente impotente. Isso, no entanto, significa apenas que o indivíduo somente poderia desenvolver suas capacidades, e tornar-se o que ele estava destinado a ser, na sociedade, através do diálogo com seus companheiros. Ele é, por sua natureza essencial, um ser social, e seu bem individual mais precioso, sua língua, ele adquire apenas como um ser social. (WHITNEY, 1971[1867], p. 101)³²

Whitney também não admitia que a palavra pudesse representar o reflexo natural de uma ideia, tampouco entendia que houvesse entre elas alguma ligação interna e necessária. Compreendia que ela é “um signo arbitrário e convencional com o qual se aprende associar a ideia” (WHITNEY, 1971[1867], p. 34).³³ A palavra foi criada simplesmente para designar, descrever ou definir uma ideia. Essa é a razão pela qual nenhuma língua poderia permanecer a mesma durante um longo período de tempo, pois ela acompanha o desenvolvimento do pensamento, um instrumento que está sempre se adaptando para representar a atividade mental:

Crescimento e mudança constituem a vida da língua, uma vez que são, em toda parte, companhia inseparável e signo da vida. Uma língua é viva quando ela serve de instrumento do pensamento de todo um povo, o meio habitual de expressão de todos os seus sentimentos, experiências, opiniões, raciocínios; quando a conexão entre ela e sua atividade mental é tão próxima que uma reflete a outra, e que as duas crescem juntas. (WHITNEY, 1867, p. 32)³⁴

³² True is that the individual mind, without language, would be a dwarfed and comparatively powerless organ: but this means simply that man could develop his powers, and become what he was meant to be, only in society, by converse with his fellows. He is by his essential nature a social being, and his most precious individual possession, his speech, he gets only as a social being. (WHITNEY, 1971[1867], p. 100)

³³ [...] an arbitrary and conventional sign with which we learn to associate it. (Whitney, 1971[1867], p. 34)

³⁴ Growth and change make the life of language, as they are everywhere else the inseparable accompaniment and sign of life. A language is living, when it is the instrument of thought of a whole people, the wonted means of expression of all their feelings, experiences, opinions, reasonings; when the connection between it and their mental activity is so close that the one reflects the other, and that the two grow together. (WHITNEY, 1867, p. 32)

Para Whitney, o único elo entre a palavra e a ideia que ela representa é a compreensão mútua que os falantes têm dela. Embora haja uma “associação mental que ligue os dois elementos” (WHITNEY, 1971[1867], p. 41)³⁵, a palavra “é um signo que cada um adquire do exterior, através do uso com os demais indivíduos” (*op. cit.*, p. 100)³⁶. Não restava dúvida a Whitney de que a ideia já existia antes que existisse o signo que viria defini-la. Da mesma forma, entendia o pensamento como sendo anterior à língua e representado por ela:

Os indivíduos não colocam numa loja uma lista de ideias para serem providas com signos falados quando surge alguma temporada conveniente; nem preparam um catálogo com palavras para que lhe sejam anexadas ideias quando encontradas: quando a coisa é percebida, a ideia concebida, eles encontram nos recursos existentes da fala os meios de sua expressão – um nome que anteriormente pertencia à outra coisa, de alguma forma, semelhante a ele; uma combinação de palavras, uma frase, que talvez continue a ser uma frase, talvez seja fundida numa única palavra ou substituída por outra. (WHITNEY, 1971[1867], p. 50)³⁷

Embora não seja possível encontrar na obra de Whitney uma discussão detalhada sobre *sistema* e *estrutura*, o autor utiliza esses termos ao falar da natureza da língua. Além disso, mesmo que o autor pareça utilizar tais terminologias de forma correlata, é possível perceber que ele compreendia a noção de sistema como sendo anterior e superior à noção de estrutura. Posto de outro modo, o *sistema*³⁸ é um todo organizado, a *estrutura* são as relações que mantêm a unidade e simetria do todo.

³⁵ [...] a mental association binds the two together. (WHITNEY, 1971, p. 41)

³⁶ It is a sign which each one has acquired from without, from the usage of others. (*op. cit.*, p. 100)

³⁷ Men do not lay in a store a list of ideas, to be provided with spoken signs when some convenient season shall come; nor do they prepare a catalogue of words, to which ideas shall be attached when found: when the thing is perceived, the idea conceived, they find in the existing resources of speech the means of its expression – a name which formerly belonged to something else in some way akin with it; a combination of words, a phrase, which perhaps remains a phrase, perhaps is fused into, or replaced by, a single word. (*op. cit.*, p. 50)

³⁸ A noção de sistema vigente na época era a de Étienne Bonnot de Condillac (*Traité des Systèmes*, 1749). Nesse texto, Condillac definira sistema como “a disposição das diferentes partes de uma arte ou de uma ciência numa ordem onde elas se sustentam todas mutuamente [...]” (CONDILLAC, 1979[1749], p. 3). Além disso, para Condillac, todos os sistemas já estariam previamente prontos na natureza: “os sistemas são mais antigos que os filósofos [...]. Os homens, portanto, observavam, isto é, notavam os fatos relativos à sua necessidade” (*op. cit.* p. 5). Posto de outro modo, os sistemas existem previamente e a necessidade faz com os pesquisadores os notem.

Assim, para ele, a língua era considerada “um grande sistema” que possui “uma estrutura altamente complexa e simétrica, [...] comparável a um corpo organizado” (*op. cit.*, p. 23).³⁹ Mas Whitney não entendia que tal estrutura tenha sido planejada pela mente humana. Pelo contrário, dizia que a forma como esse sistema se organiza simetricamente é resultado dos esforços inconscientes da mente humana. Pois, “em qualquer aspecto que os fatos gerais da língua sejam vistos, eles exibem a mesma ausência de reflexão e intenção” (*op. cit.*, *loc. cit.*).⁴⁰ A mudança linguística, por exemplo, ocorreria sempre por condições externas, como a praticidade do uso da língua, e não porque alguém conscientemente tenha tentado mudá-la.

2.5. A LÍNGUA COMO UM FATO SÓCIO-HISTÓRICO-CULTURAL

Uma questão importante colocada por Whitney visava a compreender “por que as pessoas falam da forma que falam”. Essa questão direcionou grande parte de suas investigações. Ele acreditava que a resposta para essa questão deveria ser encontrada na história da língua, pois nela estão refletidos a cultura e o desenvolvimento do conhecimento humano. Pela história da língua seria possível acompanhar o desenvolvimento das instituições humanas, uma vez que ela lhes fornece os signos necessários para o estabelecimento de novas ideias. E é através da língua que as tradições se perpetuam, que as memórias passam para as gerações seguintes. É ela que fortalece e amplia os laços da comunidade.

Uma das tarefas do linguista seria, portanto, reconstruir a história da língua, compreendendo-a como um meio que o ser humano desenvolveu para compartilhar seus pensamentos com os demais membros de sua comunidade. Por ser uma criação humana, nada haveria de interno ao sistema da língua que pudesse conservar a identidade das palavras. Logo, elas ficariam expostas a todos os tipos de mudanças de natureza externas, sobrevindas através da necessidade de seu uso prático.

Quais fatores, porém, seriam responsáveis pela mudança linguística, já que língua está em constante desenvolvimento. O termo *desenvolvimento* deve ser entendido não no sentido de mudanças graduais simplesmente, mas no sentido de progresso, pois,

³⁹ [...] a grand system, of a highly complicated and \symmetrical structure; (...) comparable with an organized body. (*op. cit.*, p. 23)

⁴⁰ In whatever aspect the general facts of language are viewed, they exhibit the same absence of reflection and intention. (*op. cit.*, *loc. cit.*)

embora a língua não seja “conscientemente fabricada, ela se desenvolve através de uma implícita e constante adaptação às necessidades de expansão das capacidades dos indivíduos” (WHITNEY, 1971, p. 19).⁴¹ Para Whitney, a mudança de significado das palavras representava a parte mais fundamental e essencial do desenvolvimento linguístico se comparada à mudança de suas formas. Nesse sentido, a língua mudaria porque os indivíduos mudam, o pensamento muda, as instituições mudam, a cultura muda, o conhecimento muda. Mas tais elementos não mudam simplesmente, está clara a ideia de progresso na concepção whitneiniana. Assim, tais elementos mudam na direção do aperfeiçoamento.

Embora a cultura exerça influência no desenvolvimento da língua, o que para Whitney é um fato, o crescimento da cultura, por outro lado, teria despertado uma tendência ao seu uso consciente e reflexivo, e este passou a ser “um dos principais meios de controles sobre todos os processos de mudança linguística” (*op. cit.*, p. 86). Assim, uma língua que possui uma vasta produção literária, que é vigiada por seus usuários que zelam por sua integridade, sofreria apenas uma mudança lenta e essencial.

Por outro lado, a mudança se implementaria quando a língua estivesse sob o domínio exclusivo dos falantes comuns, “incultos e descuidados”, que preferem o uso do momento aos usos consagrados pelo tempo. Assim, para o autor, “novos dialetos costumam originar-se entre as pessoas comuns, enquanto a fala da classe culta e letrada continua a ser o que foi” (*op. cit.*, p. 17).⁴² No entanto, a natureza das forças que agem, sejam no sentido da conservação ou da mudança, seria sempre a mesma. De fato, qualquer alteração ou conservação que tenha ocorrido ou que irá ocorrer numa língua resultou ou resultará da vontade de seus falantes. Cada item de alteração linguística é resultado da ação de “algum indivíduo ou indivíduos que o(s) pusera(m) em circulação” (*op. cit.*, *loc. cit.*).

Whitney assegurava a regularidade da mudança linguística que deveria ser gradual e quase imperceptível enquanto em andamento, pois a aprovação geral apenas poderia ser adquirida de forma lenta. Embora a mudança seja sempre resultado da ação de indivíduos, “a influência coletiva de todas as analogias estabelecidas de uma língua é

⁴¹ [...] it is not consciously fabricated; it increases [by a constant and implicit adaptation to the expanding necessities and capacities of men. (WHITNEY, 1971, p. 19)

⁴² It is when the common speech is in the sole keeping of the uncultivated and careless speakers, who are little for classical and time-honoured usages, to whom the preferences of the moment are of more account than anything in the past or in the future, that mutation has its full course. New dialects are wont to grow up among the common people, while the speech of the educated and lettered class continues to be what it has been. (*op. cit.*, p. 17)

exercida contra qualquer inovação ousada, por outro lado, ela favorece as que são óbvias e, naturalmente, sugeridas” (*op. cit.*, p. 17).⁴³

O fato é que, para Whitney, são os indivíduos que mudam a língua, e as ações que a forçam a mudança obedecem a um único princípio, o de estar constantemente se adaptando às circunstâncias e às necessidades de seus usuários: nem mesmo “os puristas fanáticos podem se opor a isso, ou se desejam de outro modo: o conservadorismo aqui seria o conservadorismo da ignorância, opondo-se ao progresso da civilização e do desenvolvimento do conhecimento” (WHITNEY, 1867, p. 27).⁴⁴

Parece adequado, neste momento, vincular o pensamento de Whitney à noção de *agência* de Giddens. Para o sociólogo, “agência não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas à capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar” (GIDDENS, 2003[1984], p. 10). De modo semelhante, quando Whitney dizia que são os indivíduos que mudam a língua não queria dizer que esse ato fosse consciente, mas simplesmente que eles são os perpetradores, os agentes da mudança; embora não intencionais.

2.6. LÍNGUA, INDIVÍDUO E COMUNIDADE

A questão formulada por Whitney, “por que as pessoas falam da forma que falam?”, posta de forma mais restrita noutra ocasião, “por que falam uma língua específica como língua materna ou língua nativa?”, e respondida por ele, afasta da língua qualquer noção metafísica ou inatista. Para ele, o indivíduo aprende ou é ensinado a falar a língua de seus pais, ou daqueles que o cercam, durante sua infância.

Isso significa, em primeiro lugar, que a língua é uma das primeiras e a mais importante aquisição feita pelo ser humano. Em segundo lugar, significa que o indivíduo não nasce em posse da língua, mas precisa aprendê-la com os demais indivíduos da mesma comunidade que, de forma semelhante, tiveram de passar pelo mesmo processo de aprendizado.

As terminologias *língua materna* e *língua nativa*, que em outras épocas estiveram relacionadas a questões biológicas dos seres humanos, como se a língua fosse

⁴³ The collective influence of all the established analogies of a language is exerted against any daring innovation, as, on the other hand, it aids one which is obvious and naturally suggested. (*op. cit.*, p. 17)

⁴⁴ Even the bigoted purist cannot object to it, or wish it otherwise: conservatism here would be the conservatism of ignorance, opposing itself to the progress of civilization and enlightenment. (WHITNEY, 1867, p. 27)

um órgão interno a estes, ganham definições esclarecedoras no posicionamento do autor. Assim, somente é possível falar de língua materna na medida em que o indivíduo adquire a língua dos lábios de sua mãe; e é apenas possível falar de língua nativa na medida em que ele nasce numa comunidade com uma língua estabelecida, tendo que adquiri-la através daqueles que já a falavam, não porque tenha nascido em posse dela.

Para um indivíduo que nasceu e cresceu em uma comunidade, a apreensão da língua da comunidade foi uma das primeiras aquisições que ele realizara. Ele se apropriou dela da forma que lhe fora possível, nos anos iniciais de sua vida, para fazer dela o elemento que o integraria à comunidade. Para que houvesse tal integração, aqueles que o acompanharam e o instruíram, não o encorajaram, tampouco tolerariam “a independência nos usos gerais da fala” (WHITNEY, 1867, p. 22). Dessa forma, buscando se conformar ao acordo estabelecido, o indivíduo não procurou tal independência.

Mas o que é a língua? Para Whitney, tal questão pode ser respondida mesmo sendo reduzida a uma língua específica. No caso, sua pergunta foi sobre “o que é a língua inglesa?”. Pode-se, então, ter a mesma resposta se se perguntar o que é a língua portuguesa, a língua francesa, a língua alemã etc. Enfim, a língua “é o conjunto imenso dos *signos articulados do pensamento* aceito por uma ampla comunidade e corriqueiro nesse contexto” (*op. cit., loc. cit.*).⁴⁵

Uma questão metodológica importante precisa, no entanto, ser resolvida antes que se continue com as discussões sobre o que a língua é. Como se pôde perceber, Whitney definiu a língua como *signos articulados*. Em outros momentos dissera que “a língua, *linguagem articulada (articulate speech)*, é uma característica universal e exclusiva do ser humano” (WHITNEY, 1971, p. 99).⁴⁶ Ao conceituar a fala (*speech*), afirmou que ela “é composta por *signos audíveis* externos para atos internos, para concepções, ideias” (*op. cit., p. 99*).⁴⁷ Whitney fala de *signos articulados*, *sons articulados* e *linguagem articulada*, sendo possível a vinculação, em ambos os casos, do mesmo sentido que é o de exteriorização das ideias, das concepções e do pensamento. A

⁴⁵ It is the immense aggregate of the articulated signs for thought accepted by, and current among, a certain vast community. (WHITNEY, 1867, p. 22)

⁴⁶ Language, articulate speech, is a universal and exclusive characteristic of man [...]. (WHITNEY, 1971, p. 99)

⁴⁷ Speech, we know, is composed of external audible signs for internal acts, for conceptions – for ideas. (WHITNEY, 1971, p. 99)

fala então representa a exteriorização desses elementos internos, que ao se exteriorizarem, por meio dos processos articulatórios, se tornam perceptíveis a quem escuta.

No entanto, duas dificuldades se impõem à compreensão das definições whitneinianas. A primeira se deve às terminologias *language* e *speech*: o primeiro desses elementos pode significar língua e também linguagem; o segundo pode significar linguagem, discurso e fala. A tendência em aplicar o vocábulo *língua* sempre que a palavra *language* aparece é inevitável. No entanto, a referência que o autor fez à sua obra *Language and the Study of Language* (1867), na introdução da tradução para o francês, feita por ele mesmo, de *Life and Growth of Language* (1875), foi *Langage et Etude du Langage*, e o livro traduzido recebeu o título de *La Vie du Langage*.

No texto em francês, o termo *language*, com a exceção de quando o autor fala de uma língua específica, como em *la langue française*, ou em termos específicos como em *langue maternelle* ou *langue native*, o termo recorrente é *langage* e não *langue*. Depois de ter falado de algumas formas que os seres humanos desenvolveram para comunicar seus pensamentos como os gestos, a pantomima e a escrita, ele falou dos sons articulados como tendo sido sua criação mais importante. Para Whitney, no uso comum, a palavra linguagem significava apenas sons articulados e esclareceu, na introdução de sua obra, o sentido em que esse termo guiaria sua discussão: “linguagem, para os propósitos desta discussão, é o corpo de signos audíveis pelos quais, na sociedade humana, o pensamento é fundamentalmente expresso” (WHITNEY, 1875a, p. 2).⁴⁸ Veja-se que o termo genérico que conduz suas investigações é linguagem e não língua.

A segunda dificuldade está relacionada com a primeira, isto é, com o problema da tradução dos itens *language* e *speech*, mas se deve principalmente à indistinção com que Whitney parece utilizar tais termos. Tal dificuldade parece estar relacionada aos significados bastante distintos que tais termos adquiriram na Linguística saussuriana. Confronte-se abaixo a forma como Whitney falava da natureza desses elementos.

⁴⁸ Language, for the purposes of this discussion, is the body of uttered and audible signs by which in human society thought is principally expressed [...]. (WHITNEY, 1892 [1875a], p. 2)
Le langage, au cours de cette discussion, sera pour nous le corps entier des signes perceptible pour l'oreille, par lesquels on exprime ordinairement la pensée dans la société humaine [...]. (WHITNEY, 1875b, p. 2)

Tabela 1. Quadro comparativo da natureza indistinta da língua e da fala para Whitney. O quadro com o texto original em inglês está no Apêndice.

Natureza da língua	Natureza da fala
A língua é, de fato, uma instituição [...]. Todo item de que ela é composta é [...] o produto de uma série de mudanças, efetuadas pela vontade e consentimento dos indivíduos [...]. (1971, p. 21)	A fala e suas mudanças são obras da comunidade; mas a comunidade não pode agir senão por intermédio da iniciativa dos seus membros individuais [...]. (1971, p. 18)
[...] toda mudança na língua é o resultado da vontade de seus falantes. (1971, p.17)	Todo o desenvolvimento da fala, embora iniciado por atos de indivíduos, é forjado pela comunidade. (1971, p. 100)
Nenhum item de uma língua existente é fruto do esforço de um indivíduo, pois o que individualmente escolhemos dizer não é língua até que seja aceito e empregado por nossos compatriotas. (1971, p.100)	A fala não é uma posse particular, mas social (1971, p. 100); [...] as ideias de fala e de comunidade são inseparáveis (1971, p. 105); A fala é [...] o órgão de nossa natureza social, os meios de nossa cultura. [1971, p. 18]
Uma língua é viva quando ela é o instrumento do pensamento de todo um povo, o meio habitual de expressão de todos os seus sentimentos, experiências, opiniões, raciocínios [...]. (1867, p. 32)	Mas a fala é uma coisa de importância muito maior; é o mais precioso dos nossos bens, o instrumento de nossos pensamentos [...]. (1971, p. 18)
A língua [...] é um retrato da vida interna da comunidade [...]. (1971, p. 93)	A fala de uma comunidade é o reflexo de sua média e capacidade coletiva [...]. (1971, p. 48)
O nosso reconhecimento da língua como uma instituição, [...], não como um sistema integral de representações naturais e necessárias do pensamento [...], mas, [...], um corpo de signos convencionais, que deriva seu valor da compreensão mútua de um indivíduo com outro [...]. (1971, p. 99)	Todas as formas existentes de fala humana são um corpo de signos arbitrários e convencionais do pensamento [...]. (1867, p. 32)
[...] os germes históricos da língua, [...], são da natureza desses elementos simples que temos chamado de raízes. (1971, p. 87)	[...] certos elementos chamados raízes [...] foram os germes de onde todo o desenvolvimento da fala procedeu [...]. (1971, p. 98)
Temos reconhecido plenamente a influência exercida pela cultura sobre o desenvolvimento da língua. (1971, p. 86)	A tendência para o uso consciente e reflexivo da fala, [...] Surgiu especialmente com o crescimento da cultura. (1971, p. 86)
[...] O caráter e a estrutura geral da língua estão fora de seu (do indivíduo) alcance [...]. (1971, p. 48)	Nenhum indivíduo pode afetar a fala diretamente. (1971, p. 48)
Nas forças criativas da alma humana, como a ação livre e espontânea dos produtores da língua falada [spoken language], não temos nenhuma fé ou crença [...]. (1971, p. 153)	[...] inumeráveis atos que precederam o início bem sucedido da língua falada [spoken speech]. (1971, p. 153)

Os vocábulos *language* e *speech* foram traduzidos intencionalmente por língua e fala, buscando identificá-los com os usos atuais. Ambos os elementos nos contextos de significação em que se encontram poderiam assumir as definições atuais de *língua* e *fala* e, quase sempre, a concepção atual de *língua* preenche os dois. Assim, sempre que

possível *language* e *speech* serão empregados aqui como *língua*; em situações específicas *speech* significará *fala*. Retome-se, assim, a discussão de Whitney sobre o que a língua é.

Imagine-se que cada indivíduo pertencente a uma comunidade tenha uma língua particular, por meio da qual ele se relaciona com inteligibilidade com os demais membros em suas línguas particulares. Somem-se, assim, as línguas de todos os membros da comunidade. A *língua* é o resultado de todas as formas, de toda a matéria sonora, de todos os itens lexicais, de toda a cultura e conhecimento refratados nela e de todas as variações individuais. Mas como nunca os mesmos indivíduos enunciam a língua da mesma forma, ela é, então, a *média* de tudo o que é enunciado por um grupo de indivíduos localizados num espaço e tempo determinados:

Ela [a língua] é a soma das línguas particulares de todos os membros dessa comunidade. Ou – uma vez que cada um diz algumas coisas, ou as diz de uma forma, [...] – ela é a sua média ao invés de sua soma; trata-se da parte do conjunto que é sustentada pelo uso da maioria, mas de uma maioria constituída, em grande parte, pela cultura e educação, não por números simplesmente. Trata-se de uma região poderosa da linguagem, com limites flutuantes e incertos, da qual cada falante se ocupa de uma parte, e um certo ponto central está incluído na parte comum a todos: nesse lugar eles se encontram em um terreno comum; fora dele, são estranhos uns aos outros. Embora seja a mesma língua, ela inclui inúmeras variedades, de tipo e grau muito diferentes: variedades individuais, variedades de classe, variedades locais. Duas pessoas que falam podem falar de modo que sejam ininteligíveis uma para a outra. O fato que lhe dá unidade é que todos os que a falam podem, em grande medida, e em assuntos de interesse mais geral e urgente, falar de modo a compreenderem um ao outro. (WHITNEY, 1867, p. 22)⁴⁹

Essa reflexão de Whitney introduz uma discussão que seria sistematizada por Eugênio Coseriu (2004[1980]). Coseriu fez distinção entre uma língua histórica, que não possui uma realização concreta, e uma língua funcional, que possui uma realização concreta. A língua histórica representa um *diassistema* que contém as variedades

⁴⁹ It is the sum of the separate languages of all the members of this community. Or – since each one says some things, or says them in a way, not to be accepted as in the highest sense English – it is their average rather than their sum; it is that part of the aggregate which is supported by the usage of the majority; but of a majority made in great part by culture and education, not by numbers alone. It is a mighty region of speech, of somewhat fluctuating and uncertain boundaries, whereof each speaker occupies a portion, and a certain central tract is included in the portion of all: there they meet on common ground; off it, they are strangers to one another. Although one language, it includes numerous varieties, of greatly differing kind and degree: individual varieties, class varieties, local varieties. Almost any two persons who speak it may talk so as to be unintelligible to each other. The one fact which gives it unity is, that all who speak it may, to a considerable extent, and on subjects of the most general and pressing interest, talk so as to understand one another. (WHITNEY, 1867, p. 22)

diatópicas, diastráticas e diafásicas. A língua funcional, por se relacionar com o evento comunicativo, é de natureza sintópica, sinstrática e sinfásica. A noção de língua de Whitney como a soma de todas as produções individuais se encaixa na noção de *diassistema* definida por Coseriu.

Pode-se dizer também que, para Whitney, a totalidade das produções individuais é superior ao que a língua é. Existem variações na mesma língua, individuais, locais e de classe, mas ela encontra sua homogeneidade na média desses enunciados e sua unidade como parte do conjunto de todos os enunciados. Descarte-se do conjunto as variações individuais e o essencial da língua sobressairá. Ela é representada pelo que há de comum no uso da maioria. Cada falante se ocupa de apenas uma parte da língua, mas há um “ponto central” que interliga a parte com o todo, permitindo o exercício da função comunicativa da linguagem. Desse modo, pode-se fazer uma relação com a noção de língua funcional de Coseriu: os falantes adaptam sua língua de acordo com a situação comunicativa e a realidade linguística dos interlocutores.

Falou-se acima de língua particular no sentido de língua do indivíduo, ou idioleto, que é diferente do sentido que teria o uso da expressão *língua individual*. A língua do indivíduo não é individual, mas social. O indivíduo não cria sua língua, ele a adquire dos lábios daqueles com quem se relaciona. Na obra *Principien der Sprachgeschichte* (1880)⁵⁰, o neogramático Hermann Paul (1846-1921), menos de duas décadas depois de Whitney ter publicado *Language and the Study of Language* (1867), fez uma discussão detalhada da relação do indivíduo com a língua. Paul utilizou expressões como língua individual, línguas individuais e língua do indivíduo:

Na formação da língua de um indivíduo, as línguas circundantes mantêm sua participação até o fim, no entanto, pode ser que essas línguas exerçam mais influência nos primeiros anos da língua em questão e diminua à medida que esta se desenvolve [...]. Na formação da língua de um indivíduo, as línguas de uma grande quantidade de outros indivíduos estão envolvidas; na verdade, de todos com quem ele tenha, no curso de sua vida, tido contato linguístico, embora, naturalmente, em diferentes graus. (PAUL, 1891 [1880], p. 23)⁵¹

⁵⁰ Utilizou-se aqui a tradução inglesa do livro de Paul, *Principles of the History of Language* (1891), feita por H. A. Strong.

⁵¹ In the generation of the language of an individual, the surrounding languages maintain their share till his end, though it may be true that their influences are most powerful in the earliest childhood of the language in question, and grow weaker and weaker the more this grows and gains strength (...). In the generation of the language of an individual, the languages of a great quantity of other individuals are concerned; in fact, of all with whom he has in the course of his life come into linguistic contact, though, of course, in different degrees. (PAUL, 1891 [1880], pp. 22-23)

A aquisição linguística pelo indivíduo é contínua, uma vez que este durante toda sua vida se mantém em contato com outros indivíduos falantes. A participação destes sobre a formação linguística daquele é mais forte durante a infância, mas continua existindo em menor grau enquanto este viver. A língua do indivíduo não é, portanto, individual; ela é constituída pelas línguas dos demais indivíduos. Como assegurou Paul, “a língua de cada indivíduo se forma [...] por meio das influências das línguas dos vários indivíduos com quem ele se relaciona que, do nosso ponto de vista, podemos considerá-los seus progenitores” (*op. cit.*, p. 22).⁵² Em outro momento, Paul reafirma que “é somente por intermédio da interação, e nada mais, que a língua do indivíduo se forma” (*op. cit.*, p. 23)⁵³, ou seja, é através das relações linguístico-sociais do indivíduo.

Contudo, a língua do indivíduo não representava, para Paul, uma realidade concreta, mas uma abstração. O autor buscava mostrar que os estudos linguísticos deveriam ter um objeto específico e insistiu que tal objeto deveria ser a língua do indivíduo: “finalmente, devemos ressaltar que, mesmo que falemos da língua de um indivíduo, temos de lidar não com uma entidade concreta, mas com uma abstração” (*op. cit.* p. 23).⁵⁴ Paul, como a maioria dos neogramáticos, estava interessado em compreender a natureza da mudança linguística. Ao recortar metodologicamente a língua do indivíduo e tomá-la como objeto, Paul não buscava mostrar que o estudo da língua deveria se concentrar no indivíduo, mas na comparação das línguas dos indivíduos para que pudesse perceber como a mudança linguística se implementava:

Para descrever a condição de uma língua adequadamente seria, a rigor, necessário observar com precisão total cada indivíduo pertencente a uma comunidade de fala, observar o caráter de suas ideias como dependentes da língua e comparar os resultados obtidos em cada caso individual. Na realidade, temos de nos contentar com algo muito menos perfeito do que isso – algo mais ou menos aquém de nossos

⁵² [...] the language of each individual shapes itself [...] according to the influences of the languages of the several companions with whom he holds commerce, which, from our point of view, we may regard as the progenitors of his own. (PAUL, 1891 [1880], p. 22)

⁵³ It is by intercourse, and nothing else, that the language of the individual is generated. (PAUL, 1891 [1880], p. 23)

⁵⁴ Finally, we must remark that, even if we speak of the language of an individual, we have to deal not with a concrete being, but with an abstraction [...]. (PAUL, 1891 [1880], p. 23)

ideais – sempre, porém, de valor considerável. (PAUL, 1891 [1880], p. 8)⁵⁵

Embora Paul expresse a dificuldade de estudar um grande número de indivíduos, talvez por falta de recursos tecnológicos disponíveis em sua época que fossem capazes de registrar e processar uma grande quantidade de dados, o autor assegurava que o estudo dos casos particulares permitia, consideravelmente, o entendimento da natureza da mudança linguística. Ademais, para Paul, assim como já havia declarado Whitney sobre ser a língua a média de tudo o que é produzido pelos indivíduos em um determinado espaço-tempo, o estudo comparativo de tais línguas forneceria também uma “certa média” que revelaria o que é essencial na língua. Assim, “ao comparar organismos individuais da língua, obtemos uma certa média, pela qual a parte estritamente normal da língua – ou seja, seu uso – é definida”. Além disso, “quanto mais indivíduos forem estudados e mais plenamente cada um puder ser observado, mais essa média se torna infalível” (*op. cit.* p. 9).⁵⁶

Diferente de Paul, Whitney não chega a elaborar um corte metodológico que tomasse um elemento como o verdadeiro e único objeto dos estudos linguísticos. Apesar da importância de sua obra para os estudos linguísticos posteriores, principalmente para a Neogramática, não se pode dizer que Whitney tivesse a intenção de estabelecer uma ciência Linguística. Aliás, ele acreditava que tal ciência já existia e havia nascido a partir dos estudos comparatistas. Seus escritos, no entanto, representaram uma tentativa de corrigir algumas visões que ele considerava distorcidas e ingênuas sobre a natureza da língua e de seu estudo.

Assim, a língua é, para Whitney, mantida em existência por uma tradição ininterrupta, sendo cada geração responsável por passá-la para a geração seguinte. Além disso, uma vez que “em cada falante individual a língua tem [...], uma existência

⁵⁵ To describe the condition of a language adequately, it would be, strictly speaking, necessary to observe with full accuracy every individual belonging to one community of speech, to note the character of such groups of his ideas as depend upon language, and to compare with each other the results gained in each individual case. As a matter of fact, we have to content ourselves with something far less perfect than this — something falling short of our ideal more or less — always, however, considerably. (PAUL, 1891 [1880], p. 8)

⁵⁶ By comparing individual organisms of language, we obtain a certain average, by which the strictly normal part of language — namely, its usage — is defined. This average is, of course, more infallible the more individuals studied, and the more fully each can be observed considerably. (PAUL, 1891 [1880], p. 9)

particular e independente” (WHITNEY, 1867, p. 23)⁵⁷, esse trabalho é feito por meio da ação de cada usuário da língua que tem a função de propagar a sua parte dela. Dessa forma, “cada indivíduo é um ator nesse processo (...) e, por menor que possa ser a parte do trabalho que cabe a cada um, a soma de todas as partes constitui a força que afeta a transmissão da língua inteira” (*op. cit., loc. cit.*).⁵⁸ Além disso, embora Whitney não concebesse que um único indivíduo tivesse o poder de mudar a língua, não admitia, em nenhum sentido, que sua agência fosse excluída:

A língua e suas mudanças são obras da comunidade; mas a comunidade não pode agir senão por intermédio da iniciativa dos seus membros individuais, que a seguem ou a rejeitam. O trabalho de cada indivíduo é feito impremeditadamente, ou como se fosse inconscientemente; cada um tem apenas a intenção de usar a posse comum em benefício próprio, servindo com isso a suas finalidades pessoais, mas *cada um é, assim, ao mesmo tempo, um ator no grande trabalho de perpetuar e de moldar a língua de forma geral.* (WHITNEY, 1971[1867], p. 18, ênfase no original)⁵⁹

A necessidade de comunicação seria a força que harmonizaria os efeitos da ação individual discordante sobre a língua, mantendo-a, não obstante a suas mudanças incessantes, a mesma para todos os membros da comunidade. De forma semelhante, o fortalecimento dos laços que agregam os indivíduos a uma comunidade tenderia a preservar a homogeneidade da língua. Assim, a língua de uma comunidade representaria o reflexo de sua média e capacidade coletiva. Além disso, para Whitney, apenas a comunidade seria capaz de fazer e mudar a língua, pois toda inovação que estivesse em discordância com o uso vigente seria rejeitada pela comunidade.

Nenhum indivíduo pode afetar a língua diretamente, exceto por itens separados de mudança em relação à qual ele estabelece um exemplo para outros seguirem e um exemplo que será seguido na proporção em que as mudanças são concordantes com o uso já vigente e naturalmente sugeridas por esse uso. O caráter e a estrutura geral da

⁵⁷ [...] in each individual speaker the language has, as we may say, a separate and independent existence. (WHITNEY, 1867, p. 23)

⁵⁸ Every one is an actor in the process [...]. And, small as may be the share of the work which falls to any one of us, the sum of all the shares constitutes the force which effects the transmission of the whole language. (WHITNEY, 1867, p. 23)

⁵⁹ Speech and the changes of speech are the work of the community; but the community cannot act except through the initiative of its individual members, which it follows or rejects. The work of each individual is done unpremeditatedly, or as it were unconsciously; each is intent only on using the common possession for his own benefit, serving therewith his private ends; but each is thus at the same time an actor in the great work of perpetuating and of sharing the general speech. (WHITNEY, 1971, p. 18)

língua estão fora de seu alcance, salvo que ele pode aumentar o intelecto comum, e despertar e fertilizar as mentes de seus companheiros e, assim, semear a semente que pode brotar e dar frutos também na língua. Se ele tentar qualquer coisa como inovação, o conservadorismo da comunidade se voltará contra ele com uma força de resistência contra a qual ele será impotente. (WHITNEY, 1971[1867], p. 48)⁶⁰

2.7. A POSSE SOCIAL E A AÇÃO INDIVIDUAL: RESOLVENDO A QUESTÃO

Whitney (1971[1867], p. 100) declarou que “a fala não é uma posse particular, mas social: ela pertence não ao indivíduo, mas ao membro da sociedade”. Semelhante conceituação faria Saussure anos mais tarde; curiosamente, tal definição para este autor se aplica não à fala, que “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor (SAUSSURE, 2006, p. 21)”, mas à língua. Na mesma sequência em que conceitua a fala, Whitney assegura que “nenhum item de uma língua existente é fruto do esforço de um indivíduo; pois o que individualmente escolhemos dizer não é língua até que seja aceito e empregado por nossos compatriotas”. Nesse momento, Whitney parece passar à conceituação de língua, entretanto, os elementos distintivos de sua natureza em nada se diferem da natureza antes definida para a fala. E, na sequência desse enunciado, o autor continua sua definição de fala como algo inerentemente social: “todo o desenvolvimento da fala, embora iniciado por atos individuais, é forjado pela comunidade”.⁶¹

Pode-se perceber, pelas declarações acima, que Whitney parece notar a diferença entre o que viria a ser elaborado por Saussure e definido como *langue* e *parole*. No entanto, a imprecisão no uso das terminologias e a mistura de conceitos distintos acabam prejudicando o entendimento de suas definições. Reforça-se, dessa forma, o argumento posto no início deste capítulo de que embora Whitney perceba a existência

⁶⁰ No individual can affect speech directly except by separate items of change in respect to which he sets an example for others to follow and an example which will be followed in proportion as the changes are accordant with already prevailing usage and naturally suggested by it: the general structure and character of language are out of his reach, save as he can raise the common intellect, and quicken and fertilize the minds of his fellows, thus sowing seed which may spring up and bear fruit in language also. If he attempt anything like innovation, the conservatism of the community will array itself against him with a force of resistance against which he will be powerless. (WHITNEY, 1971[1867], p. 48)

⁶¹ Speech is not a personal possession but a social: it belongs, not to the individual, but to the member of society. No item of existing language is the work of an individual; for what we may severally choose to say is not language until it be accepted and employed by our fellows. The whole development of speech, though initiated by the acts of individuals, is wrought out by the community. (WHITNEY, (1971[1867], p. 100)

específica dos elementos língua e fala, não conseguia enunciar essa diferenciação de forma sistemática e conceitual, o que é próprio de seu raciocínio de vanguarda. O fato a ser observado, porém, é que os elementos língua e fala possuem uma natureza que é sempre social.

Nesse sentido, Whitney foi mais coerente que Saussure ao entender que a fala, assim como a língua, é de natureza social. Whitney também antecipou em mais de meio século uma discussão que ganharia contornos esclarecedores através do pensamento de Mikhail Bakhtin (1981[1929]). Este autor discorda da afirmação de Saussure de que a fala como produto da língua seja individual. Para Bakhtin, uma vez que o indivíduo falante não deve ser tomado como um corpo biológico natural, também a fala como um produto da interação social não deve ser considerada individual.

Há, no entanto, algumas questões sobre o argumento de Whitney que merecem ser discutidas detalhadamente:

- a) Primeiramente, é importante observar a dualidade indivíduo *versus* membro da sociedade presente nas discussões do autor;
- b) Em segundo lugar, a fala como um elemento de natureza social tem como possuidor o membro da sociedade;
- c) Por último, mesmo que os indivíduos criem novas formas linguísticas, ou modifiquem as já existentes, é no seio da comunidade, no calor da interação verbal, que essas formas serão moldadas e receberão os contornos e as marcas identitárias de seus representantes.

Em relação ao primeiro e segundo itens, parece evidente que Whitney compreendia claramente a cisão com que o século XIX compreendia o *indivíduo*: o ser concreto, a personalidade particular, o organismo humano que é único biologicamente; e o *membro da sociedade*, o homem em geral, o ator social, um agente com consciência e vontade, responsável por sua autorrealização social. Este é quem, através da língua, entra em contato com o mundo exterior.

O membro da sociedade é o ser que aprendeu a língua de seus pais juntamente com todos os códigos morais da sociedade. Todos esses elementos eram-lhe exteriores e exigiram que o indivíduo se apropriasse deles através do aprendizado. Como um ser ativo que é, o membro da sociedade, nos anos iniciais de sua vida, interagiu com os demais membros da sociedade e com as instituições sociais, tornando-se, com o passar dos anos, num portador dos códigos morais e de sua língua-mãe.

Em relação ao terceiro item, pode-se dizer que, sendo o membro da sociedade um ser atuante, um agente que é portador da língua e das condutas morais, é de se esperar que seja também um criador de novas formas linguísticas e de novos itens lexicais, como também de novas regras de conduta. Ele é capaz e ele cria, mesmo que de forma não intencional. Entretanto, uma vez que tais formas e regras não têm representação significativa se não houver a adesão da maioria dos demais membros, elas não se estabelecerão. Se os demais membros da sociedade se mostrarem receptivos às novas formas, elas, então, percorrerão um longo caminho no espaço social e receberão as marcas identitárias próprias de cada grupo de falantes.

Anunciou-se, no início deste capítulo, que o pensamento de Whitney sobre a língua conservava uma noção característica dos fatos sociais, isto é, de que a língua é exterior ao indivíduo, que existe independente dele e que exerce coerção sobre sua vontade. É fato que Whitney jamais se referiu à língua como um fato social, mas é evidente que em seu tratamento dela assinalou tais características. Sua definição de língua se encaixa, portanto, na definição dos fatos sociais, não nos termos postos por Durkheim, que não permite a emergência do ator social como um agente de consciência e vontade. Pelo contrário, sua definição dá lugar à noção de indivíduo como um agente atuante e responsável pela conservação, inovação e propagação da língua.

É fato, portanto, que as características do fato social já estavam expressas na definição que Whitney fizera em seu *Language and the Study of Language* (1867). Pode-se dizer, no entanto, que as teorizações de Whitney dão lugar à ação do ator social. Fica clara a ideia de que a língua como um fato social só é exterior ao indivíduo particular, não a todos os demais membros da sociedade: o indivíduo pré-social, que nasceu numa sociedade, mas que ainda, por causa de seu desenvolvimento orgânico em etapas, não tem conhecimento dos códigos sociais e dos signos próprios da comunicação humana. Ele precisará aprendê-los com os demais membros da sociedade que já possuem os fatos sociais internalizados, assim é que se processa a aquisição das regras sociais e linguísticas.

Por ser uma criação humana e servir aos propósitos da comunicação, os elementos língua, comunidade e indivíduo são interdependentes. Em outras palavras, o indivíduo depende da língua para pertencer a uma comunidade e exercer sua cidadania, logo, depende também da comunidade, que é uma congregação de indivíduos unidos pela mesma língua. A comunidade não existe sem o indivíduo que congregado aos

demais indivíduos faz sobressair a unidade dela. A língua precisa do indivíduo para se manter, pois ele é o elo entre ela e os demais indivíduos congregados em comunidade.

Mas se se compreende que a comunidade, em vez de uma congregação de indivíduos, é uma formulação abstrata que existe independente e para além dos indivíduos que a compõem, a língua não pode existir nela, pois a língua é real, é percebida em sua forma física por meio da audição, quando é enunciada, ou da visão, quando é escrita. Mas a língua também não existe no “vazio”, nem “plana no ar”; nem o indivíduo tem sensores para que capte sua presença externa sem que ela tenha sido falada por outro indivíduo. Logo, a língua não existe sem ou fora do indivíduo.

CAPÍTULO III

A INSTITUIÇÃO DA *LANGUE* – SISTEMA/FATO SOCIAL – COMO OBJETO DA LINGUÍSTICA NO CURSO DE LINGUÍSTICA GERAL DE FERDINAND DE SAUSSURE

3.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O pensamento de Whitney sobre a natureza da língua como uma instituição social representou um ponto de virada nos estudos da linguagem. Ao dizer que a língua era uma instituição social, o autor afastava dela toda ideia metafísica e inatista que, de longa data, subjazia ao pensamento europeu sobre a natureza desse elemento, e a colocava no mesmo nível das demais instituições criadas pelos seres humanos. Além disso, ao tomar a língua como o bem social mais precioso que o indivíduo pode obter, Whitney deixou claro que se tratava de uma posse da coletividade, no sentido de que qualquer criação individual só entraria na língua se houvesse a adesão da maioria. Essa forma de compreender a língua permitiu que Whitney fosse tomado como o ponto de partida de análise da noção de língua como um fato social.

A influência das ideias de Whitney sobre a Escola Neogramática, da qual Ferdinand de Saussure era discípulo, teria consequências importantes sobre a forma com que este refletiria sobre a natureza do objeto da Linguística, a *langue*. Trata-se, neste capítulo, da reflexão de Saussure a respeito de como deveriam ser os estudos de natureza linguística, ou seja, dos procedimentos metodológicos, e de qual seria o objeto de estudo da Linguística, que se pode chamar de corte metodológico. Tal corte metodológico daria *status* de cientificidade à Linguística e instauraria a *langue* como seu objeto único. Enquanto a fala, a parte individual da linguagem, fora definida como “um ato individual⁶² de vontade e inteligência”, a *langue* recebera dupla definição: um objeto “social em sua essência e independente do indivíduo”; e “um sistema virtual que existe no cérebro”. No primeiro caso, a definição de *langue* se encaixa nas características dos *atos sociais*, que são exteriores ao indivíduo e independente de sua vontade; no segundo, como um *sistema* que é interno ao indivíduo. Além de descrever e

⁶² Embora Saussure diga que a fala seja “um ato individual de vontade e inteligência”, parece possível pensar que o uso da locução adjetiva *do indivíduo*, ou mesmo do adjetivo *particular*, no lugar do adjetivo *individual*, seria mais adequado. A fala compreendida como um ato do indivíduo, ou um ato particular, não seria um ato totalmente individual, uma vez que o indivíduo não fala para si mesmo e as razões que permitem o exercício da fala não dependem somente do indivíduo que fala, mas também de para quem se fala, das situações e eventos de fala. Assim, embora seja preciso que haja no indivíduo vontade para que enuncie algo, e a fala dependa dos processos articulatórios próprios de cada indivíduo, esse ato de vontade é sempre condicionado por algo exterior ao indivíduo falante, depende de seus interlocutores.

explicar essa aparente contradição, defende-se aqui o argumento de que há espaço nas definições saussurianas para a emergência do ator social como um agente de consciência e vontade.

Discute-se, além disso, sobre o lugar da língua como um fato social e como um sistema, isto é, onde ela se localiza. Como um fato social, a língua exerce coerção sobre a vontade do indivíduo, controla a vontade deste, isto é, impõe-se a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e mudá-la. Logo, será interessante refletir sobre a natureza da mudança linguística que somente ocorre enquanto é falada pelos indivíduos. Importa-se, também, refletir sobre a natureza da língua que é, ao mesmo tempo, interna (sistema) e externa (fato social) ao indivíduo e sempre social. Aponta-se, além disso, até que ponto a fala pode ser compreendida como um ato individual ou como realização da língua, ou prática de fala, que não é totalmente individual.

3.2. O CORTE METODOLÓGICO SAUSSURIANO

Ao analisar como se deu o ingresso das ciências humanas no “santuário da positividade científica” no século XIX, Hilton Japiassu (1978) assinalou que, quando essas ciências se libertaram da filosofia, tal libertação é vista por esse autor com não pouca incredulidade, “talvez tenham sentido a necessidade, por uma espécie de instinto de defesa e de autoafirmação, de deixarem-se tutelar pelas ciências rigorosas” (*op. cit.*, p. 63). Dessa forma, para Japiassu, o século XIX testemunhara mais uma ruptura com a tradição do que uma continuidade com as doutrinas do século XVIII.

Ainda segundo Japiassu, as ciências humanas se constituíram sob um “solo”, ou “fundo de saber”, que pretendia explicar seus fenômenos a partir de um lugar não filosófico e não ideológico. Dentro desse espírito cientificista, uma ciência deveria ser considerada “através de sua história repensada”, o que exigiria um rompimento com as visões que antecederam essa ciência e a inauguração de “uma problemática inteiramente nova” (*op. cit.*, 144).

Evidentemente, Saussure era consciente da necessidade de estabelecimento de um corte metodológico que representasse um rompimento com o tipo de pensamento que se tinha da língua e com o tipo de estudo sobre a linguagem que se fazia em sua época. Em uma carta a Antoine Meillet, em 1894, em forma de desabafo escreveu:

Mas estou bem desgostoso de tudo isso e da dificuldade que existe em geral de se escrever dez linhas que tenham bom senso em matéria de fatos de língua. Preocupado sobretudo, há muito tempo, com a classificação lógica desses fatos, com a classificação dos pontos de vista sob os quais nós os tratamos, vejo cada vez mais a imensidão do trabalho que seria necessário para mostrar ao linguista *o que ele faz*, reduzindo cada operação à sua categoria prevista e, ao mesmo tempo, à enorme variedade de tudo o que se poderia fazer, finalmente, em linguística. [...] Isso acabará, contra minha vontade, em um livro em que, sem entusiasmo, eu explicarei por que não há um só termo empregado em linguística ao qual eu atribua um sentido qualquer. Não é senão depois disso, confesso, que poderei retomar meu trabalho do ponto em que o deixei. (SAUSSURE, 1894 *apud* SWIGGERS, 2010, p. 3, grifos no original)

Simon Bouquet e Rudolf Engler, no prefácio de *Escritos de Linguística Geral – ELG* (SAUSSURE, 2002[2011] p. 15-16), fizeram menção aos relatos de Saussure sobre a perda do livro que ele estivera escrevendo na última década do século XIX. Os organizadores do ELG acreditam que os manuscritos encontrados em 1996 na estufa de um hotel pertencente à família de Saussure em Genebra fizessem parte do esboço do livro mencionado por Saussure. Apesar de, em alguns momentos, serem feitas referências ao ELG, as discussões que serão desenvolvidas neste capítulo serão todas baseadas na publicação de 1916, *Curso de Linguística Geral – CLG*, organizada por Charles Bally e Albert Sechehaye, pois fora esta obra que lançara as bases científicas da Linguística.

Ferdinand de Saussure, ao repensar a história dos estudos linguísticos e ao perceber a situação em que se encontravam tais estudos, insatisfeito como estava, faria duras críticas ao *status* científico desse campo de estudo. Sua reação se deu, primeiramente, contra os estudos da Gramática que, dos gregos aos gramáticos de *Port-Royal*, se baseavam na lógica e eram desprovidos “de qualquer visão científica e desinteressada da própria língua” (SAUSSURE, 2006, p. 7).

Em segundo lugar, insurgiu-se contra os estudos filológicos⁶³, que além de não terem a língua como único objeto, sua crítica era falha ao se apegar “muito servilmente

⁶³ Ainda em 1844, August Fuchs, jovem romanista alemão, fez um relato surpreendente da relação entre os estudos filológicos – que se ocupavam do estudo das línguas clássicas e que gozavam de grande prestígio – e os estudos linguísticos emergentes que se relacionavam com o estudo de línguas modernas: “A idéia pré-concebida de que os pesquisadores, no que toca à linguagem, se dividem em filólogos, ou seja, pesquisadores no domínio do grego e do latim, e em linguistas, isto é, pesquisadores no domínio de outras línguas, deve ser abolida, visto que lembra bastante a antiga unilateralidade e o espírito de dominação dos primeiros, pois julgavam que fora o latim e o grego não havia nenhuma outra língua culta

à língua escrita”, esquecendo-se da “língua falada” (*op. cit.*, p. 8). Em terceiro lugar, criticou duramente a Gramática Comparada, que jamais havia se preocupado “em determinar a natureza de seu objeto de estudo”. Esta seria uma operação elementar, sem a qual uma ciência seria “incapaz de estabelecer um método para si própria”. Além disso, para Saussure, os comparatistas apresentavam “certos modos de pensar que teriam causado espanto em outra ciência”, devido às “excentricidades do pensamento e dos termos empregados para justificá-las” (*op. cit.*, p.10).

Um dos embates teóricos de Saussure era com um dos líderes da Gramática Comparada, August Von Schleicher (1821-1868). As pretensões metodológicas de Schleicher foram severamente criticadas por Saussure:

Sempre será um assunto para a reflexão filosófica o fato de que, durante um período de cinquenta anos, a ciência linguística nascida na Alemanha, desenvolvida na Alemanha, cara à Alemanha por um grande grupo de indivíduos, não teve jamais a intenção de alcançar o grau de abstração que é necessário para dominar, de um lado, *o que se está fazendo*, de outro, por que o que se está fazendo tem uma legitimidade e uma *raison d'être* (razão de ser) no conjunto das ciências; mas, um segundo assunto, surpreendente, é o de observar que, uma vez que, finalmente, esta ciência parece triunfar sobre seu torpor, ela chega à tentativa risível de Schleicher, que sucumbe diante de seu próprio ridículo. O prestígio de Schleicher era muito grande para que ele tenha apenas *tentado* dizer algo geral sobre a língua, de forma que mesmo hoje ele parece uma figura inigualável na história da linguística, e o que se percebe são linguistas produzindo ideias comicamente graves, como é o caso dessa grande figura ... Por tudo o que se pode verificar, é visível que sua tentativa foi da mais completa mediocridade, o que não exclui as pretensões. (SAUSSURE, *manuscritos*, *apud* JAKOBSON, 1971, pp. xxx-xxxii, grifos no original)⁶⁴

e olhavam com pena e desdém a preocupação com outras línguas, como se se tratasse de uma aberração. Os pesquisadores que se julgavam privilegiados foram punidos por sua arrogância, uma vez que tiveram que reconhecer que, graças justamente aos linguistas menosprezados, uma mudança salutar operou-se na filologia; os linguistas realizaram mais, em poucos anos, pela linguística geral, pelo sânscrito, pelas línguas germânicas e românicas, que os filólogos em alguns séculos pelo estudo aprofundado da língua grega e latina – estudo que somente progrediu significativamente, de modo direto e indireto, por intermédio da linguística moderna”. (FUCHS, 1844 *apud* SWIGGERS 1998, pp. 9-10)

⁶⁴ For all time it will be a subject for philosophical reflection that during a period of fifty years linguistic science, born in Germany, developed in German, cherished in Germany by innumerable people, has never had the slightest inclination to reach the degree of abstraction which is necessary in order to dominate on the one hand *what one is doing*, on the other hand why what one is doing has a legitimacy and a *raison d'être* in the totality of sciences; but a second subject of astonishment is to see that when at last this science seems to triumph over her torpor, she winds up with the ludicrous attempt of Schleicher, which totters under its own preposterousness. Such was the prestige of Schleicher for simply having *tried* to say something general about language, that he even today seems an unrivaled figure in the history of linguistics, and one sees linguists putting on comically grave airs when dealing with this great figure ... From everything that we can check, it is apparent that he was a complete mediocrity, not without pretensions. (SAUSSURE, *manuscritos*, *apud* JAKOBSON, 1971, pp. xxx-xxxii)

Em outra ocasião, Saussure, ao reconhecer os esforços dos fundadores da Escola Neogramática, Karl Brugmann (1849-1919), Hermann Osthoff (1847-1909), Wilhelm Braune (1850-1926), Eduard Sievers (1850-1932), Hermann Paul (1846-1921) e August Leskien (1840-1916), declarou que graças a eles “não se viu mais na língua um organismo que se desenvolve por si, mas um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos. [...] pois *a língua não é mais uma entidade e não existe senão nos que a falam*” (SAUSSURE, 2006 [1916], pp. 11-12, ênfase no original). Tais ideias eram igualmente relacionadas ao pensamento de Schleicher e também de Max Müller (1823-1900)⁶⁵ sobre a natureza da língua.

Finalmente, Saussure faria também várias restrições ao trabalho daqueles que – através do impulso dado por William D. Whitney – emergiram sob a denominação de neogramáticos. Com estes nascera a Linguística, pois reduziram a comparação ao lugar que lhe cabia: “um meio, um método para reconstituir os fatos”. Mas o fator mais importante teria sido o reconhecimento de que a língua não é um organismo vivo, “mas *um produto do espírito coletivo dos grupos linguísticos*” (*op. cit., loc. cit.*).

Saussure foi, evidentemente, um admirador de Whitney e da Escola Neogramática da qual ele era discípulo. Não falta ocasião para se encontrarem

⁶⁵ Saussure, em sua primeira conferência na Universidade de Genebra (novembro de 1891), criticando os postulados de Max Müller e August Schleicher, declarou: “[...] houve, senhores, como sabem, um tempo em que a ciência da linguagem tinha convencido a si mesma de que era uma ciência natural, quase uma ciência física; eu não pretendo demonstrar como isso era uma profunda ilusão de sua parte mas, ao contrário, constatar que esse debate está encerrado e bem encerrado” (SAUSSURE, [ELG] 2002[2011], p. 15-16).

Schleicher propunha que se diferenciasse a Filologia – compreendida como ciência histórica – da Linguística – que trabalharia na esfera das ciências naturais. O fato de pertencer aos domínios das ciências naturais conferiria à Linguística um caráter de cientificidade, dada sua natureza orgânica: “A linguística [...] é uma parte da fisiologia do homem. O método da Linguística difere-se, pois, totalmente daqueles das ciências históricas, ele deve ser o método das outras ciências naturais [...]. A Linguística trabalha na esfera das leis naturais inalteráveis, exterior ao domínio da vontade humana” (SCHLEICHER, 1852, pp. 1-3, *passim*). Quanto ao trabalho do linguista, Schleicher não hesitava em compará-lo à atividade de outros estudiosos das ciências da natureza: “o linguista é como o zoólogo, o botânico, o mineralogista, ou qualquer outro cientista que, ao estudar as ciências naturais, deve ter uma visão geral de todo o reino animal, vegetal e mineral, eles não se ocupam senão de uma única série em especial, duma única família de seres naturais; o linguista, ao estudar profundamente uma única língua, é obrigado a conhecer bem todo o reino das línguas” (*op. cit.*, pp. 4-5, *passim*). Schleicher via a mudança linguística como algo prejudicial à língua, mas inevitável. A mudança representava a decadência da língua que inevitavelmente seguia seu curso para a morte. A língua mudaria conforme a natureza, isto é, a natureza da língua seria responsável por sua própria mudança. Assim, como uma árvore que nasce e se desenvolve por si só, devido a sua natureza orgânica, assim seria a natureza da língua que, naturalmente, lhe obrigaria a um contínuo estágio de evolução. Para Schleicher, nada havia na língua que fosse psíquico, mas apenas físico. A mudança fonética, para esse autor, ocorreria por decomposição. Seguiria, portanto, as mesmas leis da natureza: a língua nasce, cresce, desenvolve-se e morre, e a mudança linguística seria um estágio em direção à morte.

referências das influências destes sobre seus conceitos (cf. SILVERSTEIN, 1971; JAKOBSON, 1971; KOERNER 1996; MILANI, 2000, 2011, 2012). Entretanto, este texto não se ocupará das semelhanças das conceituações daquele com as de Saussure, pelo contrário, como ficará evidente, Saussure buscara estabelecer o limite que o pensamento de Whitney e seus seguidores conseguiram atingir. Isso, porém, não significa que o pensamento de Whitney não tenha exercido influência na forma como Saussure viria conceituar o objeto da Linguística. Aliás, foi dialogando com o texto de Whitney que ele faria declarações sobre a natureza social desse objeto.

A crítica de Saussure à Neogramática se deu pelo fato de esta, “após ter reconhecido os defeitos da antiga doutrina [a Gramática Comparada], o que era fácil, contentou-se em rejeitar a teoria, ao passo que, na prática, ficava como que embaraçada por um aparato científico que, apesar de tudo, não podia dispensar” (*op. cit.*, p. 215, grifos nosso). Além disso, Saussure assinalou que, por maiores que tenham sido os feitos dessa escola, “não se pode dizer que tenha esclarecido a totalidade da questão (*op. cit.*, p. 12)”. Os problemas fundamentais da Linguística Geral estariam, portanto, naquela época, por serem resolvidos.

Saussure parecia descontente com Whitney e com a nova escola, como se dissesse que estes, uma vez que reconheceram os problemas das escolas anteriores, tinham o justo dever de tirar a Linguística do limbo das análises subjetivas em que se encontrava. Seu embate com Whitney aconteceu por causa da insistência deste em considerar a língua “uma instituição social da mesma espécie que todas as outras”. Saussure argumentara que tal “tese é demasiadamente absoluta; a língua não é uma instituição social semelhante às outras em todos os pontos” (*op. cit.*, p. 17). Mais adiante diz que “a língua constitui uma instituição social, mas ela se distingue por vários traços das outras instituições políticas, jurídicas etc.” (*op. cit.*, p. 24).

A objeção de Saussure à tese de Whitney se deu, primeiramente, pelo fato de ser a língua, “a cada momento, tarefa de toda a gente; difundida por u’a massa e manejada por ela, é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro” (*op. cit.*, p. 88). A língua é uma instituição mantida por todos os indivíduos e, “de todas as instituições sociais, é a que menos oferece oportunidade às iniciativas” individuais. Essa seria uma das razões que não permitiria sua comparação com as outras instituições:

As prescrições de um código, os ritos de uma religião, os sinais marítimos etc., não ocupam mais que certos números de indivíduos

por vez e durante tempo limitado; da língua, ao contrário, cada qual participa a todo instante e é por isso que ela sofre sem cessar a influência de todos. (*op. cit., loc. cit.*)

Além disso, Saussure argumentou que, a fim de mostrar que “a língua é uma instituição pura, Whitney insistiu, com razão, no caráter arbitrário dos signos; com isso, colocou a Linguística em seu verdadeiro eixo. Mas ele não foi até o fim e não viu que tal caráter arbitrário separa radicalmente a língua de todas as outras instituições” (*op. cit.*, p. 90). Instituições como os costumes, a moda e as leis etc. que fixam a conduta humana não seriam, para Saussure, inteiramente arbitrárias, pois estariam baseadas, em graus diferentes, “na relação natural entre as coisas” e dependeriam dos meios e fins visados. Por outro lado, a língua “não está limitada por nada na escolha de seus meios, pois não se concebe o que nos impediria de associar uma ideia qualquer com uma sequência de sons (*op. cit., loc. cit.*). Uma das consequências da arbitrariedade do signo seria o fato de uma língua não poder se defender dos fatores que deslocam a relação entre o significado e o significante: princípio da mudança linguística, isto é, as mesmas palavras podem significar, em épocas diferentes, coisas diferentes.

3.2.1. O ESTABELECIMENTO DA *LANGUE* COMO OBJETO DA LINGUÍSTICA

As questões que mais perturbaram Saussure em sua tentativa de vislumbrar uma ciência da linguagem desembaraçada dos fios que a ligavam a um passado de inúmeras e incongruentes teorizações diziam respeito:

- a) às inconsistências metodológicas;
- b) à indefinição de um objeto único;
- c) e às proposições errôneas sobre a natureza desse objeto.

Para Hilton Japiassu (1978, p. 144), é incontestável que, “para se definirem, as ciências humanas precisam ao mesmo tempo de um método e de um objeto apresentando propriedades suscetíveis de se ajustarem a um tratamento científico”. Além disso, diz que “o objeto das ciências é um objeto teórico construído, um objeto de pensamento, e não concreto”.

Conforme discutiram Paveau e Sarfati (2006), Saussure procurou superar a prática comum de sua época, que era a comparação das línguas particulares, e

visualizou um meio de estudar a estrutura geral da língua. Para que pudesse dar forma ao seu empreendimento, sabia da necessidade de definir seu objeto:

Outras ciências trabalham com objetos dados previamente e que se podem considerar, em seguida, de vários pontos de vista; em nosso campo, nada de semelhante ocorre [...]. Bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto. (SAUSSURE, 2006, p. 15)

Um fenômeno linguístico qualquer dado à observação poderia ser analisado de vários pontos de vista: considerando-se os aspectos físico, fisiológico, psíquico e social da linguagem. No entanto, tais elementos poderiam ser reivindicados como objetos pertencentes a outras ciências:

[...] se estudarmos a linguagem sob vários aspectos ao mesmo tempo, o objeto da Linguística nos aparecerá como um aglomerado confuso de coisas heteróclitas, sem liame entre si. Quando se procede assim, abre-se a porta a várias ciências – Psicologia, Antropologia, Gramática normativa, Filologia etc. – que separamos claramente da Linguística, mas que por culpa de um método incorreto, poderiam reivindicar a linguagem como um de seus objetos. (*op. cit.*, p. 16)

O objeto da Linguística deveria ser, então, purificado ou desembaraçado de suas relações com outros objetos. Esse objeto, recortado metodologicamente, deveria ser estudado de forma independente, observadas sistematicamente as fronteiras do que é objetivo, subjetivo, social e individual. Tal elemento é a língua. Seu estabelecimento como objeto da Linguística se deu pelo fato de ser somente ela “susceptível de uma definição autônoma” e que fornecia “um ponto de apoio satisfatório para o espírito”, ou seja, para a reflexão. Conhecedor, como certamente era, das exigências da academia do cientificismo, Saussure conseguiu, dessa forma, construir um objeto teórico para a Linguística, como deveria ser com as disciplinas que pretendessem ser científicas, “um objeto de pensamento”, nos termos de Japiassu.

O linguista romeno Iorgu Iordan (1888-1986) buscou estabelecer uma relação entre a distinção *langue-parole* de Saussure e *Rede-Sprache* de Georg von der Gabelentz (1840-1893). *Rede*, o equivalente de *parole*, é a linguagem como um fenômeno individual, um meio para a expressão de determinadas ideias; *Sprache*, o equivalente de *langue*, é a “totalidade de todos esses meios de expressão para todo tipo de ideias, e a totalidade de todas as aptidões e tendências que determinam as formas de

fala e de todas as representações que determinam o seu conteúdo” (IORDAN, 1937 *apud* COSERIU, 1980, p. 215).

Outro linguista romeno, Egenio Coseriu (1921-2002), corrigindo a declaração do colega compatriota, argumentou que os termos de Gabelentz que correspondem às terminologias saussurianas são *Rede* (*parole*), *Einzelsprache* (*langue*) e *Sprachvermögen* (*langage*) (cf. COSERIU, 1980, p. 215). Para Coseriu, o termo *Sprache* de Gabelentz representa uma noção mais ampla, “a linguagem como noção geral (que engloba todas as manifestações da linguagem)” que inclui em seu domínio os elementos *Rede*, *Einzelsprache* e *Sprachvermögen*, as “três formas fundamentais da linguagem: a fala, a língua e a linguagem enquanto faculdade humana universal”.

O fato é que Gabelentz na obra *Die Sprachwissenschaft. Ihre Aufgaben, Methoden und Bisherigen Ergebnisse* [A Ciência da Linguagem. Suas Tarefas, Métodos e Resultados Alcançados], Leipzig, 1901[1891], compreendia a *Sprache* cindida nas três partes: fala, língua e linguagem.

- 1) Em primeiro lugar, a linguagem [*Sprache*] é entendida como fenômeno [concreto], como meio de expressão do pensamento ocasional, isto é, como ‘fala’;
- 2) Em segundo lugar, *Sprache* é entendida como totalidade unitária de tais meios expressivos para qualquer pensamento. Neste sentido, falamos da língua [*Sprache*] de um povo, de uma classe profissional, de um escritor, etc. (...) *Sprache* [língua], neste sentido, não é tanto o conjunto de todos os ‘discursos’ [*Reden*] do povo, da classe ou do indivíduo, mas a totalidade das capacidades e inclinações e das representações objetivas que determinam, respectivamente, a forma e a matéria da fala;
- 3) Finalmente, em terceiro lugar, a linguagem [*Sprache*], como o direito e a religião é considerada como patrimônio [específico] do homem. Com isso se entende a *faculdade de linguagem*, isto é, a capacidade inerente a todos os povos de expressar o pensamento por meio da linguagem. (GABELENTZ, 1901[1891] *apud* COSERIU, 1980, pp. 216-218)

Para Gabelentz (*op. cit. apud* COSERIU, 1980, p. 218), “o falante tem a possibilidade de escolher uma ou outra forma para vestir o pensamento [...]. São, pois, três as forças que aqui atuam de modo determinante; duas constantes: o costume e a predisposição individual; e uma ocasional: o estado de ânimo do momento”. Gabelentz refere-se, neste caso, à *Rede*, ou fala, ou manifestação concreta da língua, que sofre

variação em seu uso e oferece liberdade ao indivíduo, pois seu uso depende da escolha ocasional do indivíduo e de sua vontade em externá-la.

A *Einzelssprache*, ou língua, ou “um aparato de matérias e formas”, pertence sempre aos indivíduos – o falante e o ouvinte:

A fala é uma manifestação do indivíduo; a potência [*Kraft*] que a produz pertence, portanto, em primeiro lugar, ao indivíduo. Mas a fala deseja ser entendida e apenas pode sê-lo se a potência de que emana atua também no ouvinte. Essa potência, um aparato de matérias e formas, é precisamente a língua [*Einzelssprache*]. (GABELENTZ, 1901[1981] *apud* COSERIU, 1980[1967], p. 218)

Gabelentz, ao distinguir as três unidades da linguagem, também reconheceu que tais elementos deveriam ter disciplinas distintas que tratassem de suas especificidades. A que trataria da *Sprachvermögen*, ou da linguagem, seria a *Allgemeine Sprachwissenschaft*, ou linguística geral; a que se ocuparia da *Einzelssprache*, ou língua, seria a *Genealogisch-historische*, ou linguística genealógica e histórica; e a que teria por objeto a *Rede*, ou fala, seria a *Einzelssprachlich Forschung*, ou investigação da língua:

A investigação da língua explica a *fala* a partir do modo de ser da *língua*. A investigação genealógica-histórica explica a *língua* [mostrando] como se dividiu e modificou no espaço e no tempo. [...] [a linguística descritiva] não pode compreender como e por que essa faculdade e esse sentimento chegaram a ser como são. Em troca, a história da língua, *enquanto tal*, quer explicar precisamente isso, e apenas isso. Portanto, não pode de maneira alguma atender às manifestações vivas da linguagem, isto é, à fala. Se quer fazê-la, deve, precisamente, adotar o ponto-de-vista da investigação da língua. (GABELENTZ, 1901[1891] *apud* COSERIU, 1980[1967], pp. 223-224)

Eugênio Coseriu, no ensaio (Georg von der Gabelentz e a Linguística Sincrônica, 1967[1980]), buscou mostrar as semelhanças entre as conceituações de Gabelentz e as de Saussure. Muitas das terminologias postas por Saussure no Curso já estariam apresentadas na obra de Gabelentz (1891) com definições muito semelhantes.

Evidentemente, Coseriu buscava evidenciar o trabalho de Gabelentz como a fonte da Linguística Sincrônica de Saussure. Concluiu, portanto, que Gabelentz foi mais coerente do que Saussure em entender que a linguística descritiva ou sincrônica tem por

objeto a fala, ou seja, a língua em funcionamento, e que, além disso, a língua é deduzida a partir da fala. (COSERIU, 1980[1967])

No entanto, de todas as distinções saussurianas que Coseriu mostrou terem, de alguma forma, relação com as conceituações de Gabelentz, a que se mostrou mais distante da noção de Gabelentz foi a distinção *langue/parole*. A razão disso se deve ao fato da noção de Gabelentz encerrar apenas uma oposição *sistema e realização* (ou potência/fenômeno concreto), enquanto a distinção saussuriana, além da oposição *sistema e realização*, impõe a oposição *sociedade e indivíduo*:

Saussure [...] relaciona essa distinção com a concepção da língua enquanto ‘fato social’, ou, mais exatamente, faz um esforço para combinar duas oposições diferentes: realização/sistema e indivíduo/comunidade [...]. Por isso, há, na realidade, no CLG, duas noções diferentes de ‘língua’ que não coincidem inteiramente. (COSERIU, 1980[1967], 220, *passim*)

Coseriu não foi adiante, em seu texto, além de chamar a atenção para a complexidade e implicação da noção saussuriana, mas permitiu a emergência das reflexões que serão abordadas no item seguinte.

3.2.2. AS CONSEQUÊNCIAS DE UM OBJETO AMBÍGUO: A *LANGUE* COMO UM FATO SOCIAL E COMO UM SISTEMA

Depois de fazer considerações sobre os aspectos físico, fisiológico e psíquico da linguagem, Saussure declarou que se deveria “acrescentar uma faculdade de *associação* e de *coordenação* [...]; é essa faculdade que desempenha *o principal papel na organização da língua enquanto sistema* (SAUSSURE, 2006, p. 21, ênfase no original)”. Saussure se referia, nesse caso,

- a) às relações associativas, ou paradigmáticas, cuja “sede é no cérebro” e representam um “tesouro interior que constitui *a língua de cada indivíduo*” (*op. cit.*, 143, ênfase no original);
- b) às relações sintagmáticas, “relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (*op. cit.*, p. 142). Tais elementos se combinariam para colocar a língua em funcionamento.

Saussure, então, fez algumas declarações metodológicas sobre a *langue* cujos sentidos são, às vezes, polares. Primeiramente, insistiu no caráter social desse objeto:

Para bem compreender tal papel, no entanto, impõe-se sair do ato individual, que não é senão o embrião da linguagem, e abordar o *fato social* [...]. De que maneira se deve representar esse produto social para que a língua apareça perfeitamente desembaraçada do restante? Se pudéssemos abarcar a totalidade das imagens verbais armazenadas em todos os indivíduos, atingiríamos o liame social que constitui a língua. Trata-se de um tesouro depositado pela prática da fala em todos os indivíduos pertencentes à mesma comunidade, um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo. (*op. cit.*, p. 21, *passim*, ênfase no original)

Em seguida, deu ênfase à natureza psíquica do sistema:

Enquanto a linguagem é heterogênea, a língua assim delimitada é de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde *as duas partes do signo são igualmente psíquicas* [...]. Uma língua constitui um sistema. [...] tal sistema é um mecanismo complexo; só se pode compreendê-lo pela *reflexão*. (*op. cit.*, pp. 23, 87, 138, *passim*, ênfase no original)

Através dessas definições é possível perceber que Saussure buscava realçar a natureza do objeto da ciência emergente. A *langue* é um objeto que resultou de um processo de abstração feita pelo linguista, isto é, fora da reflexão do linguista esse objeto não existe em si. Antes de Saussure, a língua era apenas considerada por meio de sua manifestação na fala, ou tendo “outros pontos de vista” (*op. cit.*, p. 25). Estudar esse objeto em si significava abstrair-se de sua manifestação concreta, isto é, considerar esse objeto independentemente de sua realização física. Significava fazer considerações sobre a forma como esse elemento é assimilado pelo indivíduo, da maneira como ele se estrutura em sua mente, do modo como o indivíduo transforma sua percepção do mundo (imagem acústica) em conceito, e/ou da forma pela qual um conceito suscita uma determinada imagem acústica no indivíduo.

A instituição da *langue* como um sistema abstrato tratou-se, pois, da elaboração de um objeto virtual, não no sentido de que exista apenas no plano das ideias, mas no sentido de uma escolha metodológica que separou elementos que historicamente e ontologicamente não são separáveis. Os falantes não compreendem que a língua e a fala

sejam necessariamente distintas. Historicamente, esses dois elementos sempre sobressaíram à compreensão dos indivíduos numa relação sinonímica. E, aos pesquisadores, a forma concreta da língua, seja em registros históricos ou em suas realizações sonoras, foi sempre o meio de alcançarem a natureza desse objeto. Ontologicamente, tais elementos representam unidades interdependentes já que uma (a língua) é instrumento e produto da outra (a fala):

Sem dúvida, esses dois objetos estão estreitamente ligados e se implicam mutuamente; a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça; historicamente, o fato da fala vem sempre antes [...]. Por outro lado, é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências. Enfim, é a fala que faz evoluir a língua: são as impressões recebidas ao ouvir os outros que modificam nossos hábitos linguísticos. Existe, pois, interdependência da língua e da fala; aquela é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta. Tudo isso, porém, não impede que sejam duas coisas absolutamente distintas. (SAUSSURE, 2006, p. 27, *passim*)

Posto de outro modo, o que Saussure dizia é que de um ponto de vista metodológico é possível conceber tais elementos de forma separada. Trata-se de uma escolha feita pelo linguista, que orientaria os demais estudiosos da linguagem a realizarem suas pesquisas levando em consideração tal procedimento teórico-metodológico, não que língua e fala devessem, de fato, em todos os momentos, ser estudadas separadamente. Não se trata aí de declarações sobre o mundo, sobre a realidade das coisas, mas de afirmações metodológicas *apriorísticas* necessárias para que os pesquisadores da Linguística pudessem proceder a qualquer análise da natureza desse objeto, abstraídos de sua contraparte concreta.

Mas a separação de elementos interdependentes apenas se sustenta abstratamente, isto é, a língua separada da fala apenas subsiste através de um processo mental, através da reflexão do linguista sobre as propriedades que são próprias desse objeto. As declarações de Saussure sobre a natureza da *langue*, evidenciadas acima, deixaram emergir um objeto de natureza um tanto híbrida: a *langue* é um objeto que ora é definido com as características do *fato social*, exterior ao indivíduo, ora como um *sistema*, localizado na mente do indivíduo:

Ela é a parte social da linguagem, *exterior ao indivíduo*, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la [...] a língua assim delimitada é

de natureza homogênea: constitui-se num sistema de signos onde, de essencial, só existe a união do sentido e da imagem acústica, e onde as duas partes do signo são igualmente psíquicas. Os signos linguísticos, [...]; as associações ratificadas pelo consentimento coletivo e cujo conjunto constitui a língua, *são realidades que têm sua sede no cérebro*. (SAUSSURE, 2006, pp. 22-23, ênfase no original)

Trata-se de duas noções que parecem representar, num primeiro momento, uma oposição, não menos que a oposição *langue/parole*:

O estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma, essencial, tem por objeto a língua, que é social em sua essência e independente do indivíduo; esse estudo é unicamente psíquico; outra, secundária, tem por objeto a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala, inclusive a fonação é psicofísica Nada existe, portanto, de coletivo na fala [...]. (*op. cit.*, pp. 27-28)

O fato é que, como assinalou Coseriu, Saussure busca fazer coexistir nas noções *langue/parole* duas oposições que não são inteiramente compatíveis da forma como foram estabelecidas: *sistema e realização, sociedade e indivíduo*. A primeira oposição – *sistema/realização* – depende de uma noção de língua como interna ao indivíduo e sua contraparte, a fala, como exterior a ele. A segunda oposição – *sociedade/indivíduo* – apoia-se na concepção de língua como exterior ao indivíduo e sua contraparte individual como interna.

Ora, se a *língua* é um *sistema*, a base desse sistema não pode ser outra senão a mente⁶⁶ do indivíduo. É no *interior* do indivíduo, no espaço das abstrações do social, que a língua se encontra armazenada em forma de imagens verbais e estruturada de forma que o conceito e a imagem acústica possam se encontrar e se relacionar com os demais signos linguísticos na produção de enunciados inteligíveis e coerentes. É na esfera do indivíduo também que a língua se torna inteligível através de sua *realização* na *fala*. Logo, a dualidade sistema e realização está para o indivíduo. É fato que um único indivíduo não possui interna a si a língua em toda sua completude, no sentido de

⁶⁶ Saussure fala de *cérebro* e *psíquico* indistintamente quando quer se referir ao espaço em que estão armazenadas as abstrações do social, as normas de conduta, as convenções, os costumes sociais aprendidos. Cérebro e psíquico têm, na atualidade, significações distintas. O primeiro faz referência a um lugar biológico que faz parte da anatomia humana. Cf. a definição do Dicionário Aurélio: “Porção do encéfalo que ocupa, na caixa craniana, toda a parte superior e anterior”. O segundo termo conforme definição do mesmo dicionário é “relativo ou pertencente à psique, à alma ou ao psiquismo”. Optou-se aqui pelo termo *mente* porque ele impede que se possa fazer uma leitura equivocada de que a língua faça parte do organismo biológico do indivíduo, mas poderia ser igualmente utilizada as terminologias *psíquico* ou *psique*.

todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, mas possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar sua cidadania, e isso não é menos complexo que a totalidade, portanto, não é menos língua.

Na contraparte *externa* da conceituação saussuriana, a *língua* é um *fato social*, ou seja, representa uma realidade exterior ao indivíduo e à sua vontade e sobre a qual exerce coerção. Como um fato social, a língua não constitui uma função do falante nem está baseada na mente do indivíduo, ela pertence à *sociedade* onde também se situa.

Essa oposição interno *versus* externo que envolve ambos os elementos língua e fala encerra, na leitura de William Labov, um paradoxo:

Se todos possuem o conhecimento da estrutura da língua, se a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro” (SAUSSURE, 1962, p. 30), seria possível se obter os dados através do testemunho de qualquer pessoa – mesmo uma única pessoa. Por outro lado, dados da *parole*, ou fala, poderão apenas ser obtidos através do exame do comportamento dos indivíduos ao fazerem uso da língua. Assim, temos o “Paradoxo Saussuriano”: o aspecto social da língua é estudado através da observação de qualquer indivíduo, mas o aspecto individual somente através da observação da língua em seu contexto social. (LABOV, 1991[1972], p. 186)⁶⁷

Na sequência de sua discussão, Labov ainda sinalizou que o próprio linguista era um pouco hesitante sobre essa questão, pois, logo após dizer que a *langue* é “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”, acrescentou: “ou, mais exatamente, nos cérebros dum conjunto de indivíduos, pois a língua não está completa em nenhum, e só na massa ela existe de modo completo” (SAUSSURE, 2006, p. 21).

Nota-se, neste caso, que Labov, sem se conscientizar da distinção apresentada acima, tomou a discussão que Saussure fizera sobre a *langue* enquanto este refletia sobre sua natureza como um *sistema* e, na formulação de seu raciocínio, acrescentou elementos que são próprios da caracterização saussuriana de língua como um *fato social*.

Argumentou-se, anteriormente, neste capítulo, que a contraparte da *langue* como um sistema é a *realização*. A fala como realização não é um ato totalmente individual, pois não se fala para si mesmo. Confronte-se, por exemplo, a exposição do *circuito da*

⁶⁷ If everyone possesses a knowledge of language structure, if *langue* is “*un système grammatical existant virtuellement dans chaque cerveau*” (SAUSSURE, 1962, p. 30), one should be able to obtain the data from the testimony of any one person – even oneself. On the other hand, data on *parole*, or speech, can only be obtained by examining the behavior of individuals as they use the language. Thus we have the *Saussurian Paradox*: the social aspect of language is studied by observing any one individual, but the individual aspect only by observing language in its social context. (LABOV, 1991[1972], p. 186)

fala. Labov excluiu ainda a informação anterior em que Saussure dizia que se tratava de “um tesouro depositado *pela prática da fala*” (SAUSSURE, 2006, p. 21, ênfase no original). Em outro momento, Saussure assegurara que nada entraria na língua sem que fosse “antes *experimentado na fala*” (*op. cit.*, p. 196, ênfase no original).

Os exemplos dados por Saussure não se tratam de atos puramente individuais, exceto pelo ato de vontade do indivíduo de querer comunicar-se, de sua realização fisiológica na fala e de seu estilo individual e variável. Mas a prática da fala requer que outros indivíduos estejam envolvidos em tal propósito. Trata-se da língua em funcionamento ou em uso. Nesse caso, não há controvérsia. Não se trata da oposição indivíduo e sociedade, mas da oposição sistema e realização (retoma-se essa discussão mais adiante).

3.3. A DUALIDADE SISTEMA *VERSUS* FATO SOCIAL: RESOLVENDO A QUESTÃO

Outra implicação da dicotomia saussuriana *langue/parole*, de especial interesse para este trabalho, está relacionada com a oposição sociedade/indivíduo, pois a *langue* é também “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo, que, por si só, não pode nem criá-la nem modificá-la” (*op. cit.*, p. 21). Saussure, além disso, insistiu que para compreender o papel do objeto da Linguística seria necessário que se saísse do “ato individual” e se abordasse o “fato social”.

A Linguística teve seu estatuto definido com Ferdinand de Saussure no *Curso de Linguística Geral*. Inserido num contexto em que a sistematização metodológica era critério básico para qualquer estudo que pretendesse ascender à cientificidade, o linguista estabeleceu o objeto de estudo dessa disciplina de forma que pudesse delimitar também as fronteiras do campo que lhe seria próprio. Ao determinar a *langue* como o objeto legítimo da investigação linguística, um sistema cujas forças são exteriores ao indivíduo e à realidade física, Saussure pareceu desconsiderar que o indivíduo pudesse ser um agente de consciência e de vontade.

O conceito de *langue* como um fato social aproxima o objeto da Linguística daqueles da Sociologia. Ao definir como objeto de estudo da Sociologia os fatos sociais, Émile Durkheim (1858-1917) buscava afastar de sua área de investigação as manifestações individuais, preferindo, assim, explicar a sociedade como uma entidade que existe independentemente dos indivíduos que a compõem.

Os fatos sociais eram, para Durkheim, formas de pensar, sentir e agir e seu

estudo deveria considerar tais realidades como externas ao indivíduo e dotadas de forças coercitivas que se impõem à vontade deste. Bernard Charlot (2000) argumentou que a Sociologia de inspiração durkheimiana quis dispensar o indivíduo ao se construir contra o sujeito da Filosofia e da Psicologia, porém, não conseguiu abrir mão de qualquer referência ao “psiquismo”. Charlot (*op. cit.*, p. 34) deu ênfase ao pensamento de Durkheim de que seria preciso considerar “os fatos sociais como coisas”, e que tais elementos só podiam ser explicados por outros fatos sociais, sendo considerada falsa qualquer explicação que recorresse diretamente a um fenômeno psíquico. Mas, considerando que os fatos sociais são modos de agir, pensar e sentir, Charlot apontou para a dificuldade de pensar um psiquismo sem o indivíduo, ou um psiquismo que fosse analisado em referência à sociedade.

Deve-se ter em mente que as duas áreas, Sociologia e Linguística, se constituíram como campos legítimos do estudo do conhecimento humano e social por força dos *cortes* que seus teóricos executaram. Entretanto, a dissociação indivíduo/sociedade, ainda carente de uma explicação coerente tanto no campo da Linguística quanto da Sociologia, produziu um século de debates entre pesquisadores que se veem presos às deliberações metodológicas fundadoras desses campos e que não conseguem, simplesmente, fugir de explicações controversas ou polêmicas. Pode-se perceber assim que os confrontos que ocorrem entre os campos de estudo, cada um defendendo sua autonomia e sem limites por meio da definição de seu objeto, acabam deixando o objeto confuso.

A dissociação entre indivíduo e sociedade surgiu nos estudos da linguagem e permaneceu durante o século XX, dividindo os grupos de pesquisadores de acordo com o caráter antitético desses elementos (cf. Capítulo V dedicado às ideias de Labov). Se no século XIX os estudos da linguagem padeciam pela indefinição de um objeto e de um método adequado para se chegar à compreensão desse objeto, no século XX a opção por um objeto “único” (um híbrido purificado) fez com que a Linguística perdesse contato com algo que é próprio de seu domínio: os indivíduos falantes.

Atentem-se, assim, para os seguintes detalhes: ao determinar o objeto da Linguística, Saussure separou a linguagem que é multidomínios em dois elementos: de um lado, aquilo que é social, e de outro, o que é individual. Deve-se pensar, também, no fato de ser a linguagem algo inerente a todos os seres humanos. Todo indivíduo é portador da linguagem, isto é, todo ele tem consigo os dois elementos que constituem a linguagem: não menos o social que o individual.

Ao caracterizar a língua, a parte social, como um fato social, que é exterior ao indivíduo, Saussure não explicitou se pensava no “indivíduo concreto” ou no “ator social” abstratamente concebido. Repetindo Giddens (1998, p. 155), “o indivíduo concreto, necessariamente, é o ‘portador’ da sociedade: removam-se todos os organismos humanos e não há mais sociedade”. O ator social é o ser em geral, abstraído metodologicamente, um agente ativo que possui consciência e vontade.

Se a língua é um fato social cuja natureza se encaixa na descrição feita por Durkheim – não há outra definição –, então, não surpreende o fato de que, frequentemente, Saussure seja acusado de ter suprimido o papel do indivíduo nos estudos de natureza linguística. R. Lafont e F. Gardès-Madray (1976, p. 13 *apud* FIORIN, 2002, p. 29), por exemplo, argumentaram que “a oposição *langue/parole* permite eliminar o falante da investigação linguística”. Confronte, além disso, a declaração de Marina Yaguello sobre o papel ativo do indivíduo falante: “o falante – por meio do qual se exprimem também as relações sociais –, por longo tempo afastado da Linguística, nela foi introduzido pela Sociolinguística e disso resultou uma redefinição do próprio objeto dessa ciência” (YAGUELLO, *s/d apud* FIORIN, 2002, p. 27).

No entanto, ao caracterizar a natureza da fala, Saussure declarou que se tratava de “um ato individual de vontade e de inteligência” e que “dela o indivíduo é sempre senhor” (SAUSSURE, 2006, pp. 21-22). Essa declaração do linguista permite uma nova interpretação da concepção de indivíduo (falante), a do *ator social*, nos termos de Giddens, constituído de vontade, consciência e inteligência; que tem o poder de escolher e de agir diante das situações que exigem sua agência.

Seria possível pensar que, como aconteceu com Durkheim na discussão sobre os fatos sociais, a forma como Saussure definiu os elementos língua e fala resvalasse de uma concepção de indivíduo a outra. Dessa forma, sua conceituação de língua como um fato social só faria sentido se o indivíduo em questão fosse o indivíduo concreto, enquanto a forma como conceitua a fala daria lugar à emergência de um indivíduo de vontade e inteligência plenas.

No entanto, Saussure não compreendia que a língua como um fato social fosse exterior a todos os indivíduos, como deu a entender Durkheim em sua definição dos fatos sociais que fossem exteriores a todos os indivíduos. A língua é exterior ao indivíduo particular ou a cada indivíduo particular, não a todos os indivíduos.

Isso significa que a língua pré-existe e sobrevive a cada indivíduo e que não é inventada por ele. Dizer que a língua é uma realidade externa ao indivíduo particular

significa, além do que foi dito, que inúmeros indivíduos já eram portadores dela quando este nasceu e que continuarão sendo após a morte deste. Significa que o sistema de signos que o ser particular utiliza para se expressar existe e funciona independente dos usos que ele faz desse sistema.

No entanto, embora a língua possa existir e funcionar independente dos usos que o indivíduo particular faça dela, não é verdade que ela exista e funcione independentemente dos usos que os demais membros da sociedade façam dela. Bernard Lahire (2006) analisou a declaração de Durkheim de que os fatos sociais são exteriores *a todos os indivíduos*, ou que “as maneiras coletivas de agir ou de pensar tem uma realidade *fora dos indivíduos*”, e argumentou que, por não ser o social distinto dos indivíduos, não via onde se apoiava esse *fora dos indivíduos*:

Se todas as vezes eu considerasse as coisas do ponto de vista de cada um desses outros indivíduos, eu poderia dizer de fato, que nenhum deles inventa essas instituições. Mas se o raciocínio é pertinente para cada um dos indivíduos tomados um a um, não se pode esquecer também que todas as vezes o conjunto dos outros indivíduos é portador de instituições que supostamente se impõem do exterior a cada indivíduo particular. Consequentemente, não se pode adicionar tais raciocínios a cerca de cada indivíduo singular para deduzir daí que as instituições são exteriores a todos: ao contrário, elas são sustentadas por todos. (LAHIRE, 2006, p. 599)

Para Saussure, porém, a língua como um fato social possui uma realidade externa ao indivíduo “particular”, mas interna ao conjunto de indivíduos, à coletividade. Nesse momento, parece emergir uma possível explicação para a aparente ambiguidade na noção de indivíduo presente na discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua e da fala, apontada anteriormente.

Falou-se aqui que a discussão que Saussure fez sobre a natureza da língua como um fato social só fazia sentido se o indivíduo que ele tinha em mente fosse o ser concreto. Por outro lado, sua conceituação da natureza da fala dava lugar ao agente social de consciência e vontade. Saussure, no entanto, não compreendia a noção de fato social nos mesmos termos que Durkheim o concebia, tinha sua própria concepção.

A língua constitui-se uma realidade externa ao indivíduo particular, mas ele pode e deve apropriar-se dela. Em seus anos iniciais, através de um processo inconsciente, o indivíduo é levado a interagir com seus pais, família e amigos. Estes já internalizaram, pelo exercício da fala, a estrutura da língua, seu vocabulário e os sons que lhe são próprios. Ela não constitui mais para estes uma realidade exterior, mas a

compreendem como uma realidade presente em todos os demais membros do grupo a que pertence.

À medida que o indivíduo vai aprendendo a língua de seus pais, por um instinto de sobrevivência, e de autoidentificação, a língua que antes só podia ser percebida nos “outros”, pouco a pouco, vai se tornando parte da estrutura psíquica desse indivíduo. Desde suas primeiras tentativas de pronunciar as primeiras palavras o indivíduo é incentivado a produzir novas palavras e novos enunciados. A prática deste permitirá que desenvolva habilidades que facilitarão o exercício da fala e o processo de internalização da língua será acelerado.

Veja que o indivíduo que aprendeu a língua e aquele que a coloca em funcionamento é o mesmo. Trata-se apenas de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo “pré-social” é posto em contato com a língua. Isto significa que ela está do lado de fora dele, mas nunca “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos falantes. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar, de acordo com as situações de uso, sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. Poderá selecionar algumas palavras e não outras; poderá escolher um tom mais alto ou mais baixo; poderá escolher entre uma variante mais ou menos formal; poderá ser criativo no uso da língua.

Analise-se também a seguinte questão, posta no início deste capítulo, que em linhas gerais busca compreender o seguinte: se a língua exerce coerção sobre a vontade do indivíduo, isto é, se impõe a ele e resiste às tentativas deste de criá-la e alterá-la, – visto que a concepção de fato social como força coercitiva não permite a ação individual – como é que ela muda somente enquanto é falada pelos indivíduos?

Novamente, é preciso compreender que a língua só muda quando é falada. Como um fato social que é exterior e resistente à vontade do indivíduo, não resta alternativa a este senão se subordinar às suas prescrições. Como uma estrutura internalizada e subserviente às vontades dos indivíduos ela é sujeita a todas as transgressões e caprichos destes. É fato que um único indivíduo não tem o poder de criar novas formas ou alterar suas formas existentes, mas o consenso dos demais membros do grupo validará as iniciativas individuais.

No item anterior, argumentou-se que o fato de a *langue* ter sido caracterizada como um *sistema* e como um *fato social* produzia uma aparente contradição por causa da relação natureza interna/externa desse elemento. Da mesma forma, a contraparte

individual desses elementos realização/indivíduo também parecia estacionar nos polos interno/externo. Mas a aparente contradição que subjaz à conceituação saussuriana parece ter sido esclarecida nas argumentações aqui evidenciadas.

A *langue* como *fato social* é exterior ao indivíduo porque ele não nasce em posse dela. Como um corpo biológico, a infância do indivíduo é o período em que ele terá contato com a língua de seus pais e daqueles em torno de si, que lhe têm cuidado e lhe ensinam as normas sociais. Como afirmou Saussure, “o indivíduo tem necessidade de uma aprendizagem para conhecer-lhe o funcionamento; somente pouco a pouco a criança a assimila” (SAUSSURE, 2006, p. 22). Em outra ocasião disse que “é ouvindo os outros que aprendemos a língua materna; ela se deposita em nosso cérebro somente após inúmeras experiências” (*op. cit.*, p. 27). Saussure aponta para uma postura não inatista da língua, porém, considerando a faculdade de linguagem que é inata ao indivíduo pré-social.

Veja que se trata de um estágio, de uma etapa de aprendizado da língua e de outros códigos sociais, que estão fora do corpo orgânico do indivíduo pré-social, mas que estão nos demais indivíduos que já internalizaram tais elementos. Nos estágios posteriores, esse indivíduo já terá aprendido a língua e com ela os elementos culturais, sociais, geográficos, históricos etc. que fazem a língua.

O fato social terá sido internalizado⁶⁸ e estará estruturado na mente do indivíduo em forma de um *sistema*. Como os demais indivíduos, este indivíduo divide as características da língua e domina as normas sociais de seu uso. A língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema. O sistema, desde sua organização na mente humana, que representa o desenvolvimento do aprendizado dos indivíduos no decorrer dos séculos, à simples veiculação de um determinado conceito a uma imagem acústica, é revestido do social.

⁶⁸ O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu (1930-2002) é bastante significativo quando se pretende estabelecer uma relação entre o que é interno e o que é externo no tratamento do ser social. A análise que Bernard Charlot (2000, p. 35) empreendeu às teses de seu compatriota revelaram-lhe uma noção de indivíduo como um “agente social” eminentemente ativo e atuante: “é o indivíduo quem age e não a estrutura através dele, porém, ele age em função de disposições psíquicas que foram socialmente estruturadas: seu *habitus*”, isto é, “princípios de percepção e ordenamento do mundo”. Charlot diz que na linha de Durkheim, Bourdieu se negava a explicar o social a partir do indivíduo, objeto da filosofia clássica, livre e racional. O ‘agente social’, a que Bourdieu faz referência, não é um indivíduo autônomo, plenamente consciente de suas motivações. Segundo Charlot, Bourdieu introduziu em sua teoria um lugar para o psíquico, “porém esse lugar é ocupado por algo social, o que permite dispensar o conceito de sujeito” (*op. cit.*, *loc. cit.*). Assim, para Bourdieu, “o social torna-se psíquico quando passa do exterior para o interior; e, por isso, o interior tem seu princípio de inteligibilidade no exterior, isto é, no espaço das posições sociais” (BOURDIEU, 1994, *apud* CHARLOT, 2000, p. 35).

A evidência da língua só aparece por meio da realização através da fala. A fala compreendida como sons articulados constituidores de enunciados inteligíveis não é individual⁶⁹. Os sons articulados produzidos pelo indivíduo com a intenção de significar ou de exteriorizar uma ideia são sociais, pois se enuncia algo que é comum ou inteligível a quem escuta. Falar é um ato de vontade do indivíduo, pode ser uma necessidade pessoal ou social, pode o indivíduo falar quando tem vontade e não falar quando não tem. Sua vontade é, no entanto, condicionada por algo exterior a si, algo que está no outro, ou com quem se acha relacionado, pois nunca se fala para si mesmo. O ato de falar mobiliza órgãos que fazem parte da fisiologia do indivíduo (e.g. órgãos fonadores), que são únicos em cada indivíduo, mas que foram moldados, treinados com o auxílio de outros indivíduos, pela capacidade de ouvi-los e de imitá-los, isto é, de reproduzi-los.

Resta, porém, considerações finais sobre a noção de indivíduo (falante) em Saussure, frente às concepções de indivíduo apresentadas nos capítulos anteriores. Como se viu, o indivíduo saussuriano não se encaixa na caracterização do *homo clausus* de Elias, um ser plenamente consciente e autossuficiente, “um pequeno mundo em si mesmo”. Tão pouco, esse indivíduo é um ser totalmente passivo e refém das sanções socioestruturais, como julgava Durkheim que o indivíduo o fosse. O indivíduo saussuriano também se distancia do indivíduo whitneyiano: este é mais ativo, tanto no processo de aquisição da língua quanto no processo de disseminação das mudanças linguísticas; aquele é mais passivo.

O indivíduo saussuriano é um ser clivado, reflexo da forma dicotômica com que o autor compreendia a linguagem cindida nas partes *langue* e *parole*. De um lado está o corpo biológico que entra em contato com o mundo através da língua; de outro, o ser socializado através do aprendizado da língua e das demais normas morais sociais,

⁶⁹ Mikhail Bakhtin (1981[1929], p. 109) diz que “o ato de fala, ou, mais exatamente, seu produto, a enunciação, não pode de forma alguma ser considerado como individual, no sentido estrito do termo; não pode ser explicado a partir das condições psicofisiológicas do sujeito falante”. Bakhtin não ignora a individualidade ou exclui a reflexão do indivíduo sobre sua individualidade e sobre sua condição de ser social de direitos e liberdades. A individualidade está relacionada à forma particular com que cada indivíduo dispõe de valores socioideológicos e das “condições vitais e sociais em que esse organismo se encontra colocado” (*op. cit.*, p. 59). Além disso, para o autor, a tomada de consciência pelo indivíduo, o exercício da atividade mental, embora possa dispensar a expressão exterior, não pode dispensar a expressão ideológica, pois a ideologia é constitutiva da atividade mental. Para Bakhtin, a personalidade particular é constituída por meio das relações sociais, e a consciência individual é ideológica. Dessa forma, embora o indivíduo possa assumir valores sociais como sendo seus, sua fonte não se encontra na consciência individual, pois “o conteúdo do psiquismo ‘individual’ é, por natureza, tão social quanto a ideologia e, por sua vez, a própria etapa em que o indivíduo se conscientiza de sua individualidade e dos direitos que lhe pertencem é ideológica, histórica, e internamente condicionada por fatores sociológicos” (*op. cit.*, p. 58).

embora de forma um tanto passiva; e ainda, o “senhor da fala”, dotado de inteligência e consciência plenas.

Essa análise mostra que o indivíduo saussuriano não é um ser uno, mas plural, que desempenha papéis diferentes frente às diversas situações da vida social. Não é consciente em todos os momentos de sua vida, mas tem consciência de determinados atributos de sua individualidade e de sua natureza como ser social. Sua autoconsciência o permite refletir sobre os eventos da vida social e expressá-los através da fala. Mas esse indivíduo não é totalmente livre. A língua como uma posse da sociedade não permite que o indivíduo governe livremente sobre ela, por outro lado, a fala permite a esse indivíduo toda liberdade.

Em última análise, pode-se dizer que o indivíduo saussuriano é um ser social e como tal desenvolveu suas habilidades sociocognitivas como membro de uma sociedade. Aprendeu que a sociedade faz exigências aos seres particulares para que se adaptem aos padrões convencionados socialmente. Uma vez que esse indivíduo assimilou a língua, e ela passou a fazer parte de sua constituição psíquica, ele tem o poder de reelaborá-la a cada circunstância de uso. É por meio desse processo que a língua como uma posse social se transforma através dos usos que os indivíduos fazem dela.

O social”, afirmou Lahire (2006), “não é distinto dos indivíduos”, o contrário também procede, logo, os indivíduos também não são distintos do social; assim, também o sistema não é distinto do social; acrescenta-se que a língua não é distinta da fala, como dissera Saussure, “é ao mesmo tempo o instrumento e o produto desta”, logo, a fala é a *língua em funcionamento*. Do mesmo modo, pode-se dizer que a língua do indivíduo não é diferente da língua da comunidade. Embora se diga que a língua só esteja completa no conjunto dos falantes, cada indivíduo é portador dos elementos significativos que constituem a língua do grupo, logo, o indivíduo é capaz de fornecer dados significativos para a descrição e compreensão da língua.

CAPÍTULO IV

O ESBOÇO DE UMA TEORIA SOCIAL DA LINGUAGEM NA OBRA DE ANTOINE MEILLET

4.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta tese vem desenvolvendo o argumento de que a língua compreendida com as características dos fatos sociais tem sua origem nas discussões de William Dwight Whitney (1867), muito embora o linguista não tenha usado a terminologia fato social e sim a expressão *instituição social*. Essa concepção de língua foi sistematicamente reelaborada por Ferdinand de Saussure, no *Curso de Linguística Geral* (1916), que usou a terminologia *fato social* ao conceituar a língua como a parte social da linguagem. Saussure, em momento algum fez referência a Émile Durkheim (1858-1917) ao conceituar a língua como tal, embora o conceito do sociólogo francês fosse amplamente conhecido no meio intelectual do início do século XX. Por outro lado, Antoine Meillet (1866-1936), discípulo de Saussure, enquanto contribuía com o jornal de Durkheim, *L'année sociologique* (1905-1906), mais ou menos na mesma época em que Saussure iniciava o *Curso de Linguística Geral* (1907-1911) em Genebra, caracterizou a língua como um fato social fazendo referência ao conceito estabelecido por Durkheim.

Este capítulo trata, num primeiro momento, das ideias de Meillet que fizeram dele uma das mais importantes figuras no âmbito dos estudos da linguagem, tendo influenciado direta ou indiretamente um grande número de estudiosos da Linguística por várias décadas do século XX. O linguista dedicou-se tanto aos estudos histórico-comparativos das línguas indoeuropeias quanto aos aspectos universais do desenvolvimento linguístico e de sua natureza histórica e social. O aspecto social de sua teoria se constitui no tema central deste capítulo. Será importante observar que, diferentemente dos demais linguistas estudados, Meillet não compreendia a linguagem como uma capacidade inata ao indivíduo. O autor fala de *linguagem* como um fato social, cuja realidade é exterior ao indivíduo, e de *uma língua* que é igualmente definida. O argumento que se desenvolve é o de que mesmo tendo conservado as características próprias dos fatos sociais ao conceituar a linguagem, Meillet não ignorou o fato de que o indivíduo pudesse agir sobre a língua, mesmo que sua ação fosse acompanhada de sanções.

4.2. MEILLET: DE INFLUENCIADO A INFLUENCIADOR

Paul Jules Antoine Meillet (1866-1936) é considerado um dos principais linguistas de seu tempo, particularmente, no campo da filologia histórico-comparativa das línguas indoeuropeias, mas também no âmbito da Linguística Geral. Sua maior influência veio de dois professores de duas Instituições diferentes: Ferdinand de Saussure (1857-1913), da *École Pratique des Hautes Études*, e Michel Bréal (1832-1915), do *Collège de France*. Em 1891, foi nomeado professor de filologia comparativa na *École Pratique des Hautes Études* como sucessor de Saussure, e em 1906 assumiu a cátedra de Filologia Comparativa e Linguística Geral no *Collège de France* como sucessor de Bréal.

Meillet, que se doutorou na Sorbonne em 1897, também ministrou aula nessa Universidade. Lá, teve de ensinar também Linguística Geral e se tornou interessado nos aspectos desse campo, bem como em questões metodológicas. No prefácio de *Linguistique Historique et Linguistique Générale*, que reúne algumas de suas mais importantes publicações realizadas entre os anos 1900 e 1918, o linguista mostrou seu posicionamento sobre a natureza do estudo da linguagem, dando ênfase à sua opinião sobre a natureza da mudança linguística:

O verdadeiro objeto deste livro é mostrar como tudo obedece a certas regras gerais que determinam as condições universais de qualquer língua. A mudança linguística está relacionada com os fatos da civilização e o estado das sociedades que empregam as línguas em questão. (MEILLET, 1948, p. VIII)⁷⁰

Em 1906, Meillet substituiu Michel Bréal no *Collège de France*. Em sua aula inaugural, reconhecendo a importância do mestre para a linguística francesa, Meillet declarou:

O Sr. Bréal se aposenta no momento em que ele acaba de publicar o livro sobre a Semântica, [*Essai de Sémantique - Science de significations*, 1897] [...] ele concluiu um novo livro que vai renovar uma questão importante e eu não preciso falar de uma carreira científica que continua a brilhar. [...] o Sr. Bréal aconselhou, apoiou e

⁷⁰ L'objet propre de ce recueil est de montrer comment tout en obéissant à certaines règles générales que déterminent les conditions universelles de tout langue, le changement linguistique est lié à des faits de civilisation et à l'état des sociétés qui emploient les langues considérées. (MEILLET, 1948, p. VIII)

encorajou os jovens sem pedir-lhes para pensar como ele, e quando, depois de um ensino longo e glorioso, [...] ao resolver abandonar sua cátedra, seu desejo era o de ser sucedido por um discípulo que não continuasse a repeti-lo. (MEILLET, 1906, p. 1, *passim*, grifos nossos)⁷¹

Na mesma ocasião, outro ex-professor, Ferdinand de Saussure, foi lembrado pela preocupação metodológica que lhe era peculiar em seus ensinamentos de Linguística Geral:

Ainda me lembro de outro nome: depois de ter dado ao nosso país uma década de brilhantes ensinamentos e de ter suscitado em torno de si vocações científicas, o Sr. Ferdinand de Saussure retornou à sua pátria para ocupar a cadeira de Gramática Comparativa na bela Universidade de Genebra. Nenhum dos que tiveram a felicidade de ouvi-lo esquecerá as lições familiares na *École des Hautes Études* em que a elegância da forma escondia, assim, a segurança impecável e a extensão da informação, e em que a precisão de um método inflexivelmente rigoroso não deixava apenas que se vislumbresse a genialidade da intuição. (MEILLET, 1906, p. 2)⁷²

Em outra ocasião, na *Introduction a L'étude Comparative des Langues Indo-Européennes* (1903), reconhecendo a importância do mestre para seus estudos, dedicou-lhe o livro: *A mon maitre M. Ferdinand de Saussure, a l'occasion des vingt-cinq ans écoulés depuis la publication du Mémoire sur le Système primitif des Voyelles dans les Langues Indo-Européennes* (1878-1903). Meillet, nessa obra, agradeceu a seus antigos mestres, como Michel Bréal, Abel Bergaigne e Victor Henry, e falou das importantes lições de gramática comparada que estes lhe deram. Ao se dirigir à figura de Saussure, deu ênfase à visão sistemática e à preocupação com o método que caracterizavam o mestre genebrino:

⁷¹ M. Bréal se retire au moment où il vient de publier ce livre sur la *Sémantique*, [...] il achève un nouvel ouvrage qui renouvellera une question capitale; je n'ai pas à parler d'une carrière scientifique qui se poursuit avec éclat. [...] M. Bréal a conseillé, soutenu et encouragé les jeunes gens sans leur demander de penser comme lui, et lorsque, après un enseignement long et glorieux, [...] il a voulu abandonner sa chaire, il a souhaité d'y avoir pour successeur un disciple qui le continuerait en ne le répétant pas. (MEILLET, 1906, p. 1, *passim*)

⁷² Je puis encore rappeler un autre nom : après avoir donné à notre pays dix ans d'un enseignement lumineux et avoir suscité autour de lui les vocations scientifiques, M. Ferdinand de Saussure est rentré dans sa patrie pour y occuper la chaire de grammaire comparée à la belle Université de Genève. Aucun de ceux qui ont eu le bonheur de les entendre n'oubliera jamais ces leçons familières de l'École des hautes études où l'élégance discrète de la forme dissimulait si bien la sûreté impeccable et l'étendue de l'information, et où la précision d'une méthode inflexiblement rigoureuse ne laissait qu'à peine entrevoir la génialité de l'intuition. (MEILLET, 1906, p. 2)

[...] o sr. Ferdinand Saussure, cujos esforços eram principalmente os de assimilar e reproduzir a doutrina precisa e sistemática e o método rigoroso: as pessoas que tiveram a sorte de participar das aulas do Sr. F. de Saussure ou que têm refletido sobre suas raras publicações perceberão facilmente o quanto este livro deve a ele. (MEILLET, 1903, pp. XI-XII)⁷³

As obras mais importantes de Meillet estiveram todas relacionadas aos estudos indoeuropeístas, como *Introduction à l'étude comparative des langues indo-européennes* (1903), *Les dialectes indo-européens* (1908) e *La méthode comparative en linguistique historique* (1925). O trabalho que desenvolvera em matéria de filologia comparada das línguas indoeuropeias e em Linguística Geral, em que tentou instituir uma linguística socialmente informada, que lhe proporcionara grande prestígio acadêmico em vida já é suficiente para posicioná-lo entre os mais importantes linguistas do século XX. Meillet, porém, foi também importante para a formação de uma nova geração de estudiosos da Linguística, como as figuras de Joseph Vendryes (1875-1960), Gauthiot Robert (1876-1916), Marcel Cohen (1884-1974), Alf Sommerfelt (1892-1965), Georges Dumézil (1898-1986), Émile Benveniste (1902-1976), André Martinet (1908-1999) e outros.

Luis-jean Calvet (2006, p. 17) construiu um percurso que parte da conceituação de linguagem feita por Meillet e vai aos estudos de seus ex-alunos Alf Sommerfelt (1892-1965) e Marcel Cohen (1884-1974). A conceituação oferecida por Meillet e a forma como ele entendia que deveria ser o estudo da linguagem foram determinantes para o desenvolvimento das pesquisas realizadas por seus ex-alunos.

Segundo Calvet, o linguista norueguês Alf Sommerfelt, em 1938, apresentou as primeiras descrições sociolinguísticas de uma língua. Sommerfelt iniciou seu livro *La Langue et la Société: caractères sociaux d'une langue de type archaïque* dizendo que seu trabalho era uma tentativa de estabelecimento de uma “linguística sociológica”. Além disso, deu ênfase à natureza da linguagem, comparando-a a um fato social:

Como a linguagem é um fato social comparável à religião, aos princípios ou regras da Lei, é óbvio que se deveria estudá-la da mesma forma que a esses elementos, o que equivale a dizer que se deveria utilizar os mesmos métodos gerais da Sociologia os quais seriam

⁷³ M. Ferdinand de Saussure enfin de qui l'on s'est surtout efforcé de s'assimiler et de reproduire la doctrine précise et systématique et la méthode rigoureuse: les personnes qui ont eu le bonheur d'entendre les leçons de M. F. de Saussure ou qui ont médité ses trop rares publications apercevront aisément tout ce que ce livre lui doit. (MEILLET, 1903, pp. XI-XII)

conciliados com os métodos específicos da Linguística. (SOMMERFELT, 1938 *apud* CALVET, 2006, p. 18)⁷⁴

É importante observar também que, embora a Linguística tenha se constituído em ciência autônoma, desvinculando-se da Filosofia e, conseqüentemente, da religião, a visão de mundo religiosa ainda permeava as concepções de linguagem e de Linguística no século XX. Nesse trabalho Sommerfelt citou Meillet, a cuja memória o trabalho foi dedicado. Além disso, ele se apoiou em Émile Durkheim (1858-1917), Marcel Mauss (1872-1950), Bronislaw Malinowski (1884-1942), Lévy-Bruhl (1857-1939) e Radcliffe-Brown (1881-1955), os maiores sociólogos e antropólogos da época.

Outro ex-aluno de Meillet, Marcel Cohen, também se dedicou a compreender as relações entre língua e sociedade. Segundo Calvet (*op. cit.*, p. 20), Marcel Cohen, no livro *Matériaux pour une sociologie du langage* (1956), buscou compreender temas variados como *língua e grupos sociais*, *língua da cidade*, *língua do campo*, *língua distinta*, *língua comum*, a disseminação da *língua dos conquistadores* e *contato linguístico*. Todos esses temas se desenvolveriam mais tarde dentro da ampla área de estudos denominada Sociolinguística.

Konrad Koerner (2002, pp. 263; 267) incluiu outros dois discípulos de Meillet, Joseph Vendryes (1875-1960) e André Martinet (1908-1999), entre os que desenvolveram importantes estudos sobre mudança linguística, área em que Meillet foi proeminente. Segundo Koerner, Vendryes compartilhava profundamente das visões do mestre sobre a natureza social da linguagem e do desejo de estabelecer uma linguística sociológica. Ambas as preocupações de Vendryes e de Meillet estavam no estabelecimento das causas da mudança linguística e não simplesmente na descrição do mecanismo de sua evolução, prática comum entre os mais tradicionais linguistas históricos indoeuropeístas.

Vendryes, no livro *Le Langage: Introduction Linguistique a L'histoire* (1921[1914]), dedicado a Meillet, afirmou ter sido o *maître et ami* o grande incentivador do trabalho e reconheceu a influência das ideias deste na obra em questão. Como Meillet, Vendryes também declarou ser a linguagem um fato social, mas dentre todos os fatos sociais considerou ela o mais importante: “a linguagem, que é o fato social por excelência, é o resultado do contato social. Ela tornou-se um dos mais fortes

⁷⁴ As language is a social fact comparable to religion, morals or rules of Law, its obvious that one should study it in the same way as the latter, which is to say that one should use the same general methods of sociology which one combines with the specific methods of linguistics. (SOMMERFELT, 1938 *apud* CALVET, 2006, p. 18)

laços que une as sociedades e deve seu desenvolvimento à existência do grupo social” (VENDRYES, 1921[1914], p. 13).⁷⁵

Um dos mais conhecidos discípulos de Meillet, André Martinet, se dedicou aos estudos sobre a mudança linguística. Koerner, buscando estabelecer uma ponte entre os estudos de Meillet e o início da Sociolinguística nos Estados Unidos, assinalou o fato de Martinet, que se mudou para os Estados Unidos após a Segunda Guerra Mundial, enquanto lecionava na Universidade de Colúmbia, ter orientado o trabalho de doutorado de Uriel Weinreich (1926-1967). Este publicou sua pesquisa em 1953 com o título de *Languages in Contact*. Weinreich, por sua vez, orientou as pesquisas de mestrado e doutorado de William Labov, considerado a figura central no estabelecimento da Sociolinguística naquele país.

No entanto, é preciso que algumas questões sejam esclarecidas sobre as argumentações de Koerner. Na verdade, a importância de Martinet para os estudos sociolinguísticos aconteceu de forma indireta. A preocupação desse autor era com as causas internas da mudança linguística e não com as causas externas, ou seja, com os fatores sociais. No entanto, como se sabe, os dois fatores existem e desempenham ações complementares no processo da mudança.

As ideias de Martinet (1952; 1955) sobre as motivações internas ou estruturais que condicionam e propagam a mudança linguística foram de grande proveito na ocasião dos estudos iniciais de Labov. Na apresentação de seu texto sobre o dialeto falado em *Martha's Vineyard* (1963), Labov afirmou que muitas das ideias de Martinet (1955), que encontraram confirmação empírica através das investigações de William Moulton (1962) sobre os dialetos suíço-alemães, motivaram fortemente algumas das interpretações de seu estudo. Além disso, em sua pesquisa sobre o dialeto de Nova Iorque (1966), o autor declarou que o ponto de vista de Martinet (1955) foi apoiado por várias evidências em seu estudo, e muitas referências foram feitas às análises de Martinet sobre as pressões estruturais que condicionam a mudança sonora (cf. LABOV, 1991[1972], p. 2; LABOV, 2006[1966], pp. 10-13, 32, 345, 359 e 377).

Confronte, além disso, a declaração de Labov sobre a importância do trabalho de Martinet para os estudos sobre a mudança linguística:

⁷⁵ Le langage, qui est le fait social par excellence, résulte des contacts sociaux. Il est devenu un des liens les plus forts qui unissent les sociétés et il a dû son développement à l'existence d'un groupement social. (VENDRYES, 1914, p. 13)

Martinet foi professor do meu professor, Uriel Weinreich, e eu tinha o *status* não oficial de *petit fils* entre os martinienianos. Embora eu argumente aqui contra a insistência de Martinet sobre o caráter autônomo da Linguística, trabalhos posteriores têm confirmado sua afirmação de que as consequências estruturais de ruptura externa do sistema linguístico podem funcionar por si mesmas por muitos séculos, indo progressivamente de um ajuste a outro, de modo que muito do desenvolvimento linguístico é autônomo. Evidência para essa visão aparece mais fortemente no *Atlas of North American English* [LABOV, ASH & BOBERG, 2006]. (LABOV, 2006[1966], p. 10, grifos nossos)⁷⁶

O capítulo final desta tese, dedicado às ideias de Labov, mostrará o quanto o sociolinguista buscou alinhar seu pensamento ao de Antoine Meillet que resistia à ideia de que os fatos sociais pudessem ser redutíveis às manifestações individuais. Como será mostrado, Labov exalta a influência de Émile Durkheim sobre o linguista francês quando este conceituou a linguagem como um fato social, declarando que o século XX seria devotado ao estudo da linguagem no contexto social. Mas Labov também se queixou de Meillet e de seus discípulos por não terem se dedicado inteiramente ao desenvolvimento das ideias que propuseram no início do século XX, e mostrou que apenas na segunda metade desse século o estudo da linguagem ancorada em seu contexto social de uso começara a se desenvolver:

É evidente, através do registro dos anos que se seguiram, que nem Meillet nem seus alunos tomaram esse prospecto com seriedade total [...]. Podemos agora retornar a essa área de trabalho com equipamentos mais adequados do que Meillet dispunha para lidar com problemas tão difíceis. Não só temos uma teoria mais explícita da estrutura fonológica como também possuímos ferramentas úteis como aparelhos para gravação, espectrogramas e métodos de amostragem e manipulação de grandes quantidades de dados. (LABOV, 2006[1966], p. 12)⁷⁷

⁷⁶ Martinet was the teacher of my teacher, Uriel Weinreich, and I had the unofficial status of *petit fils* among the Martinetians. Though I argue here against Martinet's insistence on the autonomous character of linguistics, later work has confirmed his contention that the structural consequences of external disruption of the linguistic system may work themselves out for many centuries, leading progressively from one adjustment to another, so that much of linguistic development is autonomous. Evidence for this view appears most strongly in the *Atlas of North American English*. (LABOV, 2006, p. 10)

⁷⁷ It is evident, from the record of the ensuing years, that neither Meillet nor his students took this prospectus with full seriousness [...] We can now return to this area of work with more adequate equipment than Meillet could have brought to bear upon such difficult problems. Not only do we have a more explicit theory of phonological structure, but we also possess such useful tools as tape recording, spectrograms and methods of sampling and handling large quantities of data (LABOV, 2006[1966], p. 12).

4.3. A LINGUAGEM COMO UM FATO SOCIAL

Calvet chamou o desencontro nas conceituações de Saussure e Meillet de “um estranho debate em que os adversários jamais trocaram palavras”.⁷⁸ Saussure, que havia retornado para a Suíça em 1891, deixando Meillet em sua cadeira na *École des Autes Études*, mantinha contato ocasional com este através de cartas. No entanto, de acordo com Calvet, Meillet não sabia do conteúdo do curso que Saussure ministrava em Genebra. Apenas em 1916, uma década depois de Meillet ter publicado seu artigo caracterizando a linguagem como um fato social, foi que soube que Saussure havia conceituado a língua como tal:

Em doze de novembro daquele ano [1906] [...] ele [Saussure] escreveu para Meillet essencialmente para discutir sobre sua pesquisa acerca dos anagramas na poesia saturnina, pesquisa de que ele logo desistiu e da qual não menciona uma palavra em suas aulas. Meillet não estava a par do que Saussure estava ensinando; em 1913, ao escrever no obituário de Saussure, ele fez referência apenas ao *Mémoire sur le système primitive des voyelles dans les langues indo-européens*. Foi somente depois de 1916, após a publicação póstuma do *Cours de linguistique générale*, que ele descobriu as proposições a que fez fortes objeções. Assim, Saussure em lugar algum expressou sua opinião sobre as teses de Meillet, cujo nome nem mesmo aparece no índice do *Cours*, e Meillet não pôde criticar Saussure senão depois da morte deste. (CALVET, 2003, p. 17, grifos nossos)⁷⁹

Meillet não compreendia a linguagem como sistematicamente cindida nos elementos língua e fala, tampouco a compreendia como uma capacidade inata. A linguagem representava uma noção mais geral que englobava as línguas específicas e suas manifestações na fala: “a linguagem é a condição primeira de existência das sociedades humanas, ela é seu instrumento indispensável e é constantemente

⁷⁸ [...] a strange debate in which the adversaries never really crossed words. (CALVET, 2003, p. 17)

⁷⁹ On November 12 of that year [...] he wrote to Meillet essentially to discuss with him his own research on anagrams in Saturnian poetry, research on which he soon gave up and of which he does not breath a word in his lectures. Meillet was not to know what Saussure was teaching; in 1913 in writing in his obituary, he only refers to *Mémoire sur le système primitive des voyelles dans les langues indo-européens*. It is not until 1916, after the posthumous publication of *Cours de linguistique générale*, that he discovers the propositions to which he strongly objected. Thus Saussure nowhere expressed his opinion about the theses of Meillet, whose name does not even appear in the index of the *Cours*, and Meillet was not able to criticize Saussure until after his death. (CALVET, 2003, p. 17)

empregada”.⁸⁰ Não existe, em Meillet, uma noção de *langue* como um elemento abstrato que existe virtualmente nos cérebros dos indivíduos e independente da fala, como dissera Saussure. Quando Meillet fala de *langue* ele se refere à língua como um idioma, uma noção particular, uma língua de uma nação ou de um grupo. Meillet fala de “uso linguístico”, de “fenômenos da língua falada”, sendo a fala sempre tratada como manifestação da língua e sem uma definição específica para ela.

Meillet compreendia a linguagem como um fato social, mas cada língua, e toda língua, como noção particular e concreta, é também um fato social:

[...] a linguagem é, pois, eminentemente um fato social. Com efeito, ela se encaixa exatamente na definição que Durkheim propôs; uma língua existe independentemente de cada um dos indivíduos que a falam, e apesar de ela não ter nenhuma realidade exceto pela soma de seus indivíduos, ela é, no entanto, de acordo com sua generalidade, exterior a cada um deles. Isso mostra que ela não depende de qualquer um deles para mudar e que qualquer desvio de uso individual provoca uma reação, essa reação não é senão, na maioria das vezes, outra sanção ridícula imposta ao indivíduo que não fala como os demais. Mas em Estados civilizados modernos a língua excluirá até de empregos públicos, que se consegue através de exames, aqueles que não se conformam com o bom uso admitido por um grupo social. As características que são exteriores ao indivíduo e de coerção pelos quais Durkheim definiu o fato social, aparecem, então, na linguagem como a evidência final. (MEILLET, 1905-1906, p. 230)⁸¹

O texto citado foi escrito por Meillet e publicado sob o título de *Comment les mots changent de sens* entre os anos 1905-1906, no jornal criado por Durkheim, *Année sociologique*. Estão presentes em sua noção as características próprias dos fatos sociais como definidos pelo sociólogo francês: a independência que o fato social possui em relação ao indivíduo, sua característica de exterioridade a este, as reações contrárias ao

⁸⁰ Le langage a pour première condition l'existence des sociétés humaines dont il est de son côté l'instrument indispensable e constamment employé [...]. (MEILLET, 1948[1905-1906], p. 230)

⁸¹ [...] le langage est donc éminemment un fait social. En effet, il entre exactement dans la définition qu'a proposée Durkheim; une langue existe indépendamment de chacun des individus qui la parlent, et bien qu'elle n'ait aucune réalité en dehors de la somme de ces individus, elle est cependant, de par sa généralité, extérieure à chacun d'eux; ce qui le montre, c'est qu'il ne dépend d'aucun d'entre eux de la changer et que toute déviation individuelle de l'usage provoque une réaction, cette réaction n'a le plus souvent d'autre sanction que le ridicule auquel elle expose l'homme qui ne parle pas comme tout le monde; mais, dans les États civilisés modernes, elle va jusqu'à exclure des emplois publics, par des examens, ceux qui ne savent pas se conformer au bon usage admis par un groupe social donné. Les caractères d'extériorité à l'individu et de coercition par lesquels Durkheim définit le fait social apparaissent donc dans le langage avec la dernière évidence. (MEILLET, 1948[1905-1906], p. 230)

ato individual, as sanções impostas a esse ato, e a coerção que ele exerce sobre a vontade do indivíduo.

Para Durkheim, os fatos sociais envolvem obrigação moral e são apoiados por sanções, seja de forma direta ou indireta. Um paralelo semelhante se encontra na seguinte declaração de Meillet em que o linguista dá ênfase ao caráter obrigatório e repressivo da linguagem enquanto norma social, que é exterior ao indivíduo:

[...] ridícula é a sanção imediata a todos os desvios individuais, e, nas sociedades civilizadas modernas, exclui de todos os principais empregos examinados aqueles cidadãos que não sabem se submeter às regras da linguagem, às vezes, bastante arbitrárias, mas que já foram adotadas pela comunidade. (MEILLET, 1906, p. 17)⁸²

Para Meillet, os próprios indivíduos, devido à necessidade de serem compreendidos, buscam a manutenção da mais alta identidade nos usos linguísticos, e uma vez que uma norma⁸³ é adotada pela comunidade ela se impõe a todos os indivíduos e se volta contra qualquer tentativa de alterá-la, sob a pena de o indivíduo ser excluído dos bens sociais.

Como Durkheim, Meillet se recusava a dar aos fatos sociais uma explicação psicológica ou que tivesse de recorrer diretamente às bases psíquicas do indivíduo. Nesse sentido, pode se perceber outro paralelo entre as ideias de ambos:

⁸² [...] le ridicule est la sanction immédiate de toutes les déviations individuelles, et, dans les sociétés civilisées modernes, on exclut de tous les principaux emplois par des examens ceux des citoyens qui ne savent pas se soumettre aux règles de langage, parfois assez arbitraires, qu'a une fois adoptées la communauté. (MEILLET, 1906, p. 17)

⁸³ Mikhail Bakhtin (1981[1929]) inclui a figura de Meillet e também a escola sociológica de Durkheim dentro da orientação do pensamento filosófico-linguístico, que tem Ferdinand de Saussure como figura central, que ele chama de *objetivismo abstrato*. Segundo o autor, o objetivismo abstrato postula a independência do sistema em relação ao ato de criação individual, a toda intenção e desígnio. Assim, segundo o autor, para essa escola de pensamento, “a língua opõe-se ao indivíduo enquanto norma indestrutível, peremptória, que o indivíduo só pode aceitar como tal” (*op. cit.*, p. 78). Bakhtin certamente não aceita tal formulação. Para ele, “a consciência subjetiva do locutor não se utiliza da língua como de um sistema de formas normativas” (*op. cit.*, p. 92). Pois, “os membros de uma comunidade linguística, normalmente, não percebem nunca o caráter coercitivo das normas linguísticas. A significação normativa da forma linguística só se deixa perceber nos momentos de conflito, momentos raríssimos e não característicos do uso da língua (para o homem contemporâneo, eles estão quase exclusivamente associados à expressão escrita)” (*op. cit.*, p. 95).

Que a matéria da vida social não possa se explicar por fatores puramente psicológicos, ou seja, por estados da consciência individual, é o que nos parece de todo evidente. (DURKHEIM, 2007[1895], p. XXIII)

Parece, de início, que não se pode explicar os fatos unicamente com a ajuda de considerações fisiológicas e psicológicas. (MEILLET, 1905-1906, p. 232)⁸⁴

Em outro momento, Meillet, em sua aula inaugural do curso de Gramática Comparada no *Collège de France*, em 13 de fevereiro de 1906, em que assumia a cadeira deixada por Michel Bréal, criticando o apego da Linguística Geral à estrutura anatômica e psíquica do indivíduo, ao explicar as causas da variação e da mudança linguísticas, declarou sua insatisfação com o estado em que se encontravam tais estudos:

O elemento variável que falta ser determinado pela Linguística Geral não pode, naturalmente, se encontrar na estrutura anatômica dos órgãos ou no funcionamento desses órgãos; não se encontra de forma mais acentuada no funcionamento psíquico: estes são os dados constantes, que são, em toda parte, essencialmente os mesmos, e que não contêm em si os princípios de variação. Mas há um elemento cujas circunstâncias causam variações constantes, às vezes bruscas, às vezes lentas, mas que nunca cessa inteiramente: esse elemento é a estrutura da sociedade. (MEILLET, 1906, p. 16)⁸⁵

Nesse mesmo texto, Meillet volta a declarar a linguagem um fato social e realça sua noção dizendo que a linguagem possui uma realidade que é tanto linguística quanto social. Como uma realidade linguística, a linguagem ou “uma língua constitui um sistema complexo de meios de expressão, um sistema em que tudo se mantém e em que uma inovação individual dificilmente pode encontrar um lugar”, pois uma inovação resultante da vontade individual pode não ser “adequada a esse sistema, isto é, se não estiver em harmonia com as regras gerais da língua” (*op. cit.*, p. 16).⁸⁶ Trata-se neste

⁸⁴ Mais dès l’abord il apparaît qu’on ne saurait expliquer les faits uniquement à l’aide de considérations physiologiques et psychologiques. (MEILLET, 1948[1905-1906], p. 232)

⁸⁵ L’élément variable qu’il reste à déterminer ne peut évidemment se rencontrer dans la structure anatomique des organes ou dans le fonctionnement de ces organes; il ne se rencontre pas davantage dans le fonctionnement psychique: ce sont là des données constantes, qui sont partout sensiblement les mêmes, et qui ne renferment pas en elles des principes de variation. Mais il y a un élément dont les circonstances provoquent de perpétuelles variations, tantôt soudaines, et tantôt lentes, mais jamais entièrement interrompues: c’est la structure de la société. (MEILLET, 1906, p. 16)

⁸⁶ [...] car une langue constitue un système complexe de moyens d’expression, système où tout se tient et où une innovation individuelle ne peut que difficilement trouver place [...] elle n’est pas exactement adaptée à ce système, c’est-à-dire si elle n’est pas en harmonie avec les règles générales de la langue. (MEILLET, 1906, p. 16)

caso das convenções sociais de que uma língua é composta, de um acordo coletivo pela manutenção do sistema linguístico.

A linguagem como uma realidade social “resulta do fato de uma língua pertencer a um conjunto definido de indivíduos falantes, do fato de ela ser o meio de comunicação entre os membros de um grupo e do fato de ela não depender de qualquer um dos membros do grupo para mudar” (*op. cit.*, pp. 16-17).⁸⁷ Ao dizer isso, o linguista se apoiou não nas palavras de Durkheim, como se poderia pensar, mas nas de Michel Bréal: “como bem disse, em seu *Essai de Sémantique*, M. Bréal, a limitação da liberdade que cada indivíduo tem de mudar sua linguagem ‘é necessária para que seja inteligível, isto é, ela é do mesmo tipo das outras leis que regem a nossa vida social’” (BRÉAL, 1897 *apud* MEILLET, 1906, p. 17).⁸⁸

Meillet, naturalmente, compreendia o caráter inovador de uma abordagem social na Linguística. Deve-se ter em mente que a Linguística Geral de sua época estava fundada nos postulados neogramáticos sobre o estudo do desenvolvimento da linguagem, isto é, sobre a mudança linguística. Principalmente, os neogramáticos estavam interessados em conhecer as leis que determinam as mudanças nas línguas, como a mudança sonora, a analogia e o empréstimo. Uma abordagem social deveria igualmente estar fundamentada também em tais preocupações. Portanto, buscando conciliar os estudos em vigência com uma proposta revolucionária, Meillet levantou uma questão teórica *a priori* que deveria guiar os estudos linguísticos subsequentes: “por isso, é provável que, *a priori*, toda alteração na estrutura social irá resultar em uma mudança nas condições em que a linguagem se desenvolve” (MEILLET, 1906, p. 17).⁸⁹

Meillet, no entanto, não ignorava o fato de a linguagem ser uma “instituição autônoma” e da possibilidade de determinar “as condições gerais de seu desenvolvimento de um ponto de vista puramente linguístico” (*op. cit.*, *loc. cit.*)⁹⁰, reconhecendo que era este o objetivo da Linguística Geral. Além disso, o fato de a

⁸⁷ [...] elle résulte de ce qu’une langue appartient à un ensemble défini de sujets parlants, de ce qu’elle est le moyen de communication entre les membres d’un même groupe et de ce qu’il ne dépend d’aucun des membres du groupe de la modifier. (MEILLET, 1906, pp. 16-17)

⁸⁸ Comme l’a très bien dit, dans son *Essai de Sémantique*, M. Bréal, la limitation de la liberté qu’a chaque sujet de modifier son langage “tient au besoin d’être compris, c’est-à-dire qu’elle est de même sorte que les autres lois qui régissent notre vie sociale”. (MEILLET, 1906, pp. 17)

⁸⁹ Dès lors il est probable *a priori* que toute modification de la structure sociale se traduira par un changement des conditions dans lesquelles se développe le langage. (MEILLET, 1906, pp. 17)

⁹⁰ Le langage est une institution ayant son autonomie; il faut donc en déterminer les conditions générales de développement à un point de vue purement linguistique [...]. (MEILLET, 1906, pp. 17)

linguagem depender das condições anatômicas, fisiológicas e psicológicas do indivíduo falante para se manter ou desenvolver, o estudo da natureza desses elementos permitiria um amplo entendimento desse objeto. Por outro lado, o autor dizia que sendo a linguagem é um fato social a Linguística deveria ser uma ciência social e o único elemento variável ao qual se poderia recorrer para compreender a mudança linguística seria a mudança social:

[...] nunca são os fatos históricos em si que determinam diretamente as mudanças linguísticas, e são somente as mudanças de estrutura da sociedade que podem modificar as condições de existência da linguagem. Será necessário determinar a qual estrutura social corresponde uma dada estrutura linguística e como, de maneira geral, as mudanças da estrutura social se traduzem em mudanças da estrutura linguística. (MEILLET, 1906, pp. 17-18, *passim*)⁹¹

Meillet, então, reconhecendo a necessidade de adotar na Linguística um ponto de vista sociológico, estabeleceu como objeto de seu curso no *Collège de France*, explorar em que medida se poderia “reconhecer a relação entre o desenvolvimento linguístico e outros fatos sociais”. Além disso, apontando a direção para onde os estudos linguísticos deveriam caminhar, declarou:

O século XIX foi o século da história, e o progresso alcançado pela Linguística, colocando-se na perspectiva histórica, foi admirável; as ciências sociais estão, atualmente, se constituindo, e a Linguística deve assumir o lugar que sua natureza lhe atribui. É, então, chegado o momento de marcar a posição dos problemas linguísticos de um ponto de vista social. Olhar para o futuro em vez de olhar para o passado é a forma de seguir o exemplo do mestre que me precedeu nesta cadeira, e de permanecer fiel ao espírito da nobre casa que me deu a honra do acolhimento. (MEILLET, 1906, p. 18)⁹²

⁹¹ [...] ce ne sont jamais les faits historiques eux-mêmes qui déterminent directement les changements linguistiques, et ce sont les changements de structure de la société qui seuls peuvent modifier les conditions d'existence du langage. Il faudra déterminer à quelle structure sociale répond une structure linguistique donnée et comment, d'une manière générale, les changements de structure sociale se traduisent par des changements de structure linguistique. (MEILLET, 1906, pp. 17-18)

⁹² Le XIXe siècle a été le siècle de l'histoire, et le progrès qu'a réalisés la linguistique en se plaçant au point de vue historique ont été admirables; les sciences sociales se constituent maintenant, et la linguistique y doit prendre la place que sa nature lui assigne. Le moment est donc venu de marquer la position des problèmes linguistiques au point de vue social. Regarder vers l'avenir plutôt que vers le passé est le moyen de suivre l'exemple du maître qui m'a précédé dans cette chaire, et de demeurer fidèle à l'esprit de la noble maison qui m'a fait l'honneur de m'accueillir. (MEILLET, 1948[1906], pp. 16-18)

Meillet também questionou, no texto *Comment les mots changent de sens* (1905-1906), o fato de a Linguística ter, até aquele momento, se mantido alheia aos estudos sociológicos que se constituíam, não só a estes, mas alheia a quase todas as considerações do contexto social em que as línguas se desenvolvem:

O objeto primeiro do estudo linguístico foi para todos uma prática, e a gente foi, assim, levado a considerar, não mais o processo pelo qual as línguas se mantêm e se desenvolvem, mas os fatos concretos: a pronúncia, as palavras, as formas gramaticais e o arranjo das frases. (MEILLET, 1905-1906, p. 231)⁹³

A explicação para esse fato estaria na história de constituição dessa área. Segundo Meillet, as línguas eram normalmente estudadas por si mesmas, mas também para que se pudessem recitar rituais religiosos, buscar informações em textos religiosos, compreender línguas estrangeiras, ou para falar e escrever corretamente uma língua que, geralmente, não era uma língua falada naturalmente. No entanto, todos esses estudos se afastavam da “língua cotidiana” e dos grupos sociais em que ela era falada.

Meillet, naturalmente, mostrou-se insatisfeito com o estado em que os estudos de Linguística Geral se encontravam, pois, alheios à realidade social da linguagem, continuavam a ignorar as ações humanas que determinam as inovações e as conservações que juntas constituem a história da linguagem. Tais ações só poderiam ser identificadas se os linguistas se atentassem para a estrutura da sociedade, pois, para o autor, a história e a estrutura de uma língua estão intimamente relacionadas à estrutura da sociedade.

É importante observar também que, em meio ao apogeu do ideal positivista de constituição de campos científicos autônomos, Meillet propõe um estudo de campos correlacionados, o que torna sua abordagem inovadora. Num momento em que todos pensavam o contrário, buscando a independência de suas áreas, a proposta de Meillet aparece na contramão de tais pensamentos, insistindo que a compreensão da natureza da linguagem dependia da integração dos estudos linguísticos e sociológicos:

[S]e o meio no qual a linguagem evolui é um ambiente social, se o objetivo da linguagem é o de permitir as relações sociais, se a

⁹³ L'objet premier de l'étude linguistique a été partout une pratique, et l'on a été conduit ainsi à envisager, non pas les procès par lesquels se maintiennent et développent les langues, mais des faits concrets: la prononciation, les mots, les formes grammaticales et les agencements de phrases. (MEILLET, 1905-1906, p. 231)

linguagem é mantida e preservada por essas relações, se, enfim, os limites das línguas tendem a coincidir com os dos grupos sociais, é evidente que as causas de que dependem os fatos linguísticos devem ser de natureza social [...]. (MEILLET, 1905-1906, p. 232, grifos nossos)⁹⁴

O pensamento de Meillet sobre a natureza social da linguagem e de que seu estudo não poderia se omitir de buscar correlações sociolinguísticas não se tratou de um elemento isolado do final do século XIX e início do século XX.⁹⁵ A opção pelo estudo das ideias do linguista neste trabalho se deve ao fato de ter sido ele, aparentemente, o primeiro a publicar um texto em que declarava ser a linguagem um fato social. Seu programa de estudo da linguagem como um fato social e de tornar a Linguística uma ciência social não foi muito além do desejo expresso em seus textos. Com a publicação póstuma do *CLG* de Saussure, foram as ideias deste sobre a língua como um *sistema abstrato*, que deveria ser estudada sincronicamente, que assumiram o debate nos estudos linguísticos subsequentes.

Uma relação análoga pode ser feita entre os estudos histórico-comparativos e a Neogramática que abafaram as ideias estruturalistas de Wilhelm von Humboldt (1767-1835), em nome do historicismo e do comparativismo. Agora, são as ideias abstratas de Saussure que abafaram o pensamento de Meillet. Humboldt, cujas discussões acerca da linguagem enfatizavam a compreensão da atividade linguística interior, também colocou em destaque a natureza exterior da linguagem como uma força coercitiva: “por mais interior que seja a linguagem, o que é um fato, ela tem, contudo, também uma existência independente, externa e que exerce violência sobre o próprio indivíduo” (HUMBOLDT,

⁹⁴ [...] si le milieu dans lequel évolue de langage est un milieu social, si l’objet du langage est de permettre les relations sociales, si le langage n’est maintenu et conservé que par ces relations, si enfim les limites des langues tendent à coïncider avec celles des groupes sociaux, il est évident que les causes dont dépendent les faits linguistiques doivent être de nature sociale [...]. (MEILLET, 1905-1906, p. 232)

⁹⁵ Os estudos dialeto-geográficos, por exemplo, já estavam em amplo desenvolvimento no início do século XX. O próprio Meillet fez várias referências aos trabalhos dos dialetólogos Abbé Rousselot (1846-1924), Maurice Grammon (1866-1946), Louis Gauchat (1866-1942), Jules Gilliéron (1854-1926), Hugo Schuchardt (1842-1927) etc. e às tentativas destes de descrição de falares locais. Meillet dedicou mesmo um artigo a discutir o trabalho de Gilliéron (*J. Gilliéron et l’influence de l’étude des parlers locaux sur le développement du romanisme*. In: *Linguistique Historique e Linguistique Générale* [pp. 305-309]). No entanto, segundo Calvet, mais próximo do pensamento de Meillet estavam as ideias de Raoul de la Grasserie (1839-1914). Em um artigo denominado *De la sociologie linguistique* (1909), Grasserie lançou a ideia de “sociologia da linguagem”. Enquanto Meillet insistia no caráter social da linguagem, aquele sugeria o exame de “ações e reações recíprocas entre a sociedade e a língua”. Por causa disso, Calvet (2006, p. 18) argumentou que boa parte do que se discute hoje sobre essas questões já estava posto naquela época. Porém, esses trabalhos eram desenvolvidos independentes um do outro, sem relação aparente.

1990[1836], p. 34).⁹⁶ Humboldt, além disso, dizia que a regularidade da estrutura e das formas da língua denunciava a influência que ela exerce sobre o indivíduo. Por outro lado, assegurava que “o efeito do indivíduo sobre a língua contém um princípio de liberdade” (*op. cit.*, p. 89).⁹⁷

4.4. A LINGUAGEM COMO UM FATO SOCIAL E AÇÃO INDIVIDUAL: RESOLVENDO A QUESTÃO

O projeto de construção de uma Linguística que recorresse ao contexto social em que a linguagem é empregada só assumira contornos sistemático-científicos um pouco mais de meio século depois da aula inaugural de Meillet no *Collège de France*. No entanto, como já foi mostrado neste capítulo, a forma como Meillet compreendia a linguagem e a forma como ele acreditava que deveria ser seu estudo foram assimiladas por boa parte de seus ex-alunos. Joseph Vendryes, em sua obra citada anteriormente, deu um exemplo de como uma língua de um grupo é o resultado de um acordo entre seus membros:

Existe um contrato tácito estabelecido naturalmente entre os indivíduos do mesmo grupo para manter a língua tal qual a prescreveu a regra. A gente faz, não sem razão, repousar essa regra sobre o uso. Mas o uso não é arbitrário; ele é, de fato, o oposto. O uso é sempre determinado pelo interesse da comunidade, nisso aqui está a necessidade de ser compreendida. Cada um se opõe, por conseguinte, constantemente, sem o saber e por instinto, à introdução do arbitrário no uso. Quando uma infração se produz da parte de um indivíduo isolado, ela é imediatamente reprimida, o ridículo pune severamente o culpado para tolher o desejo de repeti-la. Para que uma infração ganhe força de lei, é preciso que todos os membros da comunidade estejam igualmente dispostos a cometê-la, o que quer dizer que ela será sentida como uma regra e, por conseguinte, não seja mais uma infração. (VENDRYES, 1921[1914], p. 283)⁹⁸

⁹⁶ Pues por muy interior que sea el language, y lo es sin duda alguna, posee sin embargo también al mismo tiempo una existencia independiente, externa y que hace violencia al hombre mismo. (HUMBOLDT, 1990[1836], p. 34)

⁹⁷ En la influencia que la lengua ejerce sobre el individuo estriba la regularidad de su estructura y de sus forms; el efecto del individuo sobre la lengua contiene un principio de libertad. (HUMBOLDT, *op. cit.*, p. 89)

⁹⁸ Il y a comme un contrat tacite établi naturellement entre les individus du même groupe pour maintenir la langue telle que le prescrit la règle. On fait souvent, non sans raison, reposer cette règle sur l'usage. Mais l'usage n'est pas l'arbitraire; c'en est même tout l'opposé. L'usage est toujours déterminé par l'intérêt de la communauté, qui est ici le besoin d'être compris. Chacun s'oppose par suite constamment, sans le savoir et par instinct, à l'introduction de l'arbitraire dans l'usage. Quand une infraction se produit de la part

Vendryes focou sua discussão sobre o uso linguístico e mostrou o papel que cada indivíduo desempenha no sentido de prevenir “os usos arbitrários”. A liberdade individual do uso, ou infração, é punida pelo grupo que, além disso, reestabelece o elemento violado ao seu *status* anterior. Mas Vendryes não ignorava que uma determinada infração no uso pudesse se tornar aceita, “uma lei”, mas para que isso ocorresse era preciso que os demais indivíduos estivessem de acordo. Assim, o que numa determinada época foi considerada “uma infração da regra”, poderia, em outra época, se tornar “a regra”.

Vendryes, em outra ocasião, ao dizer que a restrição fonética é tão forte que nenhum indivíduo pode escapar do jugo que ela impõe, citou Durkheim, comparando tal restrição com a noção de categorias do sociólogo, um tipo de necessidade que envolve obrigação moral à vontade do indivíduo (cf. VENDRYES 1921[1914], p. 134). Para Vendryes, ambos os elementos, a restrição fonética e a obrigação moral, extraem sua força do meio social. Por outro lado, encontra-se na conclusão do trabalho de Vendryes a seguinte declaração:

É falso considerar a linguagem como uma entidade ideal que evolui de forma independente dos indivíduos e que persegue seus fins próprios. *A linguagem não existe fora daqueles que pensam e falam.* Ela mergulha suas raízes nas profundezas da consciência individual, de onde tira sua força para florescer nos lábios dos indivíduos. Mas a consciência individual é apenas parte da *consciência coletiva* que impõe suas leis para cada um dos indivíduos. A evolução das línguas é apenas um aspecto da evolução das sociedades [...]. O papel do linguista termina quando ele reconhecer na linguagem o jogo das forças sociais e as reações da história. (VENDRYES, 1921[1914], p. 420, ênfase no original)⁹⁹

Num primeiro momento, seria possível pensar que Vendryes não compartilhasse da noção durkheimiana de que um fato social fosse exterior ao indivíduo e que existisse

d'un individu isolé, elle est immédiatement reprise; le ridicule punit assez le coupable pour lui ôter l'envie de recommencer. Pour qu'une infraction prenne force de loi, il faut que tous les membres de la communauté soient également disposés à la commettre, c'est-à-dire qu'elle soit sentie comme règle et par suite ne soit plus une infraction. (VENDRYES, 1921[1914], p. 283)

⁹⁹ Il est faux de considérer le langage comme une entité idéale évoluant indépendamment des hommes et poursuivant ses fins propres. Le langage n'existe pas en dehors de ceux qui pensent et qui parlent. Il plonge par ses racines dans les profondeurs de la conscience individuelle; c'est de là qu'il tire sa force pour s'épanouir sur les lèvres des hommes. Mais la conscience individuelle n'est qu'un des éléments de la conscience collective qui impose ses lois à chacun. L'évolution des langues n'est donc qu'un aspect de l'évolution des sociétés [...]. Le rôle du linguiste est fini quand il a reconnu dans le langage le jeu des forces sociales et les réactions de l'histoire. (VENDRYES, 1921[1914], p. 420)

independente deste. Assim, Vendryes, que considerava a linguagem “o fato social por excelência”, não concordava, portanto, que esse elemento pudesse existir fora e independente do indivíduo. Mas, apesar de Vendryes não ter feito referência nenhuma a quem se dirigia sua objeção, é possível pensar que se opusesse a uma outra noção de língua: a de língua como um organismo vivo, relacionada às teses da Gramática Comparada, especialmente às de August Schleicher e Max Müller. Uma declaração de Saussure, que se encontra nos “Novos Documentos” encontrados em 1996 e editados por Simon Bouquet e Rodolf Engler, reforça essa ideia. Para Saussure, “o mal-entendido em que caíu, no início, a escola fundada por F[rantz] Bopp, foi atribuir às línguas um corpo e uma existência imaginários, fora dos indivíduos falantes” (SAUSSURE, 2011[2002], p. 115).

Vendryes, por outro lado, estava certamente de acordo com a tese de que a língua é exterior a cada indivíduo, como também acreditava Meillet. Desse modo, para dizer que é no psíquico, “na consciência individual”, que a linguagem está sediada, o discípulo de Meillet recorreu ao conceito de “consciência coletiva” de seu compatriota sociólogo. Para Durkheim, “o conjunto de crenças e de sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chamá-lo de *consciência coletiva* ou *comum*” (DURKHEIM, 1999[1893], p. 50). Assim, Vendryes podia assegurar que a consciência individual é apenas parte da consciência coletiva, logo, a linguagem só estaria completa no grupo.

Certamente, Meillet estava de pleno acordo com o pensamento de seu discípulo, pois este já declarara que o mestre incentivou a publicação de sua obra, além de ter revisado o trabalho original. Pois, também, Meillet, ao elaborar sua conceituação de linguagem, já havia conservado a noção de coerção social e de sanção moral, assim como a ideia de que a linguagem, ou uma língua, é exterior a cada um dos indivíduos que a falam e de que ela existe independente de cada um deles.

É importante observar que Meillet em momento nenhum dissera que a linguagem é exterior a todos os indivíduos ou que existe independente de todos eles. A língua não é exterior a todos os indivíduos, pelo contrário, existe em sua completude em todos os indivíduos. A língua é exterior a cada indivíduo particular, precisando este do seu aprendizado. Durkheim dizia que o fato social é exterior ao indivíduo, e isso se tornou um ponto de grande discórdia entre os seus colegas sociólogos, pois dava a entender que os fatos sociais dividiam as mesmas características dos elementos do mundo físico, que tem uma existência concreta e baseada no espaço geográfico.

Mas os fatos sociais consistem de ideias, de ações, de sentimentos, que dependem de um psiquismo ou de uma mente para existirem. A solução para essa contradição foi a criação por Durkheim de um “psiquismo coletivo” e de sua consequente personificação. Conforme apontou Bernard Lahire (2006, p. 600), “na luta por fundar e delimitar uma ordem de fatos especificamente sociais”, delimitando metodologicamente o espaço da investigação sociológica, Durkheim operou “um deslocamento metafísico que consiste em inventar um novo ‘ser psíquico’, distinto de cada ser psíquico individual, e que chamará diversamente de ‘consciente coletivo’, ‘espírito coletivo’ ou ‘alma coletiva’”. Durkheim falou também, em outras ocasiões, de *representações coletivas*, argumentando que “o que as representações coletivas traduzem é a maneira pela qual o grupo *si pensa* em suas relações como os objetos que o afetam” (DURKHEIM, 2007[1895], p. XXIII, ênfase no original).

Tais complicações não são encontradas nas ideias de Meillet sobre a natureza social da linguagem. O caráter de exterioridade da linguagem se deve ao fato de ela pré-existir e sobreviver a cada indivíduo, e de não ser criada por ele. O que Meillet e os linguistas que consideraram a linguagem um fato social tinham em comum era o desejo de rompimento com o tipo de estudo da linguagem que se fazia em sua época, que se baseava no indivíduo da filosofia e da psicologia, pensante e livre, senhor de si e da linguagem.

É nesse sentido que Meillet dizia que independentemente do indivíduo e dos usos que este fizesse da língua, ou que deixasse de fazer, ela continuaria existindo. Porque a língua é um instrumento de que todos os indivíduos se servem o tempo todo; ela não é trabalho de um único indivíduo que, porventura, premeditadamente, resolva criá-la ou alterá-la. Quando Meillet dizia que a língua(gem) não depende de qualquer dos indivíduos não queria dizer que a língua é um sistema completamente autônomo que se desenvolve por si. Pelo contrário, entendia que são as convenções do uso acordadas entre os membros do grupo que mantêm a língua em conservação ou que autorizam sua mudança.

O mais importante é, então, argumentar que o que Meillet queria deixar claro era que não compreendia o indivíduo nos termos que a filosofia clássica e a psicologia emergente compreendiam. Obviamente, Meillet não entendia que o indivíduo fosse apenas um receptáculo dos fatos sociais, dos costumes, das crenças, das convenções e acordos. Não limitou o indivíduo a apenas se conformar e reproduzir tais elementos. No entanto, compreendia que a atuação desse indivíduo sobre tais coisas é acompanhada

por normas, regras de conduta. Em outras palavras, não é o grupo ou as instituições que agem, são os indivíduos em relação uns com os outros de acordo com as normas e convenções do grupo.

A sociedade quer que o indivíduo se adapte ao uso comum de códigos e normas morais. A cada indivíduo que nasce são ensinadas, desde as primeiras aquisições, as noções de certo e errado, de justiça e injustiça, de infração e punição. Desde cedo ele é levado a entender que a liberdade é condicionada pelos critérios considerados como positivos pelos demais membros do grupo. Então, quando o indivíduo apresenta um comportamento que se desvia dos usos acordados entre os demais indivíduos, estes reagem de forma a restabelecê-lo no uso comum.

A linguagem é um fato social eminente, o mais importante, de que todos os demais fatos sociais dependem para se estabelecerem e se manterem. Como bem disse Meillet, ela é a própria condição de existência da sociedade. Ela foi criada e constantemente recriada pelos indivíduos no decorrer de seu desenvolvimento intelectual, emocional e racional, para que, num primeiro momento, pudesse atender às necessidades de subsistência da raça, e depois, para que servisse de apoio para o pensamento, para a expressão das emoções e para a reflexão.

Nesse sentido, a linguagem sempre foi uma criação e recriação coletiva e cada indivíduo portador de seus signos cumpriu seu papel de mantenedor e propagador de tais signos. Cada indivíduo pôde (e pode), em um determinado momento, sob condições históricas, sem intenção premeditada, ser um agente de mudança e de manutenção dos usos linguísticos.

CAPÍTULO V

A REELABORAÇÃO DA NOÇÃO DE *LANGUE* COMO UM FATO SOCIAL NA OBRA DE WILLIAM LABOV

5.1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

William Labov compreende a língua como um fato social que é exterior ao indivíduo. Essa concepção comumente tributária a Saussure teve sua origem no campo da Linguística nas conceituações de Whitney. Embora seja clara a influência da conceituação saussuriana de *langue* sobre o posicionamento de Labov, ele prefere dizer-se influenciado pelo pensamento de Meillet que, sob a inspiração de Durkheim, considerava a linguagem um fato social.

Trata-se, neste capítulo, das ideias de Labov sobre o estudo da língua no contexto social, da reelaboração da noção de língua como um fato social e da comunidade de fala como sua portadora. Argumenta-se, além disso, que embora Labov tenha adotado uma postura antirreducionista de explicação da mudança linguística, pois conservou uma noção de fato social semelhante à de Durkheim, sua tipologia dos líderes da mudança linguística abriu espaço para a emergência do ator social como o agente da mudança.

5.2. A GÊNESE DAS IDEIAS LINGÜÍSTICAS DE LABOV

William Labov¹⁰⁰ nasceu em Rutherford, Nova Jersey, em 4 de dezembro de 1927. Mudou-se para *Fort Lee*, aos 12 anos de idade, região pertencente à área dialetal de Nova Iorque. O fato da nova cidade compartilhar das mesmas características do dialeto nova-iorquino teria influenciado sua abordagem ao estudo da língua [inglesa], pois sua mais importante pesquisa foi realizada em Nova Iorque. Labov, usuário do dialeto padrão nova-iorquino, quis saber por que os habitantes dessa cidade não pronunciavam os ‘r’ em final de palavras, exceto quando pensavam neles, e por que não gostavam da maneira como pronunciavam as vogais de palavras como *mad* e *more*.

¹⁰⁰ Parte das informações sobre a biografia de Labov encontra-se no texto autobiográfico *How I got into linguistics, and what I got out of it* (1997). Nesse texto, Labov busca responder questões relacionadas a sua entrada no campo dos estudos linguísticos.

Esse estudo o levaria a registrar o que chamou de autodepreciação linguística dos novaiorquinos.

Labov iniciou seus estudos em Harvard em 1944. Disse nunca ter pensado em se tornar um linguista durante os anos que estudou nessa Universidade, onde se graduou em Inglês, Filosofia e Química. Em uma das reuniões com seu professor de filosofia em que ambos discutiam sobre ciência, seu professor quis saber como Labov adquirira tal idolatria por ciência. Labov diz ter pensado bastante sobre isso desde então: ele realmente tinha uma idolatria por ciência naquela época e nunca mais a perdera.

Quando deixou Harvard passou por alguns empregos em que escrevia em jornais de publicidade, entre outros. Anos depois, acabou usando seus conhecimentos de química no laboratório de uma pequena empresa. Tornou-se um fabricante de tintas, especializando-se em formular tintas para serigrafias, onde também adquiriu um forte sentimento para pesquisas e experimentações. Em determinados momentos de suas discussões, Labov deixa claro que sua abordagem é embasada também em seu conhecimento do mundo das exatas e da experimentação empírica e, dessa forma, recorre a sua experiência como químico industrial para dizer que nessa área não há questionamentos sobre certo ou errado (cf. LABOV, 1971).

Na ocasião de seu retorno à Universidade (Colúmbia, Nova Iorque) em 1961, depois de uma década atuando como químico, Labov tinha em mente algumas pesquisas sobre a língua inglesa. No entanto, sua aproximação com a linguística aconteceu com certo estranhamento, o que o levaria a propor uma abordagem empírica aos estudos sobre a mudança linguística:

Do que eu havia aprendido sobre o pequeno e novo campo da Linguística parecia-me algo empolgante, consistindo, em sua maior parte, de pessoas jovens com fortes opiniões, que passavam a maior parte do tempo discutindo umas com as outras. Quando descobri que elas estavam também retirando a maioria de seus dados de suas cabeças, pensei que poderia fazer melhor. Faria um bom capital dos recursos que havia adquirido na indústria. Desenvolveria uma Linguística empírica, baseada no que as pessoas realmente falam e testada por técnicas experimentais de laboratório. (LABOV, 1997, s/p)¹⁰¹

¹⁰¹ From what I learned about the small, new field of linguistics, it seemed to be an exciting one, consisting mostly of young people with strong opinions who spent most of their time arguing with each other. When I found that they were also drawing most of their data out of their heads, I thought that I could do better. I would make good capital of the resources I had gained in industry. I would develop an empirical linguistics, based on what people actually say, and tested by the experimental techniques of the laboratory. (LABOV, 1997, s/p)

O chefe do Departamento de Linguística da Universidade de Colúmbia era o lituano Uriel Weinreich (1926-1967). Labov disse ter tido sorte de encontrá-lo. Weinreich era um ano mais velho que ele e o protegeu de todos os males do meio acadêmico. Quando Labov visitava outras Universidades, o nome de Weinreich sempre trazia um olhar especial de respeito e admiração. Weinreich orientou suas pesquisas de Mestrado (1963) e de Doutorado (1966).

A parceria foi interrompida com a morte precoce de Weinreich, aos 41 anos, vítima de leucemia, em 1967. Ao analisar, anos mais tarde, alguns trabalhos não publicados do mestre, Labov disse ter descoberto alguns esboços para o estudo do inglês de Nova Iorque que antecipavam seus próprios projetos. Por causa disso, disse não saber, ao certo, quais ideias trouxera para a Linguística e quais adquirira de Weinreich: “Eu acho muito difícil dizer onde a influência dele deve ser encontrada, uma vez que ela se fundiu tão profundamente com minha própria abordagem à língua que devo, dessa forma, supor que ela está em toda parte” (LABOV, 2006[1966], p. xii).¹⁰²

O surgimento da Sociolinguística como subárea da Linguística encontra-se cercado de um sentimento de crescentes preocupações que ocupou os espaços dos debates sobre a língua e a sociedade a partir da segunda metade do século XX. Esses debates ganharam uma dimensão grandiosa com a colaboração dos trabalhos iniciais de William Labov. Seu primeiro estudo tratou da mudança sonora que afetava os ditongos (ay) e (aw) na ilha de *Martha's Vineyard* – Massachusetts. Essa pesquisa constituiu sua dissertação de Mestrado, com o título de *The Social History of a Sound Change on the Island of Martha's Vineyard, Massachusetts* (1963). Sua segunda pesquisa, também a mais importante, constituiu-se de uma pesquisa sobre os efeitos das diferenças de classes nos dialetos da cidade de Nova Iorque. Esse trabalho compôs sua tese de doutorado com o título de *The Social Stratification of English in New York City* (1966).

Jack K. Chambers (1995) afirmou que as pesquisas feitas por Labov sobre o inglês falado na ilha de *Martha's Vineyard* e sobre o inglês falado na cidade de Nova Iorque foram tão, enormemente, importantes que são, inquestionavelmente, o marco inicial das pesquisas em Sociolinguística. Foi, principalmente, sua exemplar pesquisa sobre o inglês de Nova Iorque que teria inspirado vários jovens linguistas a ir para as

¹⁰² I find it very hard to say where his influence is to be found, since it has merged so deeply with my own approach to language, so I must assume that it is everywhere. (LABOV, 2006[1966], p. xii)

ruas com papel nas mãos e gravadores nos ombros, nos anos que sucederam sua pesquisa.

Esses argumentos se tornam ainda mais interessantes ao se pensar que Labov só iniciou suas pesquisas em Linguística em 1961. No entanto, como pontuou Konrad Koerner (2002), ele teve a oportunidade de apresentar o resultado de suas pesquisas nos principais eventos científicos da época como os encontros da *Linguistic Society of America* de (1962, 1963 e 1964), além do encontro da *Ohio Valley Sociological Society* (1966) e de Los Angeles (1966).

Segundo Koerner (2002), os convites iniciais para esses eventos haviam sido direcionados a Uriel Weinreich, o que só torna esses acontecimentos mais interessantes. Labov apresentou os resultados da pesquisa de *Martha's Vineyard* diante da *Linguistic Society of America*, em 1962, e suas ideias foram muito bem recebidas. Disse ter esperado uma grande batalha contra as ideias estabelecidas até que seu trabalho fosse reconhecido. Koerner argumentou que, por uma curiosa coincidência, Zellig S. Harris (1909-1992), orientador de Chomsky (1951, mestrado, 1955, doutorado) na Universidade da Pensilvânia, havia cedido a seu aluno uma oportunidade, talvez ainda mais importante, de apresentar suas ideias no 9º Congresso Internacional de Linguística que aconteceu em Cambridge, Massachusetts, em 1962, mesmo ano em que Labov apresentou sua impactante pesquisa de mestrado.

Ao comentar a meteórica ascendência das ideias de Labov, Koerner, apoiado nos argumentos de Calvet (1999) e Murray (1994), salientou que o fato de Weinreich ter oferecido a Labov sua vaga nesses eventos não foi meramente por causa de sua saúde fragilizada. O que provavelmente estava acontecendo, de fato, era que Weinreich parecia ser a única pessoa que tinha, na época, uma estratégia para o desenvolvimento da Sociolinguística e, em particular, para a carreira de Labov.

5.3. A LÍNGUA COMO UM FATO SOCIAL E SEU ESTUDO NO CONTEXTO SOCIAL

Labov compartilha do conceito saussuriano de *langue* como um fato social, entretanto, diz que sua distinção *langue/parole* produziu um paradoxo inconsistente com o estudo da língua no contexto social (cf. LABOV, 1991[1972], pp. 185-186). Ele jamais fez referência às teorias de Durkheim para apoiar argumentos seus, por outro lado, exaltou a influência dele sobre Meillet (cf. *op. cit.*, p. 268). Disse, além disso, seguir o posicionamento de Meillet que rejeitava as teses de Gabriel de Tarde (1843-

1904) de que os fatos sociais pudessem ser redutíveis às manifestações individuais (cf. LABOV, 2001, p. 34).

Já foi mostrado, em outros momentos, nesta tese, que Labov confessadamente buscou alinhar seu pensamento ao de Meillet que, influenciado por Durkheim, definiu a linguagem como um fato social. Marra da Silva (2009) deu realce aos embates teóricos entre os sociólogos Émile Durkheim e Gabriel de Tarde no final do século XIX e início do século XX. Marra da Silva assinalou o fato de Tarde e Durkheim serem compatriotas, contemporâneos e defensores de teorias completamente opostas. O primeiro desenvolvera uma teoria sobre a sociedade que restituía-lhe um lugar fundamental às iniciativas individuais e a suas trajetórias (cf. TARDE, 2004[1895], p. 9). Como se vê, concepção oposta à teoria de Durkheim, que compreendia os fatos sociais como que tendo existências próprias, e independentes das manifestações individuais.

Enquanto Meillet contribuía com o jornal de Durkheim, *L'année sociologique* (1905-1906), definira a linguagem como um fato social e, diferentemente de Saussure, que não fez referência alguma a sua possível fonte, disse que sua definição se encaixava “exatamente na definição que Durkheim” propusera (MEILLET, 1948[1905-1906], p. 230). Dessa forma, Marra da Silva argumentou que “se Labov tem em Meillet respaldo teórico que reforça seus argumentos a favor do estudo da língua como um instrumento de comunicação, exterior ao indivíduo, cuja posse é da comunidade, logo, indiretamente, Labov compartilha das teses durkheimianas” (MARRA DA SILVA, 2009, p. 112). Marra da Silva, além disso, chamou a atenção para as discussões de Konrad Koerner (2002) que realçara a participação do pensamento de Tarde nas teorizações de Labov:

Tendo em vista que o trabalho do sociólogo francês Jean Gabriel de Tarde (1848-1904) quase foi esquecido [...] e, em grande parte, posto de lado pelos trabalhos de Durkheim e seu sobrinho e sucessor Marcel Mauss (1872-1950), é agradável ver algumas de suas ideias sendo reabilitadas no trabalho de Labov (no qual o trabalho de Durkheim recebe pouca menção). Em vários lugares em seus escritos, Labov se refere ao que ele chama de *Lei* de Tarde, embora sem explicá-la. (KOERNER, 2002 *apud* MARRA DA SILVA, 2009, pp. 112-113)¹⁰³

¹⁰³ In view of the fact that the work of the French sociologist Jean Gabriel de Tarde (1848-1904) has almost been forgotten [...] and largely pushed aside by Durkheim and the work of his nephew and successor Marcel Mauss (1872-1950), it is refreshing to see some of his ideas being rehabilitated in

Marra da Silva argumentou que Koerner estava certo ao afirmar que as ideias de Gabriel de Tarde receberam a atenção de Labov, pois eram evidentes em várias partes de seus escritos (cf. 1991[1972], pp. 286, 308; LABOV, 2001, pp. 23-24, 361). Entretanto, a retomada que Labov fizera do pensamento de Tarde era pura e simplesmente para refutá-lo. Conforme realçou Marra da Silva, Labov discorda da ideia de prestígio apresentada por Tarde, segundo a qual o empréstimo linguístico sempre ocorre das classes sociais mais elevadas para as menos elevadas na hierarquia social. Labov fez, além disso, referência às declarações de Tarde que desenvolvera uma teoria sobre língua baseada em sua “psicologia social dos indivíduos”:

Parece-me, quase certo, que a língua é um fenômeno de imitação: sua propagação de cima para baixo, do superior para o inferior, seja fora ou dentro da nação, a aquisição de palavras estrangeiras através da moda e sua assimilação através do costume, o contágio do sotaque, a tirania do uso em si, é suficiente para mostrar de uma vez seu caráter imitativo. (TARDE, 1873 *apud* LABOV, 2001, p. 23)¹⁰⁴

Marra da Silva pôde argumentar, finalmente, que, embora Konrad Koerner tenha dito que as teses de Durkheim receberam pouca menção no trabalho de Labov, o que é um fato, já que em suas leituras encontrou apenas uma única referência a Durkheim, e a fizera para exaltar a influência deste sobre Meillet (cf. LABOV, 1991[1972], p. 268), o trabalho de Labov apresenta indícios de que este autor compartilha das teses durkheimianas, e o faz por meio do pensamento de Meillet. “O fato é que Labov”, afirmou Marra da Silva, “mesmo refutando as ideias de G. de Tarde, retoma-as, dando visibilidade ao autor. Por outro lado, Durkheim é invisibilizado pelo autor, embora haja indícios do pensamento deste em suas teorias” (MARRA DA SILVA, 2009, p. 113).

Há uma evidente identificação de Labov com as declarações de Meillet sobre a natureza da linguagem. Ainda assim parece necessário assinalar a importância do pensamento de outro autor, Ferdinand de Saussure, sobre o trabalho de Labov. Nesse caso, as discussões de Esther Figueroa (1994) são bem apropriadas. Figueroa considera

Labov’s work (in which Durkheim’s work receives short shrift). In several places of his writings Labov refers to what he calls Tarde’s Law, though without explaining it. (KOERNER, 2002, p. 274)

¹⁰⁴ It appears to me almost beyond dispute that language is a phenomenon of imitation: its propagation from high to low, from superior to inferior, whether it be without or within the nation, the acquisition of foreign words by fashion and their assimilation by custom, the contagion of accent, the tyranny of usage in itself, suffices to show at one glance its imitative character. (TARDE, 1873 *apud* LABOV, 2001, p. 23)

que a abordagem laboviana pode ser definida como uma leitura particular de Saussure. Para a autora, embora seja precipitado considerar Labov um saussuriano, já que quando ele cita Saussure é, geralmente, para discordar dele, uma análise mais detalhada de suas discussões o revela como tendo adotado alguns princípios saussurianos:

Labov alega que a Linguística é a que se ocupa do estudo da *langue* e que, portanto, não pode haver uma Linguística que não seja social por natureza. Além disso, Labov afirma que o *locus* da *langue* é na comunidade, e que a *langue* é um fato social que determina/restringe o comportamento linguístico. Estes são princípios básicos de uma leitura particular da Linguística saussuriana. (FIGUEROA, 1994, p. 75)¹⁰⁵

Figueroa, além disso, deu ênfase ao fato de a noção de *langue*, como uma força exterior, exercer coerção sobre a vontade do indivíduo. Nesse sentido, a autora argumentou que “a noção de língua como um fato social permite, então, Saussure e Labov removerem o indivíduo ou as instâncias individuais de comportamento de suas teorias em favor da ordem social” (FIGUEROA, 1994, p. 77).¹⁰⁶

A concepção de língua como um fato social permitiu a Labov (1966) assegurar que o indivíduo falante não constitui uma unidade significativa em sua abordagem, isto é, esse elemento não deve ser recorrido na explicação de um determinado fenômeno linguístico (e.g. a mudança linguística). Segundo ele, o indivíduo pode apenas ser entendido como um produto de uma história social única e do cruzamento dos padrões linguísticos de todos os grupos sociais e categorias que o definem. Disse estudar os indivíduos porque eles fornecem os dados para a descrição da comunidade, mas “o indivíduo não existe como um objeto linguístico”. Labov se disse consciente de que, mesmo dentro dos estudos sociolinguísticos, há quem discorde de sua posição sobre esse assunto, pois se pensa que a realidade linguística reside no indivíduo falante, e ele toma a posição contrária, isto é, a realidade linguística está na comunidade de fala (cf. LABOV, 2001, p. 33).

O sociolinguista compreende a “comunidade de fala” como a mais importante realidade social. Para ele, “a noção de um fato social, de que a língua existe na

¹⁰⁵ Labov claims that linguistics is the study of *langue* and therefore there cannot be a linguistics which is not social in nature. Furthermore, Labov claims that the locus of language is in the community and that *langue* is a social fact which determines/constrains language behavior. These are basic tenets of a particular reading of Saussurian linguistics. (FIGUEROA, 1994, p. 75)

¹⁰⁶ The notion of language as social fact therefore allows Saussure and Labov to remove the individual or individual instances of behavior from their theory in favor of the social order. (FIGUEROA, 1994, p. 77)

comunidade, exterior ao indivíduo”, é seu “tema central”. “A forma como esse padrão social é apreendido pelo indivíduo falante e a forma como ele muda através do tempo” constituem o objeto central de sua abordagem (LABOV, 2006 *apud* GORDON, 2006, p. 350).¹⁰⁷ Depreende-se, assim, segundo a concepção de Labov, que a língua pode variar de indivíduos para indivíduos, dependendo da forma como eles a adquiriram, mas a explicação para a mudança e variação não deve ser encontrada neles, mas na comunidade a que pertencem.

Trata-se claramente de uma opção metodológica adotada pelo sociolinguista de não reduzir a explicação dos fenômenos sociais às bases comportamentais individuais. Posto de outro modo, o autor adotou uma abordagem de explicação antirreducionista da língua, por acreditar que a língua não existe no indivíduo, mas na comunidade de fala, ou seja, o indivíduo apenas reproduz o padrão coletivo.

Esses apontamentos são reforçados com a seguinte observação de Labov (1966, p. ii), em sua pesquisa sobre a estratificação social do inglês na cidade de Nova Iorque:

A fala de um indivíduo nova-iorquino, estudada em si, apresenta tanta variação que tem sido caracterizada como um caso de grande “variação livre”. Mas quando o comportamento dessa fala é estudado no contexto mais amplo da comunidade é visto como sendo de alta sistematicidade, fazendo parte de uma estrutura abrangente de variação estilística e social. (LABOV, 1966, p. ii)¹⁰⁸

Para Labov, a explicação para os fenômenos linguísticos, que emergem da análise de dados linguísticos individuais, não pode sair dos dados em si, mas do estudo do contexto mais amplo da comunidade em que esses indivíduos estão inseridos, isto é, a partir do comportamento do grupo, não do indivíduo. No entanto, argumenta-se aqui que, se a fala de um indivíduo que apresentou variação e depois de ser comparada com as dos demais membros da comunidade mostrou-se sistemática é porque o indivíduo reproduz o padrão coletivo de forma coerente e, logo, não se pode descartá-lo na explicação das causas da mudança linguística.

¹⁰⁷ The notion of a social fact—that language exists in the community exterior to the individual—is our central theme. The way in which this social pattern is grasped by the individual speaker and the way it changes over time is our central problem. (LABOV, 2006 *apud* GORDON, 2006, p. 350)

¹⁰⁸ The speech of the individual New Yorker, studied in itself, shows so much unaccountable variation that it has been characterized as “haphazard”, an example of massive “free variation”. But when his behavior is studied in the larger context of the speech community as a whole, it is seen to be highly systematic, participating in a comprehensive structure of stylistic and social variation. (LABOV, 1966, p. ii)

Nos anos 1970, através do projeto “Variação e Mudança Linguística na Filadélfia” (os resultados dessa pesquisa estão em LABOV, 2001, *Principles of Linguistic Change: Social Factors*), Labov iniciou sua busca pelos líderes da mudança linguística através do estudo de vários componentes da estrutura social e foi estreitando suas análises até que os líderes foram localizados como indivíduos específicos. Dessa forma, as variáveis linguísticas foram correlacionadas com os indicadores sociais: o grupo étnico, a classe social, o gênero, a faixa etária e a localização dos indivíduos em redes sociais e bairros residenciais.

Nesses estudos, foram identificadas algumas personagens com comportamentos que denunciavam suas posições de liderança no processo da mudança. Tratou-se de meia dúzia de indivíduos que se destacaram entre mais de uma centena de outros informantes da pesquisa do autor. Após a correlação das variáveis sociolinguísticas com as categorias que definiam tais indivíduos, Labov observou que eles apresentavam os mais elevados níveis de uso das variáveis, revelando, assim, que eles desempenhavam papéis importantes no avanço das mudanças observadas.

Marra da Silva (2009) buscou mostrar que Labov, ao restringir o foco de sua observação à análise do comportamento de seis indivíduos e buscar neles o retrato de um líder da mudança linguística, não conseguiu se esquivar daquilo que ele mesmo chamou de “Paradoxo Saussuriano”. As conclusões de Labov sobre as características dos líderes da mudança linguística requeriam, portanto, que se retomassem as discussões evidenciadas por ele mesmo (LABOV, 1966, p. ii) de que o indivíduo não constituía uma unidade de análise linguística e que, portanto, não era um objeto de estudo em sua abordagem. Afinal, o indivíduo é, ou não, uma unidade de análise linguística, isto é, algo a que se deva recorrer para explicar a mudança linguística? Labov já havia respondido negativamente a essa questão. Teria, pois, Labov reconsiderado seu posicionamento anterior, já que as últimas discussões apresentadas estiveram focadas em indivíduos específicos, identificados por nomes (diferenciador de dados), endereços, sexo e idade (indicadores sociais)?

Obviamente, Labov estava consciente de que esse foco nos indivíduos poderia contradizer sua argumentação anterior e se justificou dizendo que, ao buscar compreender as forças que operam a mudança linguística, foi necessário restringir o foco à análise do comportamento de umas poucas pessoas. Dessa forma, foram estudadas suas declarações, suas histórias sociais e suas filosofias de vida. Além disso,

Labov disse que sua investigação se tratou de uma busca não por indivíduos, mas por “localizações e tipos sociais” (cf. LABOV, 2001, pp. 33-34).

Essa postura de Labov evidenciou suas ressalvas com essas questões, já que ele pareceu responder a possíveis questionamentos sobre essa dissociação entre indivíduo e comunidade que parecia controversa. Outra questão evidenciada na investigação de Marra da Silva se concentrava naquela oposição: indivíduo e tipos sociais. Este autor concluiu sua discussão insistindo numa adequada definição de indivíduo e de tipo social, na obra de Labov, para uma compreensão mais profunda das relações desses elementos com a explicação da mudança linguística.

5.3.1. CASOS E TIPOS SOCIAIS

O primeiro capítulo desta tese fez referência ao trabalho de Wright *et. al.* (1992) na revisão das metodologias que se concentram no holismo e/ou no individualismo metodológicos. Esses autores argumentam que a proposta reducionista do individualismo metodológico é, muitas vezes, insuficiente já que a “ciência tem pretensões explicativas que vão além de casos singulares”. Para eles, a explicação do funcionamento dos casos singulares, apesar de útil é falha, pois se quer explicar também o que diversos eventos e objetos têm em comum. Os autores introduziram em suas discussões as distinções *casos* e *tipos*: casos seriam exemplos particulares; tipos seriam características comuns que os casos podem ter. Os exemplos oferecidos esclarecem como casos e tipos se interrelacionam:

[...] uma greve particular de um grupo de trabalhadores de uma determinada fábrica ou uma ideia na cabeça de um determinado indivíduo [são exemplos de “casos”] [...]. Assim, uma greve particular – um caso singular – pode ser compreendida numa variedade de “tipos” possíveis: *greves, lutas de classe, conflitos sociais* etc. De forma similar, ser rico é um tipo do qual Rockefeller é um caso. Tipos são categorias gerais que compreendem eventos ou exemplos particulares. (WRIGHT *et. al.*, 1992, p. 116, *passim*, grifos nossos)¹⁰⁹

¹⁰⁹ [...] a particular strike by a group of workers in a particular factory or an idea in the head of a particular individual [are examples of “tokens”] [...]. Thus a particular strike – a token event – can be subsumed under a variety of possible “types”: strikes, class struggles, social conflicts etc. Similarly, being rich is a type of which Rockefeller is one token. Types are general categories that subsume particular events or instances. (WRIGHT *et. al.*, 1992, p. 116)

Essa discussão da natureza dos casos e tipos pode ser esclarecedora da análise de Labov sobre os líderes da mudança linguística. Labov argumentou que sua busca pelos líderes não se tinha tratado de uma busca por indivíduos, mas por localizações e “tipos sociais”. Pode-se, então, pensar nos líderes, nos indivíduos pesquisados pelo autor, como casos singulares, que dividiam características semelhantes, por exemplo, mostraram padrões de uso similares das variáveis linguísticas. Entretanto, foram localizados como pertencentes a tipos sociais diversos, por exemplo, pertenciam a classes sociais diferentes etc. Pode-se dizer também que ser líder da mudança linguística é um tipo social do qual Rick C., Barbara C. e Diane S. são casos singulares localizados dentro o grupo da *Wicket Street*, do bairro *Kensington*, região da Filadélfia que abriga sua mais antiga classe operária de imigrantes irlandeses. Da mesma forma, Celeste S., Teresa M. e Aileen L. são casos identificados em *Clark St.*, uma comunidade centralmente localizada na hierarquia socioeconômica daquela cidade.

A tipologia de Labov dos líderes da mudança linguística os descreveu como mulheres que alcançaram posições econômica e socialmente respeitadas em redes sociais locais. Quando adolescentes, essas mulheres teriam se mostrado resistentes à autoridade dos adultos, principalmente quando ela era considerada injusta, e aos poucos teriam ganhado espaço dentro da estrutura social local. Suas posições centrais dentro da comunidade revelavam indícios da influência que exerciam sobre suas amigas e conhecidas. Suas conexões com pessoas de fora do bloco sugeriam a rota pela qual suas influências fluíam através do bairro, para, finalmente, afetar uma cidade inteira (cf. LABOV, 2001, pp. 409-410).

Desse modo, parece não haver incoerência no pensamento de Labov como suspeitou Marra da Silva (2009). O estudo dos casos singulares empreendido pelo sociolinguista não buscava explicar o fenômeno da mudança linguística através do uso ou da ação individual. A análise do caso individual não buscava compreender o comportamento linguístico do indivíduo, os altos usos de suas variáveis já haviam sido revelados nas análises anteriores e os excessos descartados; objetivava mostrar as propriedades relacionais que definiam os líderes. Desse modo, o posicionamento antirreducionista de Labov o permitiu pensar que tais propriedades relacionais não poderiam ser redutíveis a propriedades atomísticas.

É interessante, no entanto, notar que a descrição dos líderes da mudança linguística os revelou como agentes não conformistas, isto é, que transgrediam os padrões sociais pré-estabelecidos, como as normas linguísticas. Os líderes foram até

mesmo descritos como *agentes*, em certa medida, *egoístas*, “que cuidam do interesse próprio”; ou mesmo, como *agentes cômicos e racionais* e que conhecem as regras da negociação linguística e sabem como continuar diante das situações que exigem sua agência:

Este capítulo apresentou um panorama de pessoas que agem consciente e deliberadamente, que identificam suas posições sociais e definem suas relações com a comunidade. Suas escolhas linguísticas não podem ser descritas como ações no mesmo sentido. O nível ou o índice de uso de uma variável estocástica está num nível de consciência comparável ao caminhar e ao respirar [...]. Formas linguísticas avançadas são desvios de normas pré-estabelecidas, e ninguém pode duvidar de que os altos valores de (dha) são amplamente aceitos como tais desvios. A história de nossos líderes da mudança linguística é uma história de não conformidade, e suas posições sociolinguísticas é uma demonstração de não conformidade [...]. Os difusores eram pessoas que combinavam uma ideologia não conformista com a habilidade de cuidar de seus próprios interesses [...]. Em Kensington, como no sul da Filadélfia, os líderes locais são pessoas que foram ensinadas a se defenderem e aprenderam a lição. Mas Celeste era forte de maneira diferente. Ela não hesitava em usar a violência quando necessário. Mas suas primeiras armas eram linguísticas: negociação, persuasão e denúncia, todas associadas a uma profunda intolerância a mesquinhez, a hipocrisia e a injustiça. Essas são as qualidades que constituem um grande líder da mudança linguística. (LABOV, 2001, pp. 409-410, *passim*)¹¹⁰

Além disso, se o indivíduo que lidera a mudança linguística tem um perfil definido, como o de transgredir as normas pré-estabelecidas, então, é possível pensar que a mudança linguística começa com o indivíduo falante.

¹¹⁰ This chapter has presented a view of people taking deliberate and conscious actions that identify their social position and define their relation with the community. Their linguistic choices cannot be described as actions in the same sense. The level or rate of use of a stochastic variable is at the level of consciousness comparable to walking and breathing [...]. Advanced linguistic forms are deviations from the pre-existing norms, and no one can doubt that high (dha) values are widely accepted to be such deviations. The history of our leaders of linguistic change is a history of nonconformity, and their sociolinguistic position is a display of nonconformity [...]. The vectors were people who coupled a nonconformist ideology with the ability to look after their own best interests, and carried the linguistic influence of Kensington into what we have called the upper working class [...]. In Kensington, as in South Philadelphia, the local leaders are people who have been taught how to defend themselves, and learned that lesson. But Celest was tough in a different way. She did not hesitate to use violence when it was called for. But her primary weapons were linguistic: negotiation, persuasion and denunciation, all enlisted under a profound intolerance for cupidity, hypocrisy, and injustice. These are the qualities that make a great leader of linguistic change. (LABOV, 2001, pp. 409-410, *passim*)

5.4. A LÍNGUA É A MÉDIA E NÃO A SOMA

Para Labov, a língua e a variação linguística não residem no indivíduo, mas na comunidade de fala. Assim, a língua e a variação por serem fenômenos sociais só poderiam ser investigadas empiricamente, não através da introspecção ou da autoconsciência (cf. LABOV, 1972[1991], p. xiii). Neste caso, pode-se perceber um paralelo entre o pensamento do sociolinguista com o dito durkheimiano de que “toda vez que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psíquico, pode-se ter a certeza de que a explicação é falsa” (DURKHEIM, 2007[1895], p. 106).

A abordagem de Labov de estabelecimento de correlação entre as estruturas social e linguística apresenta um paralelo com a metodologia de Durkheim em seu estudo do suicídio, que também constituiu o modelo geral para a sociologia empírica. Labov, no entanto, sem nunca fazer referência ao trabalho de Durkheim, preferiu citar o estudo de Luis Gauchat (1905) sobre o patoá francês falado em Charney, Suíça, considerado a primeira tentativa de correlação entre as causas da mudança com as variáveis *idade* e *sexo* dos informantes (LABOV, 1991[1972], pp. 22-23; LABOV, 2006 [1966], pp. 12-13).

O estudo de Gauchat também é citado como um protótipo entre os estudos realizados sobre mudança em progresso em comunidades de fala, tendo sobremaneira influenciado os estudos posteriores relacionados com esse tema (cf. CHAMBERS, 1995). Konrad Koerner (2002, p. 265) também fez referência ao estudo de Gauchat, considerando-o uma espécie de “apadrinhamento” do estudo de Labov sobre o inglês falado em *Martha’s Vineyard*, já que ambos os autores lidaram com situações bastante similares.

O tipo de trabalho realizado por Labov depende de artifícios metodológicos que são amparados por análises estatísticas. Novamente, não se pode ignorar o pensamento de Durkheim como sendo pioneiro nesse tipo de pesquisa. Para Durkheim (2007[1895], pp. 7-8), as formas coletivas de agir e de pensar assumem uma espécie de corpo, uma *alma coletiva*, uma realidade *sui generis*, que antecede e que é diferente dos fatos individuais, ou mesmo que “isola os fatos particulares”. O isolamento dos fatos particulares feito pelo pesquisador se processa por meio de “artifícios de método”. Aliás, o sociólogo considerava indispensável esse procedimento se se quisesse “separar o fato social de toda mistura para observá-lo no estado de pureza”. Os fatos sociais aparecem, num primeiro momento, como “inseparáveis das formas que assumem nos

casos particulares”. O método estatístico, no entanto, forneceria “o meio de isolá-los”. A média estatística seria, então, tomada como representação da *alma coletiva* em sua mais pura forma, uma vez que ela anula as irregularidades do comportamento individual.

A noção de que a realidade social ou de que os fatos sociais se encontram na *média* das ações coletivas antecede as discussões de Durkheim e está presente nas teorizações de linguistas como William D. Whitney (1867) e Hermann Paul (1880). Para Whitney, a língua representava a *totalidade* das línguas individuais, mas devido às variações individuais se deveria considerá-la como sua *média*; para Paul, o estudo comparativo dos dialetos produziria uma média que seria representativa do essencial da língua. Saussure (1916) também compreendia a língua como a totalidade das imagens verbais presentes em todos os indivíduos. Os indivíduos internalizariam a língua pela prática da fala que se tornaria “um sistema gramatical que existe virtualmente em cada cérebro”, mas que só podia ser considerada em sua completude ao se estabelecer seu meio termo, ou sua média, presente em todos os indivíduos unidos por ela:

Entre todos os indivíduos assim unidos pela linguagem, estabelecer-se-á uma espécie de meio termo; todos produzirão – não exatamente, sem dúvida, mas aproximadamente – os mesmos signos unidos aos mesmos conceitos [...]. A língua existe na coletividade sob a forma duma soma de sinais depositados em cada cérebro, mais ou menos como um dicionário cujos exemplares, todos idênticos, fossem repartidos entre os indivíduos. Trata-se, pois, de algo que está em cada um deles, embora seja comum a todos e independente da vontade dos depositários. Esse modo de existência da língua pode ser representado pela fórmula: $1+1+1+1... = I$ (padrão coletivo). (SAUSSURE, 2006 [1916], pp. 21, 27)

A fala, por outro lado, devido às variações que são próprias dela, não poderia representar a *média*, mas a *soma* dos casos particulares. Saussure expressava, desse modo, uma visão extremamente restrita do componente individual. Suas considerações desse componente diziam respeito às vontades individuais de enunciar algo e aos aspectos da fonação articulatória individuais:

De que maneira a fala está presente nessa mesma coletividade? É a soma do que as pessoas dizem, e compreende: a) combinações individuais, dependentes da vontade dos que falam; b) atos de fonação igualmente voluntários, necessários para a execução dessas combinações. Nada existe, portanto, de coletivo na fala; suas manifestações são individuais e momentâneas. No caso, não há mais

que a soma de casos particulares segundo a fórmula: $(1+1^2+1^3+1^4+\dots)$. (*op. cit.*, p. 28)

Antoine Meillet (1905), que não fez distinção entre língua e fala, estava de acordo com o fato de que a realidade da linguagem emergia através da soma dos indivíduos falantes. Da mesma forma, Joseph Vendryes, aluno e colaborador de Meillet, que compartilhava da conceituação do mestre, recorreu à noção de *consciência coletiva* de Durkheim para dizer que a linguagem só estaria completa na coletividade.

De forma semelhante, Labov (2006 [1966], p. 6) caracterizou a cidade de Nova Iorque como uma “única comunidade de fala”. Para o autor, a comunidade de fala não se constitui de uma “coleção de falantes” que adquirem as características linguísticas uns dos outros. Ao homogeneizar metodologicamente a comunidade de fala, o pensamento de Labov reflete a noção durkheimiana de *consciência coletiva*.

Contudo, embora tais linguistas sejam unânimes em concordar com o fato de a língua ser representada pela média das produções linguísticas dos falantes, pode-se acrescentar outro ponto de vista sobre esse assunto. *A média não representa o essencial da língua, ela indica a sistematicidade presente nesse objeto*. Em outras palavras, a média ajuda o pesquisador a argumentar sobre a sistematicidade da língua. Desse ponto de vista, a língua não seria a *média*, mas a *regularidade*. A média é um recurso metodológico para comprovar a regularidade, é uma estratégia do pesquisador para defender seu ponto de vista.

5.5. LÍNGUA, COMUNIDADE DE FALA E INDIVÍDUO

As distinções feitas por Saussure entre língua e fala, discutidas anteriormente, na interpretação de Labov encerravam uma contradição a que ele chamou de Paradoxo Saussuriano. Argumentou-se também que a partir dessa compreensão dicotômica da linguagem os estudos linguísticos de inspiração saussuriana deram início a um processo de separação entre indivíduo e sociedade, ou seja, entre o que é interno e o que é externo no estudo da língua. Labov (1991[1972], p. 266) apresentou, então, um quadro que dividia em dois grupos principais os maiores linguistas dos séculos XIX e XX. No Grupo A, *o grupo social*, isto é, que compreende a língua como um fato social, foram reunidos os linguistas que levaram em consideração fatores sociais ao explicar o

funcionamento da língua; no Grupo B, ou *associal*, os linguistas que focalizaram suas explicações em fatores puramente internos, estruturais ou psicológicos.

Para o primeiro grupo, o autor elencou linguistas como William D. Whitney (1827-1894), Hugo Schuchardt (1842-1927), Antoine Meillet (1866-1936), Joseph Vendryes (1875-1960), Otto Jespersen (1860-1943) e Edgar H. Sturtevant (1875-1952). No segundo grupo, foram reunidos Hermann Paul (1846-1921), Henry Sweet (1845-1912), Nikolai Troubetzkoy (1890-1938), Leonard Bloomfield (1887-1949), Charles Hockett (1916-2000), André Martinet (1908-1999), Jerzy Kurylowicz (1895-1978), Noan Chomsky (1928) e Morris Halle (1923).

A qual dos grupos pertenceria, pois, Saussure, o mais influente linguista do século XX? – Quis saber Labov. Sem hesitação, assegurou que sua definição de *langue* como “a parte social da linguagem, exterior ao indivíduo” (SAUSSURE, 2006, p. 21), lhe garantia lugar no Grupo A. No entanto, a questão fundamental posta pelo sociolinguista visava compreender o seguinte: sendo Saussure o linguista mais influente do século XX, Antoine Meillet, um dos mais importantes linguistas históricos, e Otto Jespersen, um linguista que tinha suas teorias estudadas e citadas com grande entusiasmo, por que o Grupo A não foi o elemento dominante na linguística do século XX?

O predomínio da perspectiva do Grupo B na Linguística até meados do terceiro quartel do século XX foi, segundo Labov (*op. cit.* p. 267-268), devido, primeiramente, às interpretações equivocadas da dicotomia língua/fala, que levaram ao desenvolvimento do denominado *Paradoxo Saussuriano*. Ainda segundo Labov, esse paradoxo explicaria por que Bloomfield pôde analisar o inglês “falado em Chicago” com base em sua própria fala. Além disso, a dicotomia *langue/parole* teria se institucionalizado ao ser transformada na distinção *competência/desempenho* de Chomsky.

Em segundo lugar, os estudos linguísticos teriam se inclinado para a compreensão dos fenômenos psicológicos da linguagem ao invés de se atentarem para sua natureza sociológica. A terceira condição, para a supremacia do Grupo B no século XX, seria o fato de, na primeira metade desse século, a Dialetoлогия ter perdido qualquer orientação em relação à Linguística Histórica. A quarta condição tem a ver com as limitações das pesquisas e teorias sobre a mudança linguística no contexto social. Assim, Labov se queixou de que quando se lê os comentários de linguistas como Whitney, Meillet ou Jespersen não se pode argumentar que esses autores soubessem

mais que qualquer outro sobre o impacto da sociedade no processo da mudança linguística. Eles estariam simplesmente desejosos de discutir tais questões.

É preciso, contudo, ponderar a declaração de Labov sobre a distinção chomskiana *competência/desempenho* e sua relação com a dicotomia saussuriana *langue/parole*. Sabe-se que a noção de *competência* chomskiana não se fundamenta na noção saussuriana de *langue*, mas na concepção de Wilhelm von Humboldt de *competência imanente*. O reconhecimento é do próprio linguista gerativista, que declarou:

A distinção entre [‘competência’ e ‘desempenho’] a que estou me referindo aqui está relacionada com a distinção *langue/parole* de Saussure; mas torna-se necessário rejeitar seu conceito de *langue* como um mero inventário de itens e retornar, em vez disso, à concepção humboldtiana de *competência imanente* como um sistema de processo gerativo. (CHOMSKY, 1964 *apud* KOERNER, 2002, p. 141)¹¹¹

Chomsky, em *Propriedades Formais da Gramática* (1963), definiu a *competência* como “uma gramática que gera sentenças com descrições estruturais, isto é, (...) a intuição linguística do falante, seu conhecimento da língua (CHOMSKY, 1963 *apud* KOERNER, 2002, p.139)”. Além disso, Chomsky enfatizava sobre a prioridade que se deveria dar “à evidência introspectiva e às intuições linguísticas dos falantes nativos” (CHOMSKY, 1965 *apud* LABOV, 1971, p. 437).

O embate intelectual de Labov, além de outros sociolinguistas, com Chomsky, nos anos 1960, ocorria devido às opções metodológicas e visões opostas que tinham a Sociolinguística e o Gerativismo. Enquanto o Gerativismo chomskiano era partidário do individualismo metodológico, a Sociolinguística laboviana defendia o holismo metodológico. Ambos reivindicavam suas metodologias como sendo suficientes e como a única forma de chegar à verdadeira compreensão da natureza da língua.

Dessa forma, retomando a argumentação anterior e corroborando com as declarações de Labov, pode-se dizer que foi somente a partir da segunda metade do século XX que a Linguística veria a emergência de teorias que impulsionaria os postulados do Grupo A e uma ligeira mudança de perspectiva pôde ser percebida. Jack

¹¹¹ The distinction between [‘competence’ and ‘performance’] I am referring here is related to the *langue/parole* distinction of Saussure; but it is necessary to reject his concept of *langue* as merely a systematic inventory of items and to return rather to the Humboldtian conception of underlying competence as a system of generative process. (CHOMSKY, 1964 *apud* KOERNER, 2002, p. 141)

K. Chambers (1995), por exemplo, que também se queixava do predomínio da linguística chomskiana na América e das escolas estruturalistas em outras partes do mundo, ambas ancoradas na noção de *langue* como um sistema, saudou o surgimento da *linguística da fala* dizendo que “a linguística alternativa, a ciência da ‘parole’, vem à existência e está forjando uma tradição por seu próprio mérito” (CHAMBERS, 1995, p. 28).¹¹² A linguística alternativa a que Chambers faz menção é aquela que foi “profetizada” por Meillet (MEILLET, 1948[1906], pp. 17-18) no início de século XX. Uma Linguística que se ocuparia do estudo da linguagem no contexto social.

Após estabelecer as diferenças entre língua e fala, no *Curso de Linguística Geral*, Saussure dissera que ambos os elementos deveriam ter disciplinas que tratassem de suas especificidades: o primeiro se constituiria no objeto da Linguística propriamente dita; o segundo seria tratado dentro do escopo da Linguística da fala (cf. SAUSSURE, 2006, p. 28). O sociolinguista J. K. Chambers (1995) afirmou, acima, que a segunda metade do século XX estava presenciando a emergência da “ciência da fala”, através do surgimento de disciplinas como a Sociolinguística e de outras que estudavam a língua através da observação da fala.

Chambers, possivelmente, não se dava conta de que sua afirmação mantinha uma cisão nos objetivos dos estudos linguísticos, isto é, se a primeira metade do século XX se ocupara do estudo da língua, a segunda, se ocuparia do estudo da fala. Mas, estava Chambers certo em dizer que os estudos de natureza sociolinguística deveriam ser posicionados dentro do arcabouço do que seria a Linguística da fala? Se ele estivesse de acordo com o dito saussuriano de que a língua existe independentemente dos fenômenos inerentes à natureza da fala, tais como, a produção dos sons e as transformações fonéticas (cf. SAUSSURE, *op. cit.* p. 28), sua declaração estaria, possivelmente, correta. Grande parte dos linguistas dos anos 1960 em diante estava preocupada com a compreensão dos fenômenos que emergem da língua falada.

Mas se ele entendia que língua e fala são interdependentes, e que os fenômenos que emergem a partir dos usos desta afetam, mesmo que indiretamente, aquela (como também acreditava Saussure), tal cisão metodológica, com os recursos de que dispunham os linguistas da segunda metade do século XX, não tinha mais justificativa.

Labov claramente discordava dessa divisão. Nos primeiros anos da Sociolinguística como disciplina acadêmica, declarou ter se recusado a aceitar o nome

¹¹² [...] the alternative linguistics, the science of “parole”, has come into existence and has forged a tradition in its own right. (CHAMBERS, 1995, p. 28)

da disciplina, pois ela implicava na “existência de uma teoria ou prática linguística bem sucedida que não fosse social” (LABOV, 1991[1972], p. viii).¹¹³ Preferia, assim, os termos de Wittgenstein: *a língua em contexto* ou *língua em uso*, pois, para Labov, no vernáculo, isto é, na língua falada pelas pessoas sem a preocupação de autocorreção, encontra-se tanta sistematicidade e regularidade quanto nas formas literárias (cf. LABOV, 1971). O sociolinguista, porém, adotou o termo Sociolinguística por considerar remota a possibilidade de se instituir uma Linguística socialmente realista nos anos de 1960, uma vez que a grande maioria dos linguistas da época estava ocupada com a descrição de seus idioletos.

Como mostrado acima, Labov adotou o conceito de língua como um fato social. Para o autor, a língua é algo que existe sempre exterior ao indivíduo, nunca em suas mentes. Pois se a língua pudesse ser definida como interna ao indivíduo, em qualquer momento de sua vida, este poderia fornecer dados coerentes para a sua descrição. Labov já declarou que isso não é possível (confronte-se sua discussão sobre o Paradoxo Saussuriano).

Estudar a língua como um fato social requeria uma abordagem baseada no uso linguístico e seu estudo no contexto social. Roger Shuy (2003) argumentou, por exemplo, que não apenas os estudos de inspiração laboviana, sociolinguística variacionista, mas muitos outros como os desenvolvidos por Dell Hymes, etnografia da comunicação, John Gumperz, sociolinguística interacional, se ocupam do estudo da língua como um *fato social*:

Concomitante ao crescimento do tipo de trabalho realizado por Labov em Nova Iorque e outros em Detroit e Washington D. C. nos anos sessenta, havia o desenvolvimento de pesquisas mais etnográficas sobre a variação linguística. Hymes, Gumperz e seus colegas e alunos focavam a língua como um *fato social* e estudavam a interação entre comunicação e cultura. (SHUY, 2003, p. 12, ênfase no original)¹¹⁴

O desenvolvimento da Sociolinguística na década de 1960 nos Estados Unidos foi um trabalho conjunto de pesquisadores com uma ampla formação intelectual, como

¹¹³ [...] it implies that there can be a successful linguistics theory or practice which is not social. (LABOV, 1991[1972], p. viii)

¹¹⁴ Concurrent with the growth of the sort of work carried out by Labov in New York and others in Detroit and Washington DC in the Sixties was the development of more ethnographic research on language variation. Hymes, Gumperz and their colleagues and students focused on language as a social fact and studied the interaction between communication and culture. (SHUY, 2003, p. 12)

era o caso de Dell Hymes, por exemplo, que tinha formação linguística, sociológica, antropológica e folclórica (cf. MURRAY, 1998, p. 100). No entanto, não se pode dizer que Hymes ou que Gumperz tenha considerado a língua da mesma forma que o fez Labov ou que aqueles considerassem a comunidade de fala da mesma forma que este. Conforme mostrou Esther Figueroa (2004), Labov, Hymes e Gumperz representam três abordagens bastante distintas à Sociolinguística. Tais abordagens foram analisadas pela autora em termos de realismo, relativismo e intencionalidade, respectivamente. Não é objetivo deste trabalho oferecer um tratamento detalhado do trabalho de Hymes e Gumperz, mas não se pode ignorar a importância de suas teorias dentro dos estudos sociolinguísticos.

Labov, em seu estudo dos fatores cognitivos e culturais que motivam a mudança linguística (LABOV, 2010), reforçou a primazia da comunidade sobre o indivíduo, além de ter declarado que é a comunidade de fala a portadora da língua:

O dogma central da sociolinguística é que a comunidade é anterior (tem prioridade sobre) ao indivíduo. Isso significa que na análise linguística o comportamento de um indivíduo só pode ser entendido através do estudo dos grupos sociais de que ele é um membro. Seguindo a abordagem esboçada em Weinreich *et. al.* (1968), *a língua é vista como um padrão abstrato localizado na comunidade de fala, exterior ao indivíduo*. A faculdade de linguagem humana, um desenvolvimento evolucionário enraizado na fisiologia humana, é, então, compreendida como a capacidade de perceber, reproduzir e empregar esse padrão. Segue-se que o indivíduo não é uma unidade de análise linguística. Embora os registros e julgamentos em que este trabalho é baseado sejam colhidos de indivíduos falantes, o foco não está em seus comportamentos idiossincráticos, mas, em vez disso, na forma como *eles se conformam aos padrões generalizados da comunidade*. (LABOV, 2010, p. 7, ênfase no original)¹¹⁵

Ao buscar um afastamento da cisão língua/fala, evitando que ele mesmo pudesse incorrer no que chamou de *Paradoxo Saussuriano*, Labov insiste no caráter de exterioridade da língua em relação ao indivíduo. Na formulação desse *Paradoxo*, Labov discordara da declaração de Saussure de que a língua é um sistema abstrato que se

¹¹⁵ The central dogma of sociolinguistics is that the community is prior to the individual. This means, that in linguistic analysis, the behavior of an individual can be understood only through the study of the social groups of which he or she is a member. Following the approach outlined in Weinreich *et. al.* (1968), language is seen as an abstract pattern located in the speech community, exterior to the individual. The human language faculty, an evolutionary development rooted in human physiology, is then viewed as the capacity to perceive, reproduce and employ this pattern. It follows that the individual is not a unit of linguistic analysis. Though the recordings and judgments on which this work is based are gathered from individual speakers, the focus is not on their idiosyncratic behavior, but rather the extent to which they conform to widespread community patterns. (LABOV, 2010, p. 7)

localiza na mente do indivíduo. Dessa forma, a adoção do conceito de *comunidade de fala* representa uma tentativa de explicação da língua sem referência aos indivíduos. Mas se a língua não existe na mente do indivíduo que lugar é esse em que ela se localiza? O que é a comunidade de fala? Para Labov, a comunidade de fala constitui a mais importante realidade social e se opõe à noção de indivíduo.

A comunidade de fala representa um grupo que divide *valores normativos* sobre a língua. Dentro do mesmo grupo ou da mesma comunidade de fala há subgrupos definidos em termos de classe e *status* socioeconômicos, ou seja, a comunidade de fala é estratificada em classes. As mudanças sonoras podem originar-se tanto em subgrupos de *status* socioeconômico baixo quanto em subgrupos de alto *status*, mas é o alcance da disseminação de uma mudança sonora que define os limites de uma comunidade de fala. Quando uma mudança sonora com seus valores associados alcança o limite de sua expansão, a variável linguística envolvida torna-se uma das normas que definirá uma comunidade de fala (cf. LABOV, 1991[1972], pp. 178-179). Assim, Labov define uma comunidade de fala pela participação dos falantes num “conjunto compartilhado de normas” (*op. cit.*, pp. 120-121). Tais normas podem ser observadas através da forma como os indivíduos se comportam linguisticamente e pela “uniformidade de padrões abstratos de variação” encontrada na comunidade.

Esther Figueroa (1994, p. 87) chama a atenção para a distinção que Labov faz entre sistema linguístico, que é supraindividual, algo que o indivíduo adquire pelo simples fato de crescer em uma comunidade, e sistema sociosemiótico, que é o objeto valorativo, isto é, que é sujeito a julgamento de valor, que o indivíduo adquire por outros meios, algo que ele pode manipular por razões simbólicas. Posto de outro modo, uma vez que o sistema linguístico é supraindividual, um determinado elemento linguístico como o *a* curto, característico da comunidade de fala branca da Filadélfia, é aprendido de forma inconsciente pelo indivíduo durante sua infância na comunidade. Outro indivíduo que queira fazer parte dessa comunidade de fala, ou que queira falar como seus membros, deverá interpretar o *a* curto como sendo o elemento normativo que define essa comunidade. É nesse sentido que determinado elemento linguístico pode ser considerado tanto parte de um sistema linguístico supraindividual quanto parte de um sistema sociossimbólico, em que sistemas de valores estão envolvidos. E, neste caso, o aprendizado das normas linguísticas do grupo só pode ser de forma consciente.

Segundo Figueroa (*op. cit.*, p. 88), a forma de Labov explicar como a *langue*, um sistema supraindividual, se torna parte do indivíduo é também tributária a Saussure. De

acordo com Labov, a criança é exposta primeiramente à língua da mãe e depois à língua dos pares, sempre de forma inconsciente, sendo os pares os que mais afetarão a língua da criança durante seu desenvolvimento. A influência exercida pelas outras pessoas não termina na infância ou na adolescência. No entanto, embora na idade adulta possa alterar suas formas linguísticas para adaptá-las à pronúncia da comunidade, o sistema que o indivíduo aprendeu dos lábios dos pais continua sendo sua base linguística mais consistente:

Podemos concluir que os pares podem transmitir regras do sistema sonoro, essencialmente regras adicionais do *output*, com condicionamento fonético simples, e sob essa influência os falantes podem dar nova forma a suas pronúncias locais para conformá-las aos padrões dos pares que são socialmente significantes. *Por maior que seja a influência dos pares ela não pode alterar consistentemente o dicionário original que determina as categorias do sistema fonológico: estas são adquiridas, em suas formas mais consistentes, com os pais enquanto a língua era aprendida.* (LABOV, 1984 *apud* FIGUEROA, 1994, pp. 88-89, ênfase no original)¹¹⁶

Não se pode dizer, então, que Labov ignore o fato de que o indivíduo seja portador da língua, isto é, que tenha a língua internalizada, o que ele rejeita é que a língua seja uma propriedade do indivíduo. Para o autor, a língua é uma propriedade da comunidade de fala e, como tal, ela oferece os elementos necessários para definir e descrever a comunidade: “através das observações do comportamento linguístico é possível fazer estudos detalhados da estrutura da estratificação de classe em uma determinada comunidade” (LABOV, 1991[1972], p. 121).¹¹⁷ Pode-se dizer, então, que embora Labov diga que a comunidade é anterior ao indivíduo, não é verdade que ela seja anterior à língua. A comunidade de fala “é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas concernentes ao uso da língua” (*op. cit.*, p. 158),¹¹⁸ ou seja, é através do comportamento linguístico que se define a comunidade.

¹¹⁶ We can conclude that the peer group can transmit rules of the sound system, primarily additive rules of the output, with simple phonetic conditioning, and under this influence, speakers can remold their local accents to conform with the peer group patterns that are socially significant. But no amount of peer group influence can alter consistently the original dictionary entries that determine the categories of the phonological system: these are acquired in their most consistent form from the original care-givers when language is first learned. (LABOV, 1984 *apud* FIGUEROA, 1994, pp. 88-89)

¹¹⁷ [...] through observations of linguistic behavior it is possible to make detailed studies of the structure of class stratification in a given community. (LABOV, 1991[1972], p. 121)

¹¹⁸ [...] it is best defined as a group who share the same norms in regard to language. (LABOV, 1991[1972], p. 158)

Labov (2001, p. 33) declarou que estuda os indivíduos porque eles fornecem os dados para descrever a comunidade de fala, ou seja, o autor subordina os indivíduos à comunidade de fala e trata o comportamento linguístico do indivíduo como sendo determinado pela comunidade. Figueroa, percebendo inconsistências como essa no pensamento de Labov, colocou a seguinte questão: “como se pode sustentar que a língua está localizada na comunidade enquanto o comportamento linguístico estudado é extraído de indivíduos?”. Para a autora, Labov responderia a essa questão dizendo que a particularidade do indivíduo deveria ser ignorada e que ele deveria ser definido em termos de categorias supraindividuais como classe e gênero:

O indivíduo é, portanto, um caso de um tipo e a fala de um indivíduo é analisada como casos de tipos. Uma vez que o indivíduo é identificado com um tipo, então ele é relacionado com o grupo em geral estritamente nos termos daquele tipo. A multiplicidade do indivíduo é excluída e o comportamento linguístico do indivíduo é abstraído para a comunidade. (FIGUEROA, 1994, p. 89)¹¹⁹

Já foi apresentada acima uma discussão sobre casos e tipos e da forma como Labov se apropriou dessas distinções para corrigir aparentes contradições em seu pensamento, como a ênfase que ele deu ao comportamento de seis indivíduos enquanto buscava descrever a comunidade de fala da Filadélfia e definir um líder da mudança linguística. Dessa forma, as discussões aqui permitem concluir que quando Labov se refere à comunidade de fala, não está pensando nos indivíduos que compõem tal comunidade, mas pensa nela como uma unidade, como se poderia pensar num todo, independente e além da soma de seus membros. Além disso, quando Labov diz que seu “foco não está” nos “comportamentos idiossincráticos” dos indivíduos, “mas, ao invés disso, na forma como eles se *conformam* aos padrões generalizados da comunidade” (LABOV, 2010, p. 7), ele trata o indivíduo como mero reproduzidor de comportamentos linguísticos que estão localizados fora dele.

¹¹⁹ The individual is therefore a token of a type and an individual’s speech is analyzed as tokens of types. Once the individual is identified with a type then she is related to the larger group strictly in terms of that type. The multiplicity of the individual is factored out and the language behavior of the individual is abstracted to the community. (FIGUEROA, 1994, p. 89)

5.5.1. A COMUNIDADE DE FALA COMO PORTADORA DA LÍNGUA: INCONGRUÊNCIAS TEÓRICAS E METODOLÓGICAS

A definição de língua como um fato social adotada por Labov foi reelaborada por ele ainda que de forma confusa. Em discussão anterior viu-se que a obra de Labov permite que se façam deduções sobre a forma como ele compreende a noção de indivíduo. Certamente, o autor não compreende o indivíduo nos termos da Filosofia clássica, um indivíduo uno, coerente e consciente. O indivíduo cujos dados linguísticos ele recusa tomar ao fazer declarações sobre a natureza da língua é o ser social que aprendeu a língua e as demais normas sociais com a família e a comunidade. Se o indivíduo que Labov faz referência é esse ser social como todos os demais, que compartilha das normas linguísticas do grupo, então seria possível pensar que tal indivíduo oferecesse dados coerentes para descrição da natureza da língua e da comunidade a que pertence.

A língua como um padrão abstrato não possui relação nenhuma com a realidade sensível nem características individualizadoras. Como argumentou Bakhtin (1981[1929], p. 108), é por meio da língua “que ocorre o primeiro despertar da consciência”. A língua como um objeto abstrato, um sistema de normas que restringe a atuação do indivíduo, não poderia, segundo Bakhtin, “servir de base para a compreensão e explicação dos fatos linguísticos enquanto fatos vivos e em evolução” (*op. cit., loc. cit.*). Assim, embora Labov tenha pretensões quanto à significação social que o fenômeno da mudança linguística possa ter, a análise da língua como um sistema abstrato a afasta da realidade social em que tais fenômenos emergem.

A incongruência está também na insistência de Labov em dizer que a língua é um padrão abstrato, exterior ao indivíduo e presente na comunidade de fala. É a oposição indivíduo e comunidade de fala que está em questão. A terminologia “exterior” da noção laboviana não significa a mesma coisa que significava para Saussure quando ele dizia que a língua é exterior ao indivíduo. Para este, a língua é exterior a cada indivíduo particular, mas não a todos os demais seres sociais. Como visto, Labov não ignora que a língua seja internalizada pelo indivíduo. A noção de exterioridade presente em sua noção de língua se relaciona com sua determinação de que é apenas na comunidade de fala que a língua ganha possibilidade real de uso. Daí ele considerar a comunidade de fala como a mais importante realidade social. Assim,

estudar a língua é estudá-la como uma propriedade da comunidade de fala, não do indivíduo, embora este seja portador da língua.

Uma leitura superficial da declaração de Labov de que o lugar da língua é na comunidade de fala permite que se pense que sua conceituação se trata de uma formulação metafísica, já que esse elemento não possui uma *psique*, receptáculo de um sistema abstrato. Além disso, Labov, ao adotar a noção de comunidade de fala, parece personificá-la, isto é, abstrai dos falantes características que transporta para a comunidade de fala. Mas a noção de comunidade de fala de Labov é uma abstração, um artifício metodológico que o permite estudar a língua sem referência às bases psíquicas do indivíduo. O indivíduo é considerado mero receptáculo dos “padrões agregados da comunidade”. Ele *se conforma* a tais padrões, visto que nada há o que ele possa fazer diante do caráter coercitivo deles. Labov repete, assim, Durkheim que, ao definir a noção de “coerção” como uma das características dos fatos sociais, diz que se trata de “uma realidade exterior aos indivíduos, os quais a cada momento do tempo, com elas se *conformam*” (DURKHEIM, 1987, p. xxxi). Desse modo, se Labov entende que a *langue* é exterior a todos os indivíduos, ela acaba sendo exterior à comunidade de fala que não existe sem os indivíduos.

Mikhail Bakhtin (1981[1929], p. 96) declarou que “todo procedimento abstrato, para se legitimar, deve ser justificado por um propósito teórico e prático preciso. Uma abstração pode ser fecunda ou estéril, útil para certos fins e determinadas tarefas e não para outras”. Tomar a língua como um sistema abstrato é certamente um artifício metodológico que permite que o pesquisador isole elementos que compõem o sistema e analise-os com ou sem referência ao seu contexto real de uso. No caso de Labov, trata-se de isolar uma determinada variável linguística e buscar correlações sociolinguísticas. Nesse caso, o contexto de uso da variável é determinante para conhecer as causas de sua variação e mudança. Daí a razão de a noção de comunidade de fala ser fundamental na abordagem laboviana, pois a comunidade de fala abriga classes sociais diversas que determinam os contornos diferentes da variável linguística.

Para Labov (1971, pp. 495-496), o vernáculo, isto é, as formas que as pessoas usam quando não estão pensando sobre a língua, é algo mais sistemático e regular em sua relação com a variação e a mudança linguística e com a história da língua do que certas formas literárias. Embora as pesquisas do autor dependam do registro da língua, da forma como ela é usada no contexto social, e Labov tenha desenvolvido artifícios que permitam a captação desse vernáculo, suas pesquisas são destinadas a reforçar a

sistematicidade e regularidade do funcionamento do sistema linguístico. Sua preocupação continua sendo com a natureza da língua como um sistema abstrato de normas e não com o uso real da língua.

Por outro lado, a insistência de Labov no caráter exterior e coercitivo da língua e no conceito de comunidade de fala como o legítimo representante desse elemento parece estar relacionada à sua tentativa de não incorrer no referido *Paradoxo Saussuriano*. No entanto, sua formulação acaba por incorrer numa noção *imaterial*. Pois, a língua só pode ser exterior ao indivíduo particular, pré-social, não a todos os demais. Se ela é exterior àquele, estes já são portadores dela e continuarão sendo quando aquele morrer.

O conceito de comunidade de fala também encerra uma noção imaterial, pois representa um “novo ser”, que é um “não-ser”, que substitui os indivíduos e existe para além deles. Mas esse “novo ser” é uma abstração, não tem relação nenhuma com a realidade concreta, não possui, de fato, uma *psique*: espaço que hospeda as abstrações do social. Como será possível, então, que ele seja o legítimo portador da língua, outro elemento abstrato? Além disso, a noção de comunidade de fala é excludente, isto é, exclui os indivíduos.

Certamente, essa é a intenção do autor, já que ele separa indivíduo e comunidade, ou seja, tira o foco do indivíduo, o que de um ponto de vista metodológico não chega a constituir-se num problema. Trata-se de uma opção feita pelo autor de não reduzir a explicação dos fenômenos linguísticos ao comportamento individual. O problema está em dizer que indivíduos não fornecem dados coerentes para a explicação da língua ou da vida social. A solução, segundo parece, não estaria somente numa terminologia que pudesse incluir os indivíduos como agentes sociais, mas numa metodologia capaz de explicar a forma como os indivíduos, através das práticas sociais, adquirem os padrões sociais agregados de comportamento e agem sobre a estrutura para adaptá-la às suas necessidades. Repetindo Giddens (2000), a língua é um desses padrões agregados de comportamento social e é uma estrutura constituída, mantida e alterada através da reprodução recursiva que os indivíduos fazem dela.

Para Labov, a língua é sempre social e a comunidade de fala é sua legítima portadora. A comunidade de fala representa o único lugar em que a língua existe coerentemente. Ela representa a média de todas as formulações possíveis que seriam produzidas por indivíduos particulares. Estes não são coerentes: o indivíduo que se *conformou* ao padrão abstrato da língua fez isso de forma diversa dos demais. Todos

eles apresentarão padrões diversificados, mas a média das produções linguísticas dos falantes é que forma a língua privilegiada da comunidade de fala.

Mas, de fato, não é possível tal pretensão. No processo das trocas linguísticas a língua vai assumindo as marcas características dos indivíduos pertencentes a grupos linguísticos diversos. Essas marcas ficam registradas na língua e vão formando um “armazém cultural” que é uma síntese do que são os indivíduos. A língua nunca é igual em nenhuma de suas realizações, pois aqueles que a falam, os indivíduos, nunca são iguais. São estes que fazem a língua. Como acertadamente disse Saussure, a língua é, “a cada momento, tarefa de toda a gente; (...) é algo de que todos os indivíduos se servem o dia inteiro” (SAUSSURE, 2006, p. 88).

O que a metodologia variacionista faz é excluir da língua essas marcas individuais. A Sociolinguística Variacionista planifica a variação linguística, ao trabalhar com a noção de média. Os usos que os indivíduos fazem da língua variam de indivíduo para indivíduo: uns são mais criativos, outros mais cuidadosos; uns mais econômicos, outros mais espontâneos. Mas ao sociolinguista só interessa a média produzida por todos esses indivíduos. As variações interindividuais não serão consideradas. Quando os *softwares* destinados a medir a variação indicam os indivíduos cujas produções linguísticas foram superiores ou inferiores às dos demais, estas são excluídas da análise sociolinguística. O grande problema com a noção de comunidade de fala de Labov é que ela traz consigo a ideia implícita do *falante ideal*. Um ser que, como se pode inferir, emerge no processo das análises estatísticas.

Labov representa a síntese do pensamento de uma época. Num período anterior, início do século XX, o pensamento objetivista e sistemático de Saussure já pusera em perspectiva os estudos de natureza linguística até então, conferindo-lhes ordem, consistência metodológica e objetividade. O trabalho de Labov, ainda que em curso, pode ser analisado como uma tentativa de resolver inconsistências que permaneceram no pensamento de Saussure e dos pesquisadores que puseram em prática as ideias deste. Embora Labov tenha recusado a dicotomia língua/fala e tenha preferido expressões como língua em uso ou língua em contexto, a distinção indivíduo e comunidade foi mantida e acentuada em sua abordagem.

CONCLUSÃO

Viu-se nascer no século XX a ciência Linguística no interior do debate que tinha como objeto comum os fenômenos resultantes da interação dos indivíduos entre si e com as instituições. A Sociologia emergente buscava compreender como os indivíduos se conformavam ao caráter obrigatório dos fatos sociais, focando a explicação dos fenômenos emergentes em suas características de exterioridade ao indivíduo. A Psicologia social, por seu turno, preferia explicar tais fenômenos fazendo referência unicamente às bases psíquicas do indivíduo ou às manifestações individuais.

A reflexão sobre a língua, desde o pensamento clássico (Platão e Aristóteles), sempre ocupou posição destacada no debate filosófico. Com Platão, a discussão a respeito da justeza dos nomes e de seu caráter arbitrário e convencional; com Aristóteles, as categorias que definem o ser e classificam o discurso. Os gramáticos de *Port-Royal* perceberam a lógica que há nas gramáticas das línguas e desenvolveram seus estudos buscando evidenciar suas propriedades formais. A Filologia sempre se ocupou em recuperar a forma e o sentido das palavras dando primazia aos textos escritos, enquanto os comparatistas apontavam as semelhanças existentes entre as línguas indoeuropeias.

Uma mudança no cenário dos estudos linguísticos surgiu com os neogramáticos, que tiveram na figura original de Whitney uma fonte de inspiração. Mas o acontecimento de maior importância para a instituição de uma ciência Linguística surgiria somente em 1916 com a publicação póstuma do *Curso de Linguística Geral* de Ferdinand de Saussure. O historiógrafo-linguista encontra em Saussure a síntese do pensamento sobre a Linguística produzido até então. A reflexão de Saussure sobre esse campo de estudo não ignorou a importância de seus antecessores para que a área estivesse no estágio de desenvolvimento em que se encontrava, porém buscou mostrar que os estudos linguísticos ainda careciam de um objeto específico e de um método seguro para chegar a sua compreensão.

Saussure selecionou entre os fatos da linguagem o elemento que seria passível de uma definição autônoma. Para isso, dividiu a linguagem em dois elementos a *langue* e a *parole* e tomou o primeiro desses elementos como o objeto único da Linguística. A *langue* foi duplamente definida como um sistema interno ao indivíduo e como um fato social cujas características lhe são exteriores. Essa aparente ambiguidade no tratamento do objeto da Linguística teria importantes consequências para os estudos linguísticos no

século XX. Pôde-se argumentar nesta tese que o século XX foi devotado ao estudo da *langue*: a primeira metade do século dedicou-se quase exclusivamente ao estudo do sistema linguístico, e somente a partir do terceiro quartel desse século o estudo da língua como um fato social começaria a competir com os estudos do sistema.

Embora tenha sido o conceito de língua como *um sistema* que dominara os estudos linguísticos desse século, a noção de língua como *um fato social* ganharia força na segunda metade desse mesmo século com a emergência dos estudos de natureza sociolinguística. O estudo da língua como um fato social requeria uma abordagem baseada no uso linguístico e seu estudo no contexto social. Desse modo, não apenas os estudos de inspiração laboviana, mas muitos outros como os desenvolvidos por Dell Hymes, John Gumperz e outros, se ocupavam do estudo da língua como *um fato social*.

Focou-se nesta tese o conceito de língua como um fato social e assumiu-se que tal noção tinha suas raízes nas teorizações de William Dwight Whitney (1867). Buscou-se, dessa forma, acompanhar o desenvolvimento desse conceito no decorrer do século XX em suas diversas reelaborações no domínio dos estudos linguísticos. Optou-se por discutir detalhadamente as conceituações de quatro linguistas, além do próprio Whitney, Ferdinand de Saussure, Antoine Meillet e William Labov. Não que tenham sido estes os únicos a conceituar a língua como um fato social. A opção por eles levou em consideração a singularidade de cada um como líder influenciador no desenvolvimento de uma abordagem social ao estudo da linguagem.

O pensamento de Whitney sobre a natureza da língua que a considerava uma instituição social representou um ponto de virada nos estudos da linguagem. Ao dizer que a língua era uma instituição social, Whitney, contrariando teorias inatistas, mostrava que a língua é uma criação humana e como todas as outras instituições sociais criadas pelos seres humanos, ela é constantemente adaptada às vontades e necessidades dos indivíduos para quem ela é a mais importante de suas posses. Isso permitiu que se acrescentasse que a mudança surge primeiramente nos falantes de uma língua, na forma de eles refletirem sobre si como indivíduos e como membros de uma sociedade. Se os indivíduos, como seres sociais, que têm a língua como o bem social mais precioso, mudam, a língua muda de forma que possa refletir essa mudança e permitir que eles continuem sendo inteligíveis uns para com os outros. Trata-se de dois processos relacionados: a mudança dos falantes causa mudança na língua; a língua muda e essa mudança reflete uma mudança nos falantes.

Mas Whitney não concordava que a língua fosse uma posse individual, ou seja, que o indivíduo fosse um criador de formas linguísticas e que pudesse voluntariamente e conscientemente mudar as formas existentes. Pelo contrário, considerava que qualquer forma inovadora só entraria no sistema da língua se houvesse a adesão da maioria de seus usuários. Ao tomar a língua como posse do *membro da sociedade*, Whitney rompia com o pensamento filosófico clássico que tomava o indivíduo livre e consciente como o senhor da linguagem. Rompia, além disso, com a ideia comumente aceita entre alguns filósofos da linguagem de que a língua era um elemento inato ao indivíduo. Ao dizer que se tratava de uma posse do *membro da sociedade*, o autor evidenciava que nenhum ser humano nascia em posse da língua e que sua aquisição somente seria possível através do aprendizado com os demais membros da comunidade a que pertencia.

Ao mostrar que a língua era um elemento anterior a cada indivíduo que nasce, Whitney mostrava também que ela lhe é exterior. E como tal, ela é uma instituição social como são as regras da lei, a religião, a política etc. Todos esses elementos são anteriores ao indivíduo pois, ao nascer, eles já estão formados. É nesse sentido que as instituições sociais, ou os fatos sociais, são exteriores ao indivíduo particular, o ser pré-social, o corpo biológico. O *membro da sociedade* não é esse indivíduo pré-social. Ele é o ser que se apropriou, da forma que lhe fora possível, da língua e dos códigos de conduta e das normas morais sociais. Como um ser ativo, agiu sobre as estruturas sociais para reproduzi-las nas interações com os demais membros da sociedade e, dessa forma, a língua juntamente com todos os códigos sociais não lhe constituem mais entidades exteriores, mas uma posse concreta. O indivíduo se torna membro da sociedade se apropriando de algo que já está previamente estabelecido na coletividade.

Whitney não compreendia que cada membro da sociedade possuísse a língua inteira ao seu dispor, pois uma língua é constituída também pela cultura, pelos costumes, por elementos relacionados aos espaços sociogeográficos. O autor compreendia, no entanto, que há uma parte central que é distribuída igualmente a cada usuário, o necessário para que eles sejam inteligíveis uns com os outros. Assim, o autor podia assegurar que, embora um único membro da sociedade não tivesse o poder de mudar a língua, sua *agência* não podia ser excluída, pois considerava que cada um é um ator no processo de conservação ou de mudança da língua. O membro da sociedade é um ator não intencional, mas que devido a suas capacidades sociocognitivas pode se tornar um agente, “um líder”, de conservação ou de mudança na língua.

Essa forma inovadora com que Whitney compreendia a língua representou um ponto de virada nos estudos linguísticos: influenciou os novos gramáticos na instituição da Neogramática e, posteriormente, permitiu que Ferdinand de Saussure retomasse o pensamento do autor em suas aulas de Linguística Geral em Paris e em Genebra. Em sua análise do pensamento de Whitney, Saussure concordara com o fato de a língua ser uma instituição social, porém discordara de que ela fosse semelhante às outras instituições sociais. Enquanto as demais instituições sociais atingem somente parte dos indivíduos, no sentido de que eles não fazem uso delas o tempo todo, a língua é em todo momento utilizada pelos indivíduos e sofre constantemente a ação de todos.

Saussure compreendia a linguagem de forma cindida em duas partes, uma social e outra individual. A parte social compreendia a língua; a individual, a fala. Por ser um fato social, a língua foi definida como uma realidade exterior ao indivíduo, e como havia feito Whitney, mostrou o quanto a natureza desse elemento restringe a ação individual. Por outro lado, ao definir a fala, tomou a como um ato individual de vontade. Mostrou-se também, nesta tese, que Saussure não via contradição em definir a língua como um sistema, cuja realidade se localiza na mente do indivíduo, e como um fato social, que lhe é exterior. Embora isso parecesse, numa leitura superficial, uma contradição, pôde-se argumentar aqui que a aparente contradição se resolveria se se compreendesse a forma como o autor concebia a noção de indivíduo, ou seja, a que noção de indivíduo a língua é externa e a que ela é interna.

Pôde-se argumentar, finalmente, que não havia duplicidade na forma de Saussure compreender o indivíduo. Tratava-se apenas de dois estágios do mesmo indivíduo. No primeiro estágio, o indivíduo *pré-social* é posto em contato com a língua, isso significa que ela é exterior a ele, mas nunca está “pairando no ar” ou “planando no vazio”, está nos demais falantes que formam a coletividade. No segundo, o indivíduo socializado pelo aprendizado da língua e das demais normas morais internalizadas torna-se capaz de controlar sua própria língua, isto é, poderá escolher o que dizer e como dizer. O fato social terá sido internalizado e estará estruturado na mente do indivíduo em forma de um *sistema* de regras. Como os demais indivíduos, este indivíduo compartilha das características da língua e domina as normas sociais de seu uso.

A língua como fato social, portanto, não é incompatível com a língua como sistema. O sistema, desde sua organização na mente humana, que representa o desenvolvimento do aprendizado dos indivíduos no decorrer dos séculos, à simples

veiculação de um determinado conceito a uma imagem acústica, é revestido do social. Baseado em tais considerações pôde-se assinalar o fato de que a noção saussuriana deixa emergir o ator social como um agente de consciência e vontade, dentro dos limites impostos pelo sistema de regras. Tal indivíduo tem condições de refletir sobre os eventos da vida social e sobre a língua como o elemento que o permite acesso aos demais códigos sociais.

Embora o nome de Durkheim tenha sido referido aqui como uma fonte para qualquer noção de fato social por ter sido ele o primeiro a dar-lhe uma definição, é mais seguro admitir que Saussure dialogava com Whitney enquanto pensava no caráter de exterioridade da língua, pois não há uma única referência a Durkheim em seus escritos. Entretanto, outro fator pôde ser considerado. Enquanto Saussure ensinava em Paris, ele teve Antoine Meillet como um de seus mais distintos alunos. Meillet lhe substituíra na *École des Hautes Études* quando ele retornou para Genebra, mas os dois linguistas mantiveram os laços através de correspondências. Entre os anos 1905-1906, pouco tempo antes de Saussure iniciar seu Curso em Genebra, enquanto contribuía com o jornal de Durkheim, Meillet definiu a linguagem como um fato social fazendo referência ao conceito de Durkheim.

Dada a proximidade de Meillet com Saussure e a abrangência mundial que tinha o jornal de Durkheim, *Année Sociologique*, é remoto imaginar que Saussure não tenha tido acesso a essa publicação de Meillet. O fato de Saussure jamais ter indicado de onde saíra sua inspiração ao compreender que a língua é um fato social torna também difícil de pensar que tenha se inspirado na noção de Meillet. Mais seguro é admitir que essa noção era parte do pensamento científico-social da época.

Um fato importante observado nesta tese foi o de que a conceituação de linguagem de Meillet, embora tenha sido inspirada no conceito de Durkheim para os fatos sociais, não tem as mesmas inconsistências de que sofre a noção durkheimiana. Embora Meillet tenha alinhado seu pensamento ao de Durkheim ao buscar mostrar as consequências do caráter obrigatório e normativo de uma língua, e de dar ênfase às restrições que ela impõe ao ato individual, ele em momento algum dissera que uma língua existe independente dos indivíduos falantes, nem conferiu sua realidade a uma *alma coletiva*.

Uma língua, para Meillet, existe independentemente de cada indivíduo falante, mas não independente de todos. Ela encontra sua realidade através da soma dos indivíduos ou através da soma de seus enunciados. Nesse sentido, a forma como Meillet

compreendia a natureza de uma língua definida como um fato social não se diferencia da forma como também compreendiam Whitney e Saussure. Em ambos os autores, está clara essa ideia de que uma língua possui uma realidade exterior ao indivíduo particular. Mas nenhum deles discordara de que ela, como uma instituição social, um fato social, um conjunto de regras convencionais, venha se tornar uma realidade interna a todos os indivíduos através do aprendizado.

Pôde-se argumentar, então, que a forma como Meillet compreendia a natureza da linguagem influenciou a forma como seus ex-alunos tratariam da especificidade desta como um fato social. No entanto, por mais que tenha sido importante o trabalho de Meillet e de seus alunos, eles não conseguiram desenvolver uma disciplina ou um campo de conhecimento que fosse capaz de tratar da língua como um fato social. Essa tentativa seria apenas bem sucedida nas décadas finais do século XX e teve em William Labov uma figura central.

A abordagem desenvolvida por Labov é declaradamente uma tentativa de colocar em prática as declarações de Meillet e de seus discípulos. Para estes, a língua como um fato social deveria ser estudada no contexto social e que tal estudo tinha de levar em consideração a estrutura da sociedade como o elemento que explicaria as variações e mudanças de uma língua. Esta é a premissa da sociolinguística variacionista, ou sociolinguista laboviana, determinar os fatores sociais que causam mudanças na língua, ou buscar correlações entre a estratificação social e os usos diferentes de uma língua.

Outra fonte central do pensamento de Labov é a noção saussuriana de *langue*. Embora Labov diga que a dicotomia língua/fala tenha gerado contradições entre os estudiosos da Linguística, ele é um grande defensor da noção de *langue* como um fato social, um sistema supraindividual. Para Labov, a língua é exterior ao indivíduo e, ao elaborar o denominado Paradoxo Saussuriano, ele discordou da afirmação de Saussure de que ela é “um sistema gramatical que existe virtualmente no cérebro” do indivíduo. No entanto, como discutido anteriormente, Labov não conseguiu escapar de tal paradoxo já que ele mesmo ofereceu exemplos de como os indivíduos adquirem a língua.

As discussões de Whitney sobre a natureza social da língua foram também retomadas por Labov, que o considerou um porta-voz na defesa dos fatores sociais na explicação da mudança linguística. Labov exaltou também o fato de Whitney considerar a língua uma posse social e que restringe a ação individual.

O fato de Labov estar nos anos 1960 dialogando com esses autores, Whitney, Saussure e Meillet, enquanto buscava imprimir na natureza da língua seu próprio posicionamento, é revelador da influência deles sobre seu próprio pensamento. Embora discorde do posicionamento deste ou daquele ou exalte o pensamento de um ou de outro, fica claro que as ideias linguísticas de Labov têm raízes no pensamento desses autores. Ao dialogar com eles, Labov separou o que achou mais coerente com o pensamento de sua época e acrescentou seu próprio entendimento sobre o assunto. Não se pode, no entanto, omitir o fato de que o diálogo que Labov estabelece com esses autores é mediado por seu orientador, Uriel Weinreich, e pelas relações acadêmico-intelectuais que uniam Weinreich a Martinet, este a Meillet, este a Saussure e este a Whitney.

O desenvolvimento de uma abordagem social da linguagem que fosse capaz de correlacionar a estratificação social com a variação e a mudança linguística, mostrando a sistematicidade da língua falada, através de análises estatísticas, foi, sem dúvida, mérito de Labov. Sua originalidade está, portanto, no desenvolvimento de uma metodologia de estudo linguístico de caráter empírico-objetivista e apoiada por análises estatísticas. Mas seu aparato conceitual se trata de uma reelaboração de linguistas que o antecederam.

Mas, nesse caso, Labov também se mostrou original. A forma como ele reelaborou a noção de língua como um fato social o afastou tanto de Whitney e Saussure quanto de Meillet, cujo posicionamento ele disse seguir. Isso se deu devido a sua insistência no caráter de exterioridade da língua em relação à ação individual. Labov iniciara sua abordagem seis décadas depois das declarações de Meillet e um século depois que Whitney fizera suas considerações sobre a linguagem. Labov dispunha, em sua época, de aparatos tecnológicos que aqueles autores não tinham sequer condições de imaginar que fossem possíveis. Além disso, as discussões sobre o método se desenvolveram até a década de 1960.

No entanto, outro fator foi determinante para a forma como Labov viria conceituar a língua e a determinar a natureza de seu estudo. Trata-se do súbito desenvolvimento do Gerativismo que reivindicava a noção de *competência* como o verdadeiro objeto dos estudos linguísticos. A noção chomskiana dependia da análise das “intuições linguísticas dos falantes nativos”, o que seria apenas possível através da introspecção dos envolvidos.

Esse posicionamento da Gramática Gerativa foi duramente combatido por Labov, cuja abordagem tinha como premissa simplesmente o contrário da abordagem chomskiana. O apogeu do empirismo na Linguística se deu com trabalhos como aqueles desenvolvidos por Labov. Este autor focou sua discussão na língua como um fato social e determinou que seu estudo ocorresse por meio da observação direta da forma como os falantes utilizam a língua em suas relações cotidianas, ou seja, pela observação empírica e não pela introspecção.

Discutiu-se no capítulo inicial desta tese sobre dois posicionamentos metodológicos dominantes no pensamento das ciências humanas e sociais, o holismo e o individualismo metodológicos. Os estudos linguísticos dos anos 1960 nos Estados Unidos tinham ampla adesão pelo individualismo metodológico chomskiano, e o posicionamento de Labov visava à instituição de uma abordagem ancorada nas ideias holísticas e antirreducionistas de explicação dos fenômenos sociolinguísticos.

A tentativa de Labov foi bem sucedida e sua abordagem se tornou, nas décadas seguintes, uma das mais importantes dentro dos estudos sociolinguísticos, tornando-se mesmo, muitas vezes, sinônimo de Sociolinguística. No entanto, como geralmente ocorre nas disputas intelectuais a favor de uma abordagem e a desfavor de outra, as discussões de Labov sobre a natureza do estudo da língua deixaram emergir algumas contradições e inconsistências conceituais como as que foram evidenciadas neste trabalho.

Norbert Elias, em discussão anterior, dizia que o domínio do conhecimento humano sobre o funcionamento da natureza exigia do indivíduo maior controle emocional, no sentido de que a compreensão baseada na crença tradicional deveria dar lugar ao conhecimento científico. Mas como mostrou Elias, o distanciamento que o sujeito pensante colocou para si diante de seus objetos ao refletir sobre eles não foi tomado como um *ato de distanciamento*, mas como se de fato houvesse uma distância.

É nessa direção que os defensores da natureza da língua como um fato social, e Labov em especial, parecem pensar. Como poderia o indivíduo explicar algo que está dentro de si? Logo, a língua, o objeto da Linguística, deveria ser tratada como algo que existisse sempre fora do indivíduo, para que pudesse ser analisada. A língua deveria ser tratada como uma *coisa*, nos termos durkheimianos, que tem existência própria, objetivável, capaz de ser observada e avaliada empiricamente. Mas esse tratamento é apenas metodológico e a insistência dos autores na “reificação ilegítima do social”, como diria Giddens, tem gerado os problemas como os que foram mostrados aqui.

É preciso questionar, novamente como o fez Elias, a validade das teorias que baseiam suas fundações em suposições axiomáticas, e que se mantêm admitindo uma única explicação que, a depender do posicionamento científico da abordagem, se baseará no caráter interno do objeto, ou em suas propriedades externas. Esta tese, ao evidenciar tais inconsistências metodológicas, teve também esse objetivo, de questionar tais posicionamentos. Ao inserir as discussões de Anthony Giddens quis-se mostrar que já é possível ultrapassar as limitações de abordagens que continuam pautando suas explicações nos critérios interno ou externo.

Fazem parte do acordo comum dos quatro linguistas estudados os seguintes temas:

- a) A língua, entendida como uma das partes da linguagem, não é um elemento inato ao indivíduo;
- b) Como um fato social, ela não é uma posse individual, mas social;
- c) O essencial de uma língua está na média das produções linguísticas de todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade.

Foram, no entanto, feitas ressalvas aqui quanto à forma com que cada um dos linguistas concordara com esses apontamentos. Viu-se que Whitney, Saussure e Meillet, embora considerassem a língua com as características do fato social, suas conceituações dão lugar à emergência do ator social como um agente nos processos linguísticos, na mudança linguística, por exemplo. Por outro lado, viu-se que Labov conservou uma noção bastante semelhante àquela que Durkheim utilizara, e como aconteceu com a definição do sociólogo, a noção de língua como um fato social elaborada por Labov não dá lugar à ação individual. No entanto, seu tratamento dos líderes da mudança linguística deixou emergir a ideia de que tais líderes são agentes atuantes, os responsáveis pela propagação da mudança linguística.

Concordou-se aqui que a língua é um fato social, mas discordou-se de que um fato social seja sempre exterior ao indivíduo. A língua como um fato social só é exterior ao indivíduo particular, não a todos os membros da sociedade. O indivíduo pré-social, que nasceu numa sociedade, mas que ainda, por causa de seu próprio desenvolvimento orgânico e social em etapas, não tem conhecimento dos códigos sociais e dos signos próprios da comunicação humana, precisará apreendê-los com os demais membros da sociedade. Estes já possuem os fatos sociais internalizados através do mesmo processo pelo qual passa cada indivíduo particular.

Outro dos pontos de acordo entre os autores era o de que o essencial de uma língua está na média dos enunciados produzidos por todos os indivíduos pertencentes a uma comunidade. No entanto, buscou-se mostrar aqui que, *embora um único indivíduo (ser social) não seja portador de uma língua em sua completude, no sentido de todos os conceitos e imagens verbais, estrutura, cultura, costumes etc. que a compõem, ele possui o suficiente para representar o mundo que o cerca e desempenhar sua cidadania, e isso não é menos complexo que a totalidade, portanto, não é menos língua. Logo, todo indivíduo e cada indivíduo é portador de uma língua, conhece seus signos constituidores, sua estrutura, e domina as normas sociais de seu uso.*

Argumenta-se, finalmente, que o estudo da língua pode ocorrer dentro de uma abordagem que adote um método explicativo cujo foco esteja na forma como os indivíduos adquirem a língua como um fato social e, portanto, que parta de um nível micro de análise. Mas também pode ocorrer no interior de uma abordagem que queira mostrar como o fato social enquanto posse coletiva se transforma através dos usos que os indivíduos fazem dele e, nesse caso, deve-se adotar um método explicativo que dê conta de fenômenos macrossociais.

Nesse sentido, não se pode dizer que o método de análise laboviano é um método inadequado, mas simplesmente que não atende a explicações de um nível micro. Conforme argumentado anteriormente, “a ciência tem pretensões explicativas que vão além de casos singulares”. Mas isso não quer dizer que os casos singulares não sejam explicáveis ou que não sejam importantes. Aliás, é pelo estudo dos casos singulares que se pode perceber que os indivíduos não adquirem da mesma forma as prescrições dos fatos sociais. É através desse método que se poderá entender como os indivíduos adquirem os padrões sociais agregados e os reproduzem em suas relações cotidianas.

Em última análise, pode-se dizer que a Linguística conseguiu, sem dúvida, constituir-se num campo que tem sua legitimidade no interior das ciências que tratam dos fenômenos humanos e sociais. Seus critérios de cientificidade, questões metodológicas e procedimentos de análises são seguros e pouco questionados. É preciso, no entanto, se atentar para o seu caráter de utilidade. Não é possível que uma ciência dita humana possa se alienar dos fatos, dos problemas que lhe são próprios, dos problemas que envolvem os indivíduos. O pesquisador da linguística não deve permitir que a objetividade e o rigor do método científico lhe impeçam de compreender que nos estudos que envolvem os seres humanos qualquer teoria, e toda teoria, deve ficar atenta aos fatos que afetam as vidas das pessoas envolvidas. A língua é certamente um desses

fatos. O padrão culto da língua é critério fundamental para o acesso aos bens sociais. Os estudos linguísticos devem focalizar o estudo da linguagem não de forma excludente, mas de forma que inclua todas as formas de interação humana, se preocupando com as consequências do uso prático da língua na vida social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad. de Michel Lahud *et. al.* São Paulo: Hucitec, 1981[1929].

BURICH, Keith R. “Stable Equilibrium Is Death”: Henry Adams, Sir Charles Lyell, and the Paradox of Progress. In: *The New England Quarterly*, Vol. 65, Nº. 4, pp. 631-647, 1992. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/365825>. Acessado em: 19/08/2010.

CALVET, Louis-Jean. “Reflections on the origins of sociolinguistics in Europe”. In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (Eds.). *Sociolinguistics: The essential readings*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2006.

CHAMBERS, Jack K. *Sociolinguistic theory: linguistic variation and its social significance*. Massachusetts: Blackwell Publishers Inc., 1995.

CHARLOT, Bernard. *Da relação com o saber: elementos para uma teoria*. Trad. de Bruno Magne. Porto Alegre: Artimed, 2000.

CONDILLAC, Étienne Bonnot de. *Tratado dos Sistemas*. Coleção Os Pensadores. Trad. de Luiz Roberto Monzani. São Paulo: Abril Cultural, 1979[1749].

COSERIU, Eugênio. *Lições de Lingüística Geral*. Trad. Evanildo Bechara. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004[1980].

_____. “Georg von der Gabelentz e a Linguística Sincrônica”. In: *Tradição e Novidade na Ciência da Linguagem: estudos de história da Linguística*. Trad. Carlos Alberto da Fonseca e Mário Ferreira. Rio de Janeiro: Presença, 1980.

BREAL, Michel. *Essai de Sémantique: science des significations*. Paris: Librairie Hachette, 1897.

DEUMERT, Ana. “Bringing speakers back in? Epistemological reflections on speaker-oriented explanations of language change”. In: *Language Sciences*, Nº 25, pp. 15-76, 2003.

DURKHEIM, Emile. *O Suicídio*. Trad. Luz Cary *et. al.* Lisboa, Portugal: Editorial Presença, 1982[1897].

_____. *As Regras do Método Sociológico*. Trad. Paulo Neves. São Paulo: Martins Fontes, 2007[1895].

_____. *As regras do método sociológico*. Trad. de Maria Isaura Pereira de Queiroz. São Paulo: Editora Nacional, 1987[1895].

_____. *Da Divisão do Trabalho Social*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999[1893].

ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. V. 1. Trad. de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994[1939].

_____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Trad. de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994[1987].

ELSTER, Jon. *Peças e Engrenagens das Ciências Sociais*. Trad. Antônio Trânsito. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994[1989].

FERREIRA, Aurélio Buarque de Olanda. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Curitiba: Positivo, 2004.

FIGUEROA, Esther. *Sociolinguistic Metatheory*. Oxford: Pergamon, 1994.

FIORIN, José Luiz. *As Astúcias da Enunciação: as categorias de pessoa, espaço e tempo*. São Paulo: Ática, 2002.

GIDDENS, Anthony. *A constituição da sociedade: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2003[1984].

_____; PIERSON, Christopher. *Conversas com Anthony Giddens: o sentido da modernidade*. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

_____. *Dualidade da Estrutura: agência e estrutura*. Trad. Octávio Gameiro. Oeiras, Portugal: Celta Editora, 2000[1979].

_____. *Política, Sociologia e Teoria Social: encontros com o pensamento social clássico e contemporâneo*. Trad. de Cibele Saliba Rizek. São Paulo: UNESP, 1998[1977].

GORDON, Matthew J. "Interview with William Labov". In: *Journal of English Linguistics*. Vol. 34, Nº 4, pp. 332-351, 2006. Disponível em: <http://eng.sagepub.com>. Acessado em: 24 de abril de 2008.

GOULD, Stephen Jay. *Darwin e os Grandes Enigmas da Vida*. São Paulo: Martins Fontes, 2006[1977].

HUMBOLDT, Wilhelm Karl von. *Sobre la diversidad de la estructura del lenguaje humano y su influencia sobre el desarrollo espiritual de la humanidad*. Barcelona: Anthropos, 1990[1836].

JAKOBSON, Roman. "The World Response to Whitney's Principles of Linguistic Science". In: *Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney*. Ed. By Michael Silverstein. The MIT Press. Cambridge, Massachusetts, London, 1971.

JAPIASSU, Hilton. *Nascimento e Morte das Ciências Humanas*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1978.

KOERNER, Konrad. *Toward a history of American Linguistics*. London; New York: Routledge, 2002.

_____. Questões que persistem em Historiografia Lingüística. In: *Revista da ANPOLL*, Nº 2, pp. 45-70, 1996.

KUHN, Thomas S. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. Trad. Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. São Paulo: Perspectiva, 2007[1962].

- LABOV, William. *Principles of linguistic change. Cognitive and Cultural Factors: volume 3*. Malden & Oxford: Wiley-Blackwell Publishers Inc., 2010.
- _____. *The social stratification of English in New York city*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 2006[1966], 2ª edição ampliada.
- _____. *Principles of linguistic change. Social Factors: Volume 2*. Malden & Oxford: Blackwell Publishers Inc., 2001.
- _____. *How I got into Linguistics and what I got out of it*. 1997. Disponível em: <http://www.ling.upenn.edu/~wlabov/howigot.html>. Acessado em 10 de agosto de 2008.
- _____. *Principles of linguistic change. Internal Factors: Volume 1*. Cambridge & Oxford: Blackwell Publishers Inc., 1994.
- _____. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1991 [1972].
- _____. “Methodology”. In: W. DINGWALL, William Orr (Ed.). *A survey of Linguistic Science*. Maryland: University of Maryland Press, 1971.
- LAHIRE, Bernard. *A Cultura dos Indivíduos*. Trad. Fátima Murad. Artimed: São Paulo, 2006.
- MARRA DA SILVA, Daniel. *Origem e desenvolvimento das idéias lingüísticas de William Labov*. Goiânia: UFG, Dissertação de Mestrado, 2009. (inédita)
- MEILLET, Antoine. *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948.
- _____. “J. Gilliéron et L’influence de L’étude des Parlers Locaux sur le Développement du Romanisme”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[19?].
- _____. “Linguistique Historique et Linguistique Générale”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1918].
- _____. *Les dialectes indo-européens*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1908.
- _____. “L’état Actuel des Études de Linguistique Générale”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1906].
- _____. “Comment le Mots Chagent de Sens”. In: *Linguistique Historique et Linguistique Générale*. Paris: Librairie Ancienne Honoré Champion, 1948[1905-1906].
- _____. *Introduction a L’étude Comparative des Langues Indo-Européenes*. Paris: Librairie Hachette, 1903[1908].

MILANI, Sebastião Elias. *Aspectos Historiográficos-Linguísticos do Século XIX: Humboldt, Whitney e Saussure*. Jundiaí, Paco Editorial, 2012.

_____. *Historiografia-Linguística de Ferdinand de Saussure*. Goiânia, Kelps, 2011.

_____. *Humboldt, Whitney e Saussure: Romantismo e Cientificismo-Symbolismo na história da lingüística*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado, 2000. Inédita.

MURRAY, Stephen O. *American Sociolinguistics*. New York: John Benjamins, 1998.

PAUL, Hermann. *Principles of the History of Language*. London: Longmans, Green & Co., 1891[1880].

PAVEAU, Marie-Anne; SARFATI, Georges-Élia. *As grandes teorias da Lingüística: da gramática comparada à pragmática*. Trad. M. R. Gregolin et al. São Carlos: Claraluz, 2006.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Escritos de Linguística Geral*. BOUQUET, Simon & ENGLER, Rudolf (Orgs.) Trad. Carlos Augusto Leuba Salum e Ana Lúcia Franco. São Paulo: Cultrix, 2011[2002].

_____. *Curso de Linguística Geral*. Trad. A. Chelini. J. P. Paes e I. Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2006[1916].

_____. *Course in General Linguistics*. Translated by Wade Baskin. New York: Philosophical Library, 1959.

SCHLEICHER, August. *Les Langues de l'Europe moderne*. Paris: Garnier, 1852.

SCHMITT, Rüdiger. Meillet, (Paul Jules) Antoine: French linguist and scholar of Iranian and Armenian studies (1866-1936). Encyclopaedia Iranica: Disponível em: <http://www.iranicaonline.org/articles/meillet-paul-jules-antoine-1>. Originally Published: July 20, 2002. Acessado em 19 de setembro de 2011.

SCOTT, John. *Sociologia: conceitos-chave*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

SHUY, Roger W. "A brief history of American Sociolinguistics 1949-1989". In: PAULSTON, Christina Bratt; TUCKER, G. Richard (Eds.). *Sociolinguistics: the essential readings*. Massachusetts: Blackwell Publishing, 2006.

SILVERSTEIN, Michael. "Whitney on Language". In: Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney. Ed. By Michael Silverstein. Cambridge, Massachusetts, London: The MIT Press, 1971.

SWIGGERS, Pierre. *Historia e Historiografia da Linguística: Status, Modelos e Classificações*. In: Revista Eutomia, Vol. 2, Ano III, 2010.

_____, Pierre. *Filologia e Linguística: Enlace, Divórcio, Reconciliação*. In: Filologia e Linguística Portuguesa, n. 2, p. 5-18, 1998.

VENDRYES, Joseph. *Le Langage: Introduction Linguistique a L'histoire*. Paris: La Renaissance du Livre, 1921[1914].

WEINREICH, U; LABOV, W & HERZOG, M. *Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança lingüística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2006.

WHITNEY, William Dwight. "Language and the Study of Language". In: Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney. Ed. By Michael Silverstein. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1971[1867].

_____. "Steinthal on the Origin of Language". In: Whitney on Language: selected writings of William Dwight Whitney. Ed. By Michael Silverstein. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1971.

_____. *Language and the Study of Language: Twelve Lectures on the Principles of Linguistic Science*. London: N. Trubnek & Co., Ludgate Hill, 1884[1867].

_____. *Life and Growth of Language: An Outline of Linguistic Science*. New York: D. Appleton and Company, 1892 [1875a].

_____. *La Vie du Langage*. Paris: Librairie Germer Baillière, 1875b.

WRIGHT, Erik Olin; LEVINE, Andrew & SOBER, Elliot. "Marxism and Methodological Individualism". In: WRIGHT *et. al.* *Reconstructing Marxism: essays on explanation and theory of history*. Verso, London & New York, 1992, pp. 107-127.

TARDE, Jean Gabriel de. *Les lois de l'imitation*. Paris: Kimé, 1993[1890], 2ª edição. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/zone30/Classiques_des_sciences_sociales/index.html

APÊNDICE

Tabela 1. Quadro comparativo da natureza indistinta da língua e da fala para Whitney.

Natureza da língua	Natureza da fala
<i>Language is, in fact, an institution [...]. Every separate item of which it is composed is, [...] the product of a series of changes effected by the will and consent of men [...]. (1971, p. 21)</i>	<i>Speech and the changes of speech are the work of the community; but the community cannot act except through the initiative of its individual members [...]. (1971, p. 18)</i>
<i>[...] all change in language is the work of will of its speakers [...]. (1971, p.17)</i>	The whole <i>development of speech</i> , though initiated by the <i>acts of individuals</i> , is wrought out by the community. (1971, p. 100).
No item of existing language is the work of an individual; for what we may severally choose to say <i>is not language until it be accepted and employed by our fellows.</i> (1971, p.100)	<i>Speech</i> is not a personal possession, but <i>social</i> [...]. (1971, p. 100); [...] the ideas of <i>speech</i> and of <i>community</i> are inseparable. (1971, p. 105); [...] <i>speech</i> is [...] the <i>organ of our social nature</i> , the means of our culture. (1971, p. 18)
A <i>language</i> is living, when it is <i>the instrument of thought</i> of a whole people, the wonted means of expression of all their feelings, experiences, opinions, reasonings [...]. (1867, p. 32)	But <i>speech</i> is a thing of far nearer and higher importance; it is the most precious of our possessions, <i>the instrument of our thoughts</i> [...]. (1971, p. 18)
<i>Language</i> [...] is a <i>picture</i> of the internal life of the community to which it belongs [...]. (1971, p. 93)	The <i>speech</i> of a community is the <i>reflex</i> of its average and collective capacity [...]. (1971, p. 48)
Our recognition of <i>language</i> as an institution, as an instrumentality, as no integral system of natural and necessary representatives of thought [...], but, (...), <i>a body of conventional signs</i> , deriving their value from the mutual understanding of one man with another [...]. (1971, p. 99)	Every existing form of human <i>speech</i> is <i>a body of arbitrary and conventional signs for thought</i> [...]. (1867, p. 32)
[...] <i>the historical germs of language</i> everywhere are the nature of those <i>simple elements which we have called roots.</i> (1971, p. 87)	[...] certain <i>elements called roots</i> [...] have been <i>the germs</i> whence the whole development of <i>speech</i> has proceeded [...]. (1971, p. 98)
We have fully acknowledged the power influence exerted by <i>culture over the growth of language.</i> (1971, p. 86)	That tendency to the conscious and reflective use of <i>speech</i> which comes in with the <i>growth of the culture</i> especially. (1971, p. 86)
[...] the general structure and character of <i>language</i> are out of his (the <i>individual</i>) reach [...]. (1971, p. 48)	No <i>individual</i> can affect <i>speech</i> directly. (1971, p. 48)
In the creative forces of the human soul, as by their free and spontaneous action the producers of <i>spoken language</i> , we have then, no faith or belief whatever [...].(1971, p. 153)	[...] innumerable acts that preceded the successful initiation of the <i>spoken speech</i> .(1971, p. 153)